

Veículo: Bocão News	Notícias
Data: 06/04/2020	



Coronavírus

TJ-BA suspende liminar que desobrigava Estado da cobrança de crédito tributário sobre combustíveis



06 de Abril de 2020 às 07:50 Por: Agência Brasil Por: Yasmin Garrido 0 comentários

O presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), desembargador Lourival Trindade, suspendeu a liminar que garantia à Federal Distribuidora de Petróleo Ltda. o não pagamento dos Fatores de Correção de Volume (FCV) incidentes sobre as bases de cálculos dos combustíveis comercializados.

Em decisão anterior, a Terceira Vara da Fazenda Pública de Salvador havia determinado que o Estado da Bahia, além de ficar impossibilitado de receber o montante advindo do FCV, deveria devolver à empresa os valores pagos indevidamente.

Desta forma, o Estado entrou com pedido liminar para que a decisão anterior fosse suspensa, alegando que, em meio à pandemia pelo novo coronavírus, a receita estadual se vê afetada e necessita dos valores provenientes dos FCV.

O presidente do TJ-BA atendeu à solicitação e argumentou que a “manutenção da decisão de primeiro grau ensejará, inelutavelmente, significativo impacto orçamentário ao erário estadual, mormente, neste peculiar momento de enfrentamento da emergência de saúde pública, decorrentemente da pandemia do SARS-COVID-19”.

Ainda segundo Lourival Trindade, em decisão publicada nesta segunda-feira (6) no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), a vigência da liminar concedida em primeiro grau levará à “frustração da receita orçamentária estimada para a parcela do FCV, no montante de R\$ 50 milhões de reais, por ano, agravada pelo consequente e inevitável ‘efeito multiplicador”.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 04/04/2020	Página: A2

RH e o home office

O governo do estado tem festejado um incremento da produtividade dos seus processos de recursos humanos com o seu novo sistema informatizado, o RH Bahia. Nos primeiros 15 dias do decreto que instituiu o trabalho remoto para os grupos de risco da Covid-19, foram publicados no Diário Oficial do Estado 13.351 atos relacionados à vida funcional dos servidores. De acordo com a Secretaria da Administração do Estado, o número é 16,2% maior do que o registrado na quinzena anterior e 39% acima do volume do mesmo período de janeiro. Responsável pela automatização de mais 90% dos processos de RH do Estado, o RH Bahia permite que as lideranças dos órgãos validem e assinem os atos eletronicamente.

Fecomércio revisa expectativa e prevê queda de 5,6% na Páscoa

DA REDAÇÃO

Com o avanço do coronavírus no Brasil e na Bahia, a Fecomércio-BA revisou a expectativa de vendas para o período da Páscoa. Antes, a projeção era de crescimento de 4,9% em relação ao mesmo período de 2019, mas passou para -5,6% no novo cenário.

O varejo de chocolates no estado vai deixar de vender R\$ 7,25 milhões, uma vez que o faturamento esperado era de R\$ 72,6 milhões e, após a revisão, o montante movi-

mentado deve ser de R\$ 65,4 milhões. "As famílias estão priorizando o consumo em farmácias e supermercados, sobretudo de produtos de consumo básico. O chocolate passa a não ser listado nas prioridades de compras neste momento", explica o consultor econômico da Federação, Guilherme Dietze.

"O que evitará um desempenho ainda pior é que os produtos consigam ser vendidos de alguma forma, pois os supermercados e lojas especializadas podem abrir suas portas na quaren-

tena e até vender por meio de aplicativos de entrega/delivery", acrescenta.

Embora não haja clima de festa neste momento, a Fecomércio-BA sugere que a população priorize o micro e pequeno empresário e efetue seus pedidos, mesmo por meio online. "Esses empresários e os produtores de chocolates artesanais devem sofrer mais por conta da crise e já haviam começado a produção para o período", diz.

As próximas semanas serão desafiadoras para o varejo. "Quem puder vender os

Luciano da Matta / Ag. A TARDE / 31.3.2020



Antes da pandemia, previsão era alta de 4,9% nas vendas

produtos da Páscoa a um preço mais baixo, que o faça, pois o importante neste momento é gerar recursos para o caixa para arcar com os compromissos do mês, evitando a inadimplência", indica o presidente da Fecomércio-BA, Carlos de Souza Andrade.

Para o setor, março e abril são os melhores meses ao longo do primeiro semestre do ano. A participação das vendas no segundo bimestre representa 40% de tudo que as lojas de chocolates e doces vendem entre janeiro e junho no estado.

BRUNO LUIZ

A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou ontem um projeto de lei do Poder Executivo que autoriza o governo do estado a pagar a conta de energia elétrica de pessoas de baixa renda, por 90 dias, devido à pandemia

do novo coronavírus. O texto inicial enviado pelo governador Rui Costa previa que a medida beneficiaria 677 mil famílias, mas um acordo feito entre os deputados estaduais aumentou para cerca de 880 mil o número de famílias que terão as faturas custeadas pela gestão.

Com isso, de acordo com o governo estadual, 3,5 milhões de pessoas terão isenção nas contas de energia. O pagamento abrange aqueles com inscrição no Cadastro Social. O custo adicional será coberto com recursos das emendas impositivas dos parlamentares, de R\$ 96,4 milhões, segundo previsão contida no orçamento do governo baiano para 2020.

Rui comemorou a aprovação e agradeceu aos deputados a ampliação do benefício. "Hoje [ontem], com a doação das emendas individuais dos deputados, conseguimos ampliar a faixa de consumo. Agradeço ao presidente Nelson Leal e aos de-

putados de oposição e da base do governo. Com isso, 3,5 milhões de baianos serão beneficiados por essa medida do governo do estado e da Assembleia Legislativa", afirmou o petista. Já o presidente da Casa, Nelson Leal (PP), classificou a medida como de "extrema importância" pelo cunho social.

Sessão

Ao apresentar o projeto de lei, Nelson Leal informou aos parlamentares que conversou com o governador sobre uma possível ampliação do benefício que, originalmente, auxiliaria famílias cujo consumo mensal

ENERGIA Alba aprova projeto que autoriza o governo da Bahia a arcar com contas por 90 dias

MAIS DE 3,5 MILHÕES DE BAIANOS TERÃO LUZ PAGA PELO GOVERNO



de energia fosse igual ou inferior a 80 quilowatts/hora, para a faixa de 100 quilowatts/hora. De acordo com Leal, Rui aceitou a pro-

Rui comemorou a aprovação e agradeceu aos deputados a ampliação do benefício

posta, mas pediu que a despesa adicional com o aumento fosse paga também pelo Legislativo.

Durante a sessão, o presidente sugeriu que os deputados encaminhassem suas emendas impositivas para a saúde, assim como havia feito a bancada de oposição. Líder do governo na Alba, o deputado Rosenberg Pinto (PT) pediu que os parlamentares da base aliada a Rui Costa tomassem a mesma medida.

"Queria propor que nós fizessemos dessa maneira, até porque não acredito que, no

final do ano, vai ter dinheiro no estado para aplicação das emendas. Acho muito difícil", sugeriu, propondo que os deputados votassem se dedicariam suas emendas a este fim.

O deputado Paulo Rangel, no entanto, discordou e afirmou que a questão deveria ser discutida posteriormente porque alguns parlamentares já haviam se comprometido a destinar emendas para municípios nos quais estão suas bases políticas, o que poderia provocar constrangimentos a eles.

A sessão chegou a ser sus-

pena por 20 minutos para que os líderes partidários pudessem discutir o assunto. Após a pausa, eles chegaram a consenso e concordaram em aplicar as emendas na saúde.

Novos projetos

Hoje, a Casa se reúne novamente para votar outro projeto de lei do Executivo, que autoriza o governo a pagar contas de água de pessoas mais pobres durante a pandemia. Segundo o governador, a medida será adotada por três meses e vai beneficiar 860 mil famílias,

que consomem menos 25 metros cúbicos no mês, caso seja aprovada.

Na próxima terça-feira, a Alba fará nova sessão remota para apreciar o reconhecimento de calamidade pública para, pelo menos, 100 municípios. Com isso, as cidades ficam liberadas de cumprir com obrigações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) decorrentes de novas despesas para enfrentar a Covid-19. Na quarta, a Casa aprovou decretos de calamidade para 22 municípios, entre eles Feira de Santana.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 06/04/2020	Página:

Correio*

Trabalhadores informais começam hoje a receber auxílio

BENEFÍCIO Cerca de 14 mil trabalhadores informais de Salvador começam a receber, a partir de hoje, o auxílio de R\$ 270 do programa Salvador por Todos. O pagamento foi anunciado na semana passada pela prefeitura, como forma de auxiliar os trabalhadores que perderam a renda por conta da pandemia de coronavírus.

O programa visa auxiliar trabalhadores informais como ambulantes, baleiros, taxistas, mototaxistas e motoristas de aplicativos com mais de 60 anos de idade pelos próximos três meses. Serão destinados R\$105 milhões para 20.485 trabalhadores cadastrados. Quem já está apto a ter o auxílio pode recebê-lo através da Caixa Econômica ou nas lotéricas.

Para poder ter o auxílio, o beneficiário deve possuir um Número de Identificação Social (NIS). “As pessoas que já têm o NIS vão receber imediatamente”, explicou o prefeito ACM Neto.

VEJA SE TEM DIREITO EM WWW.SALVADORPORTODOS.SALVADOR.BA.GOV.BR.

270

reais é o valor do benefício pago pela prefeitura a 20,4 mil pessoas, sendo R\$ 70 pelo gás e R\$ 200 por duas cestas básicas

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 06/04/2020	Página:

Correio*

Guedes ganha poder para definir ações do orçamento

CRISE O presidente Jair Bolsonaro devolveu ao ministro da Economia, Paulo Guedes, o poder para definir algumas ações orçamentárias, como a abertura de créditos suplementares e o remanejamento de recursos federais. Essa responsabilidade estava há um mês nas mãos do chefe do Planalto.

No início de março, o governo havia retirado a competência do ministro para definir essas questões. Guedes pediu para se isentar da execução do orçamento impositivo, uma novidade este ano, diante do risco de insegurança jurídica.

De acordo com integrantes da equipe econômica e técnicos do Congresso, gestores públicos temem a possibilidade de serem responsabilizados no futuro por atos decididos agora. Este ano é o primeiro de vigência do orçamento impositivo, regra na Constituição que impõe ao governo federal o "dever de execução" das despesas.

Conforme despacho de Bolsonaro publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), no último sábado, as prerrogativas retornam ao ministro da Economia. Na última semana, Bolsonaro sancionou um projeto de lei enviado pelo governo e aprovado no Congresso Nacional que regulamenta o orçamento impositivo, o que deu segurança jurídica para o Executivo ditar o ritmo dos recursos ao longo do ano.

O termo "orçamento impositivo" se refere à parte do Orçamento-Geral da União definida pelos parlamentares e que não pode ser alterada pelo Poder Executivo.

02
de
do
de
cic
SF
prt
at
lici
Lo
EX
03
Cc
o l
ml
Dc
da
pe
de
OE
ce
- l
sa
As
As
de
PF
int
Ad
cis
13
da
17
de
no
be
20
PF
Ml
int
ou
go
EX
aq
pe
TR
D#
61
24
EX
03
Cc
so
cr4
nh
Or
do
se
Pn
00
03
- E
Te
Pn
de
Ca
Cc
EX
03
Cc
Pe
se
tre
vid
cu
Or
Ad
- l
Pn
El
- S
Da
me
EX
03
Cc
Pe
se
e c
04
Ml
Te
2.(
de
Ml
Fo
Pe
Ati
so
Al
Té
EX
03
Cc
Fii
ria
e t
- l
lo
Se
- J
de
2.(
de
de
As
de
EX

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 04 e 05/04/2020	Página:

Correio*



Mais 15 dias sem shopping center

O prefeito ACM Neto anunciou a prorrogação do decreto municipal que fechou praias da cidade e suspendeu o funcionamento de shoppings centers e centros comerciais, além de clubes sociais, recreativos e esportivos. O prazo de vigência do decreto se encerrava nesse sábado (4). O anúncio da prorrogação foi feito na véspera. A nova validade vai até 18 de abril.

Esse é o segundo decreto municipal que é prorrogado pela prefeitura. Na terça-feira (31), o prefeito ACM Neto anunciou que iria manter suspensas as aulas escolas públicas, privadas e uni-

versidades. Além de manter também a suspensão das atividades nos parques públicos e privados, espaços culturais, autoescolas e academias também por mais 15 dias.

"Estou muito preocupado com as cenas que tenho visto nos bairros de Salvador, o momento não é para isso. O meu desejo é que o quanto antes nós possamos suspender as medidas de restrição, mas está claro que o momento não chegou. O que está ao meu alcance, eu estou fazendo. Por isso estou fazendo essa prorrogação de decreto. Algo além disso, como outras restrições, devemos sentar com os governos do estado e federal para discutir", disse o prefeito.

As aulas também estão suspensas na rede estadual de ensino. Nesse caso, por um período maior: 30 dias. O decreto estadual foi assinado pelo governador Rui Costa desde o dia 16 de março e entrou em vigor na quarta-feira, 19, do mesmo mês, com prazo final para o dia 19 de abril.

🔴🔴 O meu desejo é que o quanto antes nós possamos suspender as medidas de restrição, mas está claro que o momento não chegou. O que está ao meu alcance, eu estou fazendo.
ACM Neto

Prefeito de Salvador, sobre a prorrogação dos decretos municipais que restringem atividades.

À época, a medida do governo estadual havia sido tomada por Rui apenas para as três primeiras cidades que registraram casos de coronavírus até aquela data na Bahia, que eram Santana e Porto Seguro.

Dias depois, o decreto estadual foi reeditado e começou a valer para toda a Bahia, pois os casos da Covid-19, a infecção causada pelo novo coronavírus descoberto em dezembro do ano passado na China, já haviam se espalhado por outras cidades além das três primeiras.

"A nossa prioridade absoluta é com a saúde pública, com o cuidado com as pessoas. Para quem acha que o pior já passou, está enganado. O pior está por vir. Nós precisamos controlar o crescimento dos casos para que não haja um colapso na Rede Pública de Saúde", disse o prefeito de Salvador, em entrevista coletiva dada no dia 31 de março.

***COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPOR-TAGEM PERLA RIBEIRO**

Baianos abrem mão da farinha e passam a comer fora de casa

CONSUMO Que feijão e arroz são os queridinhos no almoço dos baianos, todo mundo sabe. Mas tem um terceiro elemento que não pode faltar de jeito nenhum: a farinha. O problema é que ela tem sido deixada de lado. Pelo menos é o que foi percebido pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que teve complemento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sexta-feira (3).

O trabalho foi focado nos alimentos disponíveis nas casas baianas e, entre todos os produtos estudados, a farinha foi a que apresentou maior redução. Em 2018, último ano da pesquisa, cada baiano consumiu em média 6,873 quilos.

Na comparação, a pesquisa estabelece paralelos com os consumos registrados nos anos de 2002 e 2008, para os mes-

mos alimentos. No caso da farinha, a redução ocorreu nas duas ocasiões. Em 2002, o consumo anual do produto por cada baiano era de 24,931 quilos. Já em 2008, cada baiano consumiu 17,135 quilos. Em relação ao ano mais recente, a redução foi de 72,4% e 59,8%, respectivamente.

Para o antropólogo e estudioso da gastronomia Raul Lody, a diminuição tem, provavelmente, um caráter econômico. “Não está se comprando só menos farinha, está se comprando um pouco menos de tudo, eu acredito. É uma hipótese que precisaria ser confirmada, mas acho que houve um empobrecimento no geral, que influenciou na farinha.”

A chef de cozinha Tereza Paim, do restaurante Casa de Tereza, famoso por suas farofas, também tenta explicar: “O hábito alimentar

mudou muito, as pessoas estão comendo muito na rua, e a farinha, como produto nosso do dia a dia, ainda não ganhou status de produto gourmet. De maneira geral os restaurantes nem oferecem farinha, porque acham que é simples demais”, acredita.

O movimento percebido por Tereza também foi apontado na pesquisa. Segundo o IBGE, o peso no orçamento de refeições realizadas fora de casa aumentou e contribuiu para uma diminuição geral no consumo de alimentos nos domicílios. Na Bahia, o consumo de alimentos em casa caiu 16,7% em dez anos (de 2008 a 2018).

“Essa redução geral no consumo de alimentos em casa pode ter a ver com diversos fatores, como a mudança do estilo de vida, das pessoas não estarem mais com tempo de cozinhar em casa. Gastando mais com alimentação fora, acabam comprando menos alimentos para comer em casa”, explica a analista do órgão, Mariana Viveiros.

Justamente por conta da mudança de hábito e estilo de vida, Mariana ainda destaca mudanças como o aumento da compra de alimentos prontos e de bebidas, que não seriam tão afetados pelas refeições realizadas na rua. “Isso não é tão afetado pela quantidade de refeições que a pessoa faça fora. Mesmo comendo bastante na rua, ela vai seguir precisando adquirir água, outras bebidas”, analisa. A compra de bebidas aumentou de 24,706 litros/ano para 30,028 litros/ano - um aumento de 21,5%, em 10 anos.

GABRIEL AMORIM, COM SUPERVISÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

6,8

quilos do produto foram consumidos em 2018 contra 17,1 quilos há dez anos

59,8%

foi a redução de acordo com a pesquisa

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 04 e 05/04/2020	Página:

Correio*

China cancela compra de 600 respiradores para a Bahia

SEM AVISO A China cancelou a compra de 600 respiradores que estavam a caminho da Bahia. Os aparelhos, utilizados em casos graves de infectados por coronavírus, ficaram retidos no aeroporto de Miami, nos Estados Unidos, onde aguardavam para serem encaminhados ao Brasil. Sem nenhum aviso prévio, o contrato de R\$ 42 milhões foi cancelado pela fornecedora, que não teve o nome divulgado e que não se manifestou sobre o motivo de ter barrado os equipamentos. O valor não chegou a ser pago pelo estado.

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse que uma compra em massa de equipamentos feita pelos Estados Unidos na China pode ter afetado a chegada dos materiais ao Brasil. Por isso, a suspeita é que os respiradores também permaneçam em solo norte-americano.

Segundo o secretário da Casa Civil da Bahia, Bruno Dauster, a operação de compra foi “cancelada unilateralmente pelo vendedor” e que, agora, o estado está em busca de um novo fornecedor.

A assessoria da pasta indicou que, dos 600 aparelhos que foram adquiridos pela Bahia, 400 deles ficariam no estado e outros 200 seriam comprados pelo governo do Ceará.

A Secretaria Estadual da Saúde informou que a Bahia tem um estoque de 500 respiradores. No total, o estado conta com 3.284 aparelhos que já estão instalados em leitos de Unidade de Terapia Intensiva espalhados pelo estado. Desses aparelhos já disponíveis, 1.815 pertencem à rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, 104 estão passando por manutenção.

Os equipamentos são motivo de grande preocupação das autoridades, já que há o risco do sistema de saúde entrar em colapso, ou seja, não haver leitos e dispositivos suficientes para atender a população quando a pandemia da covid-19 entrar no pico – o que deve ocorrer em maio. Os dados fornecidos pela Sesab são baseados nas informações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

De acordo com o governo baiano, empresa chinesa alegou “problemas de razão técnica”; pagamento não foi feito

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 04 e 05/04/2020	Página:

Correio*

24H BAHIA

Governo vai pagar a conta de luz de 877 mil famílias carentes

BENEFÍCIO A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou nessa sexta-feira (3), na terceira sessão realizada através do Sistema de Deliberação Remota (SDR), por unanimidade, o projeto de lei nº 23.808/2020 que autoriza o governador Rui Costa a pagar com recursos do orçamento do estado as contas de energia elétrica dos baianos de baixa renda, com consumo de até 100 quilowats/hora, pelo período de três meses.

A proposta do Executivo previa estender os benefícios para o consumo de 80 quilowats/hora, a intervenção do Legislativo incluiu outras 100 mil famílias nesse programa. Trata-se medida emergencial que vai amparar agora mais de 877 mil famílias, que estão sem poder trabalhar devido à quarentena exigida para contenção da pandemia do coronavírus.

São cerca de três milhões de pessoas o público atingido – desempregados, sub-empregados ou trabalhadores que estão na informalidade, agora sem condições de ganhar o próprio sustento. Nesse sábado (4), às 10h, uma nova sessão extraordinária virtual irá apreciar o projeto de isenção das contas de água para família pobres na Bahia.

A aprovação no plenário virtual do Legislativo ocorreu em tempo recorde graças a um acordo de lideranças, que dispensou todas as

3,5
milhões de
bairanos com
consumo de
até 100
quilowats/hora
serão
atingidos

formalidades regimentais para que este projeto autorizativo possa chegar no menor tempo possível para a sanção do chefe do executivo e os seus efeitos cheguem também com rapidez a essas famílias vulneráveis – ameaçadas de ficar sem o fornecimento de energia elétrica por falta de meios para a manutenção do serviço.

O projeto aprovado foi relatado pelo deputado Vitor Bonfim que apresentou uma emenda ampliando o alcance do benefício para os consumidores de até 100 KW. De acordo com o deputado Nelson Leal, presidente da Alba, essa emenda, fruto de acordo entre as lideranças e com anuência do governador Rui Costa, é de extrema importância, “além do cunho social, ela demonstra na prática o comprometimento do Legislativo nessa pandemia que atinge todo o país”.



Câmara aprova orçamento para enfrentar pandemia

CORONAVÍRUS A Câmara dos Deputados aprovou na sexta-feira em dois turnos, o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria um Orçamento excepcional para o governo conseguir lidar com a pandemia do coronavírus. Articulado pelo presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), o texto do chamado "Orçamento de Guerra" retira amarras para que a equipe do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tenha mais agilidade e flexibilidade para adotar medidas emergenciais. O texto-base da PEC foi aprovado, em primeiro turno, por 505 votos a 2, e, em segundo turno, por 423 a 1. Para ser aprovada, a proposta precisava receber votos favoráveis de pelo menos 308 deputados (três quintos da Casa).

Após a conclusão do segundo turno, o texto segue para o Senado, onde também precisará ser aprovado em dois turnos por ao menos três quintos dos senadores (49). Se isso ocorrer, será promulgado pelo Congresso.

A PEC cria um regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações durante o estado de calamidade pública, aprovado pelo Congresso até o fim do ano.

As decisões serão tomadas por um comitê de gestão da crise, a ser presidido por Bolsonaro e composto por ministros do governo e representantes de estados e municípios.

O presidente deverá nomear, entre os ministros do colegiado, o secretário executivo do comitê. Também poderá mudar os órgãos ministeriais que o compõem,



Rodrigo Maia acredita que setores do governo federal demoraram para agir contra crise do coronavírus

•• Talvez nós pudéssemos ter tido uma ação para organizar melhor esse processo
Rodrigo Maia

Presidente da Câmara, afirmando que alertas do Ministério da Saúde foram ignorados

embora não tenha poder para ampliar ou reduzir a quantidade de membros do comitê.

Mais cedo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, havia criticado o presidente Jair Bolsonaro pela demora na implementação de ações para o combate à pandemia.

Maia disse que o ministro

da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, vem fazendo alertas "há algum tempo" que, se houvessem sido seguidos, o país poderia ter se organizado melhor.

Na opinião do parlamentar, existem setores do governo que não têm compreensão sobre os riscos do coronavírus.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 04 e 05/04/2020	Página:

Correio*

24H ECONOMIA

Governo prorroga pagamento de tributos

NOVO PRAZO O governo federal formalizou nesta sexta-feira, 3, no Diário Oficial da União (DOU), a prorrogação do prazo para pagamento de tributos federais em virtude da emergência de saúde provocada pelo novo coronavírus. Portaria assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, diz que contribuições previdenciárias devidas pelas empresas e pelos empregadores domésticos relativas a março e abril agora poderão ser recolhidas em julho e setembro.

O adiamento também vale para as contribuições para PIS/Pasep e Cofins, com os pagamentos dos valores devidos em março e abril transferidos para julho e setembro.

São R\$ 80 bilhões que estarão disponíveis nos caixas das empresas
José Barroso Tostes Neto

secretário da Receita Federal

"São R\$ 80 bilhões que estarão disponíveis nos caixas das empresas", disse o secretário da Receita, José Barroso Tostes Neto, durante o anúncio da medida na última quarta-feira.

O Diário Oficial publica ainda instrução normativa da Receita Federal que prorroga o prazo de entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) de abril, maio e junho para o 15º dia útil do mês de julho deste ano.

Também foi prorrogado o prazo de apresentação das Escriturações Fiscais Digitais de PIS/Pasep, Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições) de abril, maio e junho para o 10º dia útil do mês de julho, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS CAI EM FEVEREIRO, DIZ ANP

BALANÇO A Agência Nacional do Petróleo (ANP) divulgou nessa sexta (3/4) o boletim mensal da produção de petróleo e gás natural referente a fevereiro. Neste mês, foram produzidos de 3,783 milhões de barris de óleo equivalente por dia (MMboed), sendo 2,972 milhões de barris por dia de petróleo e 129 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural. Com relação a janeiro, a produção de petróleo reduziu 6,2% e aumentou 19,4% na comparação com fevereiro de 2019. Já a de gás natural reduziu 7,1% em relação a janeiro e aumentou 17,1% na comparação anual.

BANCO ANUNCIA PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DE DÍVIDAS

60 DIAS Os clientes do Santander com parcelas de dívidas vencidas e não pagas desde o último dia 16 de março de 2020, ou que tenham prestações a vencer até 15 de maio, poderão ter o prazo para o pagamento automaticamente prorrogado por até 60 dias, sem qualquer acréscimo. Além da carência, o valor das parcelas será mantido inalterado até o final do financiamento, segundo informação divulgada pelo banco. É a concretização de medida anunciada no mês passado pelos maiores bancos brasileiros: Caixa, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 04 e 05/04/2020	Página:

Correio*

MIRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



Economia revolvida

A economia virou uma grande mesa de negociação entre as partes dos contratos. Lojistas de shoppings fechados há 10 dias negociam com os administradores o não pagamento de taxas, inquilinos avisam aos proprietários que é preciso reduzir alugueis, lobbies vão a Brasília e entram indevidamente em Medidas Provisórias que tratam de questões urgentes, devedores avisam que não pagarão suas contas, e bancos elevam juros em tempos de maior liquidez. E o dólar só sobe, alterando custos. Economistas de bancos e consultorias refazem cada vez para pior o número do PIB de 2020, o ano que não se sabe como vai terminar.

Glauco Humai, presidente da Abrasce, que representa os shoppings centers, vive uma

situação inédita. Os 577 shoppings estão 100% fechados, todos os do Brasil. Ele nem defende a reabertura, porque em contato com os administradores em outros países ouviu que mesmo após a normalização as pessoas não vão. Estão receosas. O consumo de certos itens despenca, de outros, dispara. Combustíveis caíram 60%. Vestuários tiveram recuo de 90% pelo cartão de crédito. Já a compra de alimentos e de remédios cresceu. A BRF viu as vendas para restaurantes despencar e para supermercados crescer. Humai se preocupa é com os projetos estranhos que começam a ser pendurados nas propostas que tramitam em regime de urgência no Congresso:

"Há uma certa descoordenação na condução desta crise, o

que leva a um vácuo de poder. E por isso há um sem número de projetos esdrúxulos sendo apresentados: ninguém pode cobrar taxa, não pode cobrar empréstimos, coisas do tipo. Então os esforços para a crise se desviam para combater projetos desnecessários junto ao Congresso e assembleias. Estão dissipando forças que deveriam ser concentradas no enfrentamento da crise da saúde".

Não é aconselhável o estímulo a uma onda de calote, mas ao mesmo tempo os contratos precisam ser revistos de parte a parte no setor privado, usando o bom senso.

"Está complicado, estamos fazendo todo o esforço do mundo para ajudar o lojista, estamos muito sensíveis, principalmente o pequeno e médio

lojista. Ele não tem fundo, não tem fluxo de caixa, acesso à crédito porque está dificultado. Nós do setor estamos tomando medidas para ajudar o lojista nesses 30 ou 60 dias de crise mais aguda. Uma coisa é dar isenção do pagamento do fundo de promoção, outra é reduzir o condomínio. Mas têm taxas públicas, como IPTU, que estamos pedindo às prefeituras para adiarem", explicou Humai.

No mundo inteiro as economias estão de pernas para o ar. A Bloomberg Consumer Comfort Index, uma pesquisa do sentimento econômico nos Estados Unidos em âmbito nacional, mostrou que nas últimas duas semanas houve a mais forte queda em 34 anos que os dados são coletados. Por isso a discussão sobre o PIB é o que acontecerá depois desse túnel. A recuperação será rápida, em V, como dizem alguns economistas, ou passará por um período de estagnação antes de começar a subir, ou seja, em U?

O economista Vitor Vidal, da consultoria LCA, diz que há indicadores se deteriorando em velocidade nunca vista. A alta do dólar, que ontem bateu novo recorde nominal, em R\$ 5,32, tem pressionado o custo do se-

tor industrial e mexido no balanço das companhias, mesmo aquelas que tem baixo nível de endividamento em moeda estrangeira. Os bancos, por sua vez, encarecem os empréstimos, e a taxa dos títulos do governo disparou no último mês. O risco-país voltou para a casa dos 300 pontos, depois de rodar abaixo de 100 pontos no início do ano.

"É muito importante que o país consiga visualizar uma data para se começar a normalização, independentemente de quando isso vá acontecer. Trump falou em 30 de abril e as bolsas subiram. Isso dá alguma previsibilidade. Um lado positivo desta crise é que ela não deve ser tão prolongada quanto a recessão de 2015 e 2016. Por isso, as medidas do governo são tão importantes e precisam ser executadas rapidamente", explicou.

Uma parte do ajuste à conjuntura tem que ser feito através de negociações privadas, mas em momento tão conturbado, com toda a economia sendo revirada, é preciso haver um ponto fixo, uma liderança, uma sensação de que o governo sabe para onde ir e comanda o país. E isso não temos no momento.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 04 e 05/04/2020	Página:

Correio*

Informais terão que baixar aplicativo para receber R\$ 600

RENDA EMERGENCIAL A partir da próxima terça-feira (7), dezenas de milhões de brasileiros poderão baixar um aplicativo lançado pela Caixa Econômica Federal que permitirá o cadastramento para receberem a renda básica emergencial, de R\$ 600 ou de R\$ 1,2 mil, no caso de mães solteiras. O banco também lançará uma página na internet e uma central de atendimento telefônico para a retirada de dúvidas e a realização do cadastro.

O próprio aplicativo avaliará se o trabalhador cumpre os cerca de dez requisitos exigidos pela lei para o recebimento da renda básica. O pagamento poderá ser feito em até 48 horas depois que a Caixa receber os dados dos beneficiários. Quem não tem conta em bancos poderá retirar o benefício em casas lotéricas.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 04 e 05/04/2020	Página:

Correio*

Governo libera crédito, mas exige garantia do emprego

TRABALHO As empresas que tomarem crédito para pagar a folha de pagamento não poderão demitir os funcionários por dois meses, disse o diretor de Regulação do Banco Central (BC), Otavio Damaso. O objetivo é manter a renda de cerca de 12 milhões de trabalhadores e apoiar pequenas e médias empresas.

Otavio Damaso afirmou ainda que o crédito ficará aberto até o dia 30 de junho e será operacionalizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que não receberá remuneração pela atividade.

O Banco Central vai fiscalizar a aplicação dos recursos e o cumprimento do programa. Caberá ao Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovar os procedimentos operacionais.

Tribuna

Presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), o prefeito de Bom Jesus da Lapa, Eures Ribeiro (PSD), defende que cabe a cada gestor municipal determinar sobre o fechamento dos comércios. Para ele, os administradores municipais têm que olhar a situação da cidade diante do avanço do surto de coronavírus antes de tomar a decisão. Eures sugere que cada localidade crie um conselho com segmentos da sociedade para discutir antes de haver uma definição. "Se os casos que estão para sair o resultado não derem confirmação, nós orientamos abrir o comércio. Com todo respeito que temos ao governador (Rui Costa), no nosso ponto de vista, não pode partir do governo. Nós entendemos quem tem legitimidade para ordenar o fechamento ou não do comércio é o Município. O que a UPB orienta é montar um comitê, ver a realidade local para abrir ou permanecer com o comércio fechado", afirmou à Tribuna. Ainda na entrevista, Eures disse que não há crise de abastecimentos no interior, defendeu o fechamento de rodovias e pediu a união de todos os entes federativos para superar as dificuldades do momento. O presidente da UPB se mostrou a favor de as eleições municipais acontecerem ainda neste ano, e admitiu as decisões dos prefeitos na crise serão influenciadas pelo pleito. Eures Ribeiro afirmou que os gestores municipais têm sido muito pressionados pela população. "Em Bom Jesus da Lapa, a população, principalmente, ambulante, ficou sem comer e ia para minha porta. Eu tinha no depósito uma quantidade enorme de cesta básica. Mas, como fazer a distribuição sem fazer aglomeração? Eu fiz. Demorou 40 minutos. Fiz o máximo para não aglomerar, mas acaba aglomerando e acabei sendo criticado. Na crise é como ter que trocar o pneu com o carro rodando", contou.



EURES RIBEIRO defende que cabe a cada gestor municipal determinar sobre o fechamento dos comércios

ENTREVISTA

EURES RIBEIRO

“Quem tem legitimidade para ordenar o fechamento do comércio é o prefeito”

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER
PAULO ROBERTO SAMPAIO
DIRETOR DE REDAÇÃO

Tribuna – Como o senhor tem acompanhado a disseminação do coronavírus no interior do estado?

Eures Ribeiro – Nós temos poucos casos confirmados no interior do estado da Bahia. São poucos os municípios que já têm confirmação. A maioria dos municípios tem feito o monitoramento. Os casos positivos se concentram na capital, em Lauro de Freitas e na região do Recôncavo. No interior, a quantidade de casos tem sido menor. Temos muitos casos suspeitos, mas a maioria dos casos tem sido descartada.

Tribuna – O governador Rui Costa tem defendido que o comércio fique aberto nas cidades onde não têm casos confirmados. Como a UPB viu essa posição?

Eures Ribeiro – Primeiro, o governador tinha chamado a UPB e tinha dito que onde não tivesse caso confirmado de coronavírus não teria que fechar as escolas. A UPB passou essa orientação para todos os municípios. Estranhamente, o governador fez um decreto fe-

Com todo respeito que temos ao governador, no nosso ponto de vista, não pode partir do governo. Nós entendemos que quem tem legitimidade para ordenar o fechamento ou não do comércio é o Município. O que a UPB orienta é montar um comitê, ver a realidade local para abrir ou permanecer com o comércio fechado.

Tribuna – As rodovias no interior estão sendo monitoradas?

Eures Ribeiro – As rodovias no interior estão fechadas e foi um pedido que a UPB fez. O governador fez e, no meu ponto de vista, de forma acertada. Principalmente, na fronteira com São Paulo. O pessoal estava migrando de São Paulo, onde o grau de contaminação está maior, para a Bahia. No interior, a maior preocupação foi com a migração. O pessoal estava voltando tanto em ônibus convencionais quanto em clandestinos. Estavam pensando que eram férias e não quarentena. Isso preocupou muito os prefeitos e o governador atendeu nossa orientação. O governador tomou a decisão acertada e teve a maioria do apoio dos prefeitos.

Tribuna – Como está a questão do abastecimento de alimentos no interior?

Eures Ribeiro – Há 15 dias,

prefeitos, neste momento, ficam todos apavorados. É nada que você faz é 100% certo. Em Bom Jesus da Lapa, a população, principalmente, ambulante, ficou sem comer e ia para minha porta. Eu tinha no depósito uma quantidade enorme de cesta básica. Mas, como fazer a distribuição sem fazer aglomeração? Eu fiz. Demorou 40 minutos. Fiz o máximo para não aglomerar, mas acaba aglomerando e acabei sendo criticado. Na crise é como ter que trocar o pneu com o carro rodando. Se eu não entregasse as cestas básicas, eu seria criticado porque não estava matando a fome das pessoas. Se eu dou, eu aglomero e sou criticado. Cada ação que a gente faz é crítica da.

ocupação do governador com isso. Ele tem nos passado que está preparando as questões dos leitos para dar um suporte aos municípios. A gente acha uma atitude muito louvável do governador. Nós no interior não temos leito de UTI para um paciente que evolui para um estado grave.

Tribuna – Os pacientes com coronavírus do interior serão transferidos para Salvador?

Eures Ribeiro – Tanto Salvador quanto para os hospitais regionais. Em Barreiras, está se preparando para um suporte, por exemplo. Foi o transmitido pelo governador e pelo secretário (de Saúde, Fábio Vilas-Boas).

Tribuna – Em Salvador, a prefeitura dará um auxílio para os trabalhadores informais, que não conseguem desempenhar suas funções nesta crise. No interior, os prefeitos conseguem conceder esse auxílio?

Eures Ribeiro – Nós temos um auxí-

quantidade de dias. No interior, a gente está enviando (os testes) para a Secretaria de Saúde do Estado, que tem prestado um grande serviço aos municípios. Não demora muito. Em três ou quatro dias, a gente está recebendo os resultados. Os municípios têm tido o suporte gratuito dado pela Secretaria de Saúde do Estado, através do governo do Estado.

Tribuna – E o Ministério da Saúde tem dado o suporte que os municípios precisam?

Eures Ribeiro – Tivemos uma conversa com o ministro (da Economia), Paulo Guedes, e ele determinou um aporte para os municípios. E os municípios querem esse recurso direto na conta dos municípios até para uma emergência. Não passando por nenhum ente federado. Os municípios conversaram com o ministro. Ele falou num aporte de R\$ 8 milhões para os municípios, que será direto na saúde. Não falou ainda o prazo, a data. Ainda estamos esperando sair alguma determinação. Estamos aguardando a portaria para os municípios receberem esse suporte. O ministro Paulo Guedes, também nesta reunião, falou do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). A União vai fazer a reposição das perdas com o FPM. Nós

arma para combater o avanço dessa crise é o isolamento social. Acho que neste ponto o presidente está incorreto. Eu não apoio essa atitude dele e sou um crítico fervoroso. Por outro lado, quando ele fala do setor produtivo não pode parar, eu acho que ele está correto. Eu apoiaria uma parte do comportamento do presidente, e não apoiaria outra parte. Ele está certo e está errado. Ele precisa se situar para encontrar o meio-termo e dar ao país uma direção mais correta.

Tribuna – O senhor defende adiar as eleições?

Eures Ribeiro – Eu sou contra adiar as eleições. Nós temos uma data que foi dada pelo povo até o fim do ano (para concluir o mandato). E sou a favor de que se cumpra a eleição. Sou a favor também que o fundo eleitoral partidário, diante da crise que estamos vivendo, seja todo transferido, 100%, para a saúde pública do Brasil.

Tribuna – Mas sem recurso, como seria feita a campanha?

Eures Ribeiro – Tem que pensar como vai fazer a campanha. Quando não fazia a campanha com recurso eleitoral (do Estado), todo mundo viu o que aconteceu. Então, é algo complicado. Mas eu continuo achando que



Tribuna – É pre-

lio de R\$ 600 que é a portaria do presiden-

estado, onde tivesse caso confirmado ou não. E, para nós, pareceu uma surpresa. Se todas as escolas no estado tinham sido fechadas por decreto do governo do estado, todos os prefeitos seguiram o decreto fechando também as escolas dos municípios. Quando fechou as escolas dos municípios, a população começou a cobrar dos prefeitos que fechasse todo o município. Todo o comércio da Bahia foi incentivado pelo fechamento das escolas. Uma coisa puxou a outra. A população entrou em pânico no estado inteiro e exigiu dos prefeitos o fechamento do comércio, das escolas, das rodovias, da feira livre. Depois o governador fez uma live (na internet) questionando os prefeitos que tinham fechado o comércio, e muitos (municípios) não tinham casos confirmados. E eu acho que o governador fez uma fala correta de quem não tinha caso abrisse o comércio. A UPB não tem legitimidade para fazer o pedido (de abertura do comércio), porque a UPB entende que isso é do crivo de cada prefeito. Cada prefeito deve ter o poder dado pela Constituição de baixar o decreto ordenando a abertura ou o fechamento do comércio. Se os casos que estão para sair o resultado não derem confirmação, nós orientamos abrir o comércio.

com uma complicação, mas aos poucos está se normalizando no interior. No primeiro momento, teve aquele susto e a população foi para cima dos prefeitos, que tiveram que radicalizar por conta da pressão popular. Agora, no segundo momento, as coisas estão se normalizando. O setor produtivo está conseguindo produzir. A questão do comércio, principalmente, de alimentos está se fortalecendo. Não temos crise de abastecimento no interior, mas essa questão da produtividade, no primeiro momento, foi afetada. O setor de produção não pode parar. Mesmo que a situação venha agravar, a gente tem que ter comida na mesa do povo.

Tribuna – O senhor acha que as decisões tomadas pela prefeitura de Salvador pressionaram os gestores no interior?

Eures Ribeiro – Nós temos uma realidade muito distinta. Se for observar essa crise da epidemia se concentra mais nos grandes centros. Nós não temos que basear as nossas ações em uma cidade de menor porte em uma cidade como Salvador e São Paulo. Por isso é importante ter em cada município um conselho formado pela sociedade que possa fazer essa avaliação e orientar os prefeitos. Os

empresários e produtores que estão instaladas no interior?

Eures Ribeiro – Com certeza. É preocupante sim. Todo o setor produtivo está sofrendo muito com essa questão. Por isso que a gente tem que ouvir a sociedade para errar menos. É impossível não errar em uma situação como essa. Se me perguntar se o governador errou ao baixar o decreto fechando todas as escolas da Bahia, eu não acho. Uma hora como essa não se sabe o que fazer. E a gente quer proteger o povo. O governador fez no intuito de proteger a população. A intenção dele foi a melhor possível. Em uma crise tudo é difícil. Todo governante que decide sozinho tende a errar mais. O conselho que dou para os prefeitos é decidir sempre ouvindo. Por isso, é importante montar um conselho de crise com vários segmentos participando.

Tribuna – Os hospitais de campanha têm sido montados na capital. Também terão no interior?

Eures Ribeiro – Eu defendo a seguinte tese: a legislação determina que a alta complexidade é de competência do governo e do presidente da República. Se eu sou prefeito, eu não tenho competência de mega e alta complexidade. Nas reuniões que eu participo, há uma pre-

visão de complementar. Em uma crise como essa, com a queda de receita, eu acredito que o município não tenha condição de fazer. Quem tem que fazer esse tipo de aporte é a União. É o governo federal. Nós temos que abrir muito a discussão com o governo federal. Temos que deixar a questão política, partidária de lado e pensar no povo. E abrir diálogo tanto com o governo do Estado, que pode ajudar muito os municípios, quanto com o governo federal. Se o governador garantir leitos de UTI, ele já estará fazendo um grande serviço aos municípios. Será um grande suporte. Se a União puder também ajudar, será uma grande valia. A hora é a hora de baixar as bandeiras da política e trabalhar de mãos dadas. O governador Rui Costa, o presidente Jair Bolsonaro e os prefeitos têm que trabalhar em sintonia em prol de enfrentar um inimigo que é o coronavírus.

Tribuna – Há uma demora do estado para confirmar os casos de coronavírus?

Eures Ribeiro – Todos os testes que nós estamos enviando estão saindo. Estão saindo com precisão. A gente foi olhar o teste rápido, mas a gente viu que tem o teste e o contrateste. O tempo é o mesmo (então do teste normal). Seria a mesma

mesma coisa. Mesmo estando em crise e com queda de receita. A maioria dos municípios, sem FPM, não consegue sobreviver. Ficou muito bem acertado que a União vai fazer o repasse do FPM. Eu vejo com uma grande contribuição do governo federal com os municípios da Bahia e do Brasil. Eu aplaudo muito essa atitude do governo federal. Sem ajuda da União e do governo do Estado, a gente não consegue ter força para suportar essa crise. E nós estamos apenas no começo dela.

Tribuna – Como o senhor observa a postura do presidente Jair Bolsonaro contrária ao isolamento social?

Eures Ribeiro – Eu fiz uma crítica muito dura logo no início ao presidente da República. Eu achava que o presidente estava completamente errado em tudo. Hoje, eu acho que o presidente está errado em uma parte e certa em outra. Eu acho que ele está errado quando fala que não teve ter o isolamento social. Tem que ter o isolamento social, sim. Olha os casos que aconteceram em outros países, que ignoraram o isolamento social e depois teve que pedir desculpas. O isolamento social é um grande remédio. Não podemos abrir mão dele. A grande

diminuir a quantidade do fundo, que é de mais de R\$ 2 bilhões, para ser usada na saúde. E a gente conseguir fazer a campanha com menos recursos para uma parte ser destinada à saúde.

Tribuna – O fato de estarmos em ano eleitoral pode influenciar nas decisões dos prefeitos nesta crise do coronavírus?

Eures Ribeiro – Eu acho que sim, porque influencia muito. A população está atenta a cada gesto de cada gestor. É momento que não é fácil ser prefeito. Toda ação requer uma reação da comunidade. Se você faz algo, você é criticado. Se você não faz, é criticado. Imagine meu exemplo das cestas básicas. Se eu não entregasse as cestas básicas, eu seria criticado porque não estava matando a fome das pessoas. Se eu dou, eu aglomero e sou criticado. Cada ação que a gente faz é criticada. O eleitor está em casa e vendo cada passo. É hora de muita sabedoria, muito equilíbrio. É hora de ouvir muita a população, ouvir o povo. Por isso, é importante o conselho. Eu aconselho os prefeitos a não tomarem as decisões sozinho nem o governador nem o presidente. Tem que ter sabedoria. É hora de pedir a Deus sabedoria.

Tribuna

PONTO DE VISTA

Inaldo da Paixão Santos Araújo

Covid-19 e inquietações auditoriais

Há muito aprendi com o Professor Ángel González-Malaxetxebarria, um dos responsáveis pelo aprimoramento das auditorias nos Tribunais de Contas brasileiros, que o auditor não deve comportar-se como um comandante que chega ao campo de uma batalha perdida e critica ações dos que deram a vida pela causa.

Atordoado com a pandemia que assola a humanidade e ciente da nossa insignificância perante o universo, divido minhas inquietações auditoriais.

Nestes tempos de incredulidade, consulte portais de Tribunais de Contas pátrios e os sítios da International Organization of Supreme Audit Institutions (INTOSAI), da Organización Latinoamericana y del Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS) e do Tribunal de Contas Europeu em busca de boas práticas sobre a atuação concreta para acompanhar ações e impactos relacionados ao combate da Covid-19.

Esses sites enfatizam, o que é salutar, o cuidado com seus servidores, o adiamento de prazos e a paralisação de eventos de formações, regras para o

teletrabalho e a suspensão das sessões de julgamento.

Tudo isso é relevante, mas devemos fazer mais do que o necessário isolamento social.

Assim, muito em boa hora, o Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e as entidades representativas Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas (ABRACOM) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) debateram temas relevantes para o combate à Covid-19.

Neste encontro telepresencial, entre outros, destaca-se o pensar do Conselheiro Sebastião Helvécio, vice-presidente do IRB, que afirmou não entender que seja o momento de realizar auditorias. "O papel dos Tribunais de Contas neste momento é um papel de solidariedade. Nosso conhecimento neste setor é muito menor que o conhecimento acumulado do Ministério da Saúde, das Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde".

Também merece enlevo o dizer do Presidente da ABRACOM, Conselheiro Thiers Montebello,

pois em um momento de excepcionalidade "é preciso prudência, cautela e focar no principal, sem deixar a formalidade ceder as medidas urgentes".

Indubitavelmente, não se pode esperar a passagem do que virá para atuar, mas também não se deve imiscuir-se, tampouco colocar óbices nas decisões daqueles que estão na linha de frente do bom combate, diuturnamente, agindo para salvar vidas.

Ressalto que a ação de controle externo em um momento de calamidade pública não pode inviabilizar ou mesmo retardar providências que urgem.

Com efeito, o momento exige que as esferas de governo adotem medidas rápidas, por vezes sem tempo para a devida análise, e que envolvem planos de ações imediatas, preparação de unidades hospitalares, contratação de pessoal, distribuição de medicamentos, insumos, material de higiene, equipamentos de trabalho, testes da Covid-19, entre outros.

Além disso, viveremos tempos de crises orçamentárias, com queda da arrecadação, aumentos e corte de gastos, parcelamento de dívidas e sus-

penção e retomada de contratos.

Nada obstante, quando a tormenta passar, as contas precisarão ser prestadas, e os órgãos de controle não poderão olvidar que problemas novos exigem novas soluções e novas rotinas auditoriais. Como diz Eduardo Fagnani, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), "situações extraordinárias demandam ações extraordinárias" e, complemento, empatia e bom senso nas análises. Não se esquecendo de que há momentos em que nada a fazer não significa não fazer nada.

Essas são algumas inquietações, e clamo a nossa responsabilidade, como operadores do controle público, considerando o impacto no cidadão. Afinal, é fácil questionar o leite que se perdeu, o difícil é agir para que o balde não o derrame.

**Mestre em Contabilidade.
Conselheiro-corregedor do
Tribunal de Contas do Estado da
Bahia, professor, escritor.
Inaldo_paixao@hotmail.com**

Tribuna

Emendas

O deputado Marquinho Viana (PSB) participou ontem da sessão remota da Assembleia Legislativa da Bahia, quando foi aprovado o projeto de lei de autoria do governo do Estado, que autoriza o governo a pagar as contas de energia dos consumidores até 100kw/h/mês durante três meses, totalizando quase 900 mil consumidores. O deputado afirma que os recursos serão do orçamento do governo do Estado da Bahia, sendo parte desses recursos de emendas impositivas dos 63 deputados estaduais da Bahia.

Cestas básicas

O governador Rui Costa anunciou ontem que o Governo do Estado irá entregar duas cestas básicas para as pessoas que cumprirem o isolamento nos Centros de Acolhimento montados pelo Governo do Estado. A primeira unidade foi aberta na quinta-feira (2), no antigo prédio da EBDA, atrás do Parque de Exposições, e tem capacidade para receber 300 pessoas com diagnóstico confirmado da Covid-19. Uma nova unidade deve ser aberta na próxima semana no bairro do Rio Vermelho com capacidade para mil leitos. Rui Costa ressaltou que os locais são destinados às pessoas carentes e o objetivo é evitar a propagação da doença entre os familiares.

Combate

A Bancada estadual do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa da Bahia encaminhou para o Governador Rui Costa um pacote com 26 medidas sociais e econômicas, para auxiliar no enfrentamento da Covid-19 e no atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Entre as indicações apresentadas estão: criação de uma política estadual para garantir a aquisição e a logística de distribuição dos produtos de agricultores familiares em toda a Bahia; implantação de uma política de renda mínima para vendedores ambulantes, taxistas, motoristas de aplicativos, pescadores, marisqueiras e outros trabalhadores informais.

INSS

O deputado federal Mário Negromonte Júnior (PP) elaborou um projeto de lei que suspende os pagamentos das contribuições do INSS por parte de Estados, Distrito Federal e municípios. O deputado aponta que os municípios estão passando por dificuldades para implementar ações de enfrentamento à Covid-19, além disso, tiveram uma queda brusca em sua arrecadação de imposto por conta da suspensão de funcionamento de diversos estabelecimentos comerciais. "A maioria dos municípios do país não possui regimes próprios de previdência social e todos os funcionários são vinculados ao regime da Previdência Social. A suspensão dos pagamentos nesse momento é fundamental para que os prefeitos concentrem todos seus esforços na luta contra o coronavírus", destacou Negromonte Júnior.

Tribuna

Rui pagará conta de energia de 3,5 milhões de baianos

DA REDAÇÃO

O pagamento da conta de energia que será assumido pelo Governo do Estado durante os próximos 90 dias vai ser ampliado para os baianos que tenham consumo de até 100 kilowatt (kW) por mês e estejam no CadÚnico. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa ontem.

A ampliação do benefício ocorre após a definição da Assembleia Legislativa da Bahia para que as emendas dos deputados sejam utilizadas no combate à pandemia do novo coronavírus.

O governador Rui Costa agradeceu o apoio dos parlamentares pela ampliação do benefício que até então



contemplava famílias de baixa renda com consumo de até 80 kilowatt (kW). "Hoje com a doação das emendas individuais dos deputados, conseguimos ampliar a faixa de consumo. Agradeço ao presidente Nelson Leal e a todos os deputados. Com isso, 3,5 milhões de baianos serão beneficiados por essa medida do Governo do Estado e Assembleia Legislativa".

Tribuna

Combate ao coronavírus pode chegar a R\$1 trilhão

MARINA BARBOSA,
CORREIO BRAZILIENSE

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o pacote de enfrentamento à crise sanitária e econômica do novo coronavírus pode chegar a R\$ 1 trilhão. O valor é o maior já anunciado pelo governo.

“Os programas já passaram dos R\$ 800 bilhões e possivelmente vão chegar a quase R\$ 1 trilhão ao longo das próximas semanas ou meses”, disse Guedes, em pronunciamento realizado no Palácio do Planalto.

Como já prevê um gasto de R\$ 1 trilhão durante a pandemia do Covid-19, o ministro também afirmou que o rombo das contas públicas brasileiras pode chegar a 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil neste ano. É um rombo maior que o déficit de R\$ 419 bilhões que foi anunciado há menos de 24 horas pelo Ministério da Economia e corresponde a 5,55% do PIB.

Guedes, contudo, não detalhou como serão empregados todos esses recur-

sos. “É um volume de recursos formidável. Nunca houve uma mobilização tão rápida de tantos recursos. Estamos preparados para atender as emergências”, disse.

Inicialmente, Guedes havia dito que as medidas de enfrentamento ao Covid-19 iriam injetar R\$ 750 bilhões na economia brasileira nos próximos três ou quatro meses. Depois, esse valor subiu para R\$ 800 bilhões.

R\$ 600

Guedes ressaltou, por sua vez, o impacto de uma das medidas emergenciais já anunciadas pelo governo nessa conta: o pagamento do benefício de R\$ 600 aos trabalhadores informais. É que o chamado coronavoucher vai custar R\$ 98 bilhões ao governo - mais que os R\$ 95 bilhões que a União tinha disponível para as despesas discricionárias (as não obrigatórias) de todo o ano de 2020.

“Só esse programa excede todos os gastos discricionários previstos para este ano. [...] Com isso, em três meses vamos gastar mais que toda a programação anual de todos os ministérios”,



PROGNÓSTICO

Programas já passaram dos R\$ 800 bi e possivelmente vão chegar a quase R\$ 1 trilhão

afirmou Guedes.

Balanço divulgado nessa quinta-feira (02/04) pelo Ministério da Economia confirma que esta é a medida de maior impacto fiscal do pacote de enfrentamento ao Covid-19, pois representa 1,3% do PIB. E o presiden-

te Jair Bolsonaro já avisou que, se for preciso, o pagamento do coronavoucher pode durar mais que os três meses projetados inicialmente.

Além dos R\$ 98 bilhões do auxílio dos informais, o governo também espera

aplicar R\$ 88 bilhões em auxílios para os estados e municípios; R\$ 51,2 bilhões no programa de proteção ao emprego, que assegurou o pagamento do seguro de desemprego aos trabalhadores que tiveram o salário reduzido durante a pandemia; R\$

TSE discute adiar eleição para fim do ano,

Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) avaliam a possibilidade de adiar as eleições municipais, marcadas para outubro, para dezembro, devido à pandemia do novo coronavírus. Os ministros, porém, descartam a possibilidade de que os mandatos atuais sejam prorrogados. Esta possibilidade somente será ventilada caso as eleições sejam transferidas para 2021 ou se o pleito for unificado em 2022. A decisão deverá ser tomada até o início de junho.

“A saúde pública, a saúde da população é o bem maior a ser preservado. Por isso, no momento certo será preciso fazer uma avaliação criteriosa acerca desse tema do adiamento das eleições. Mas nós estamos em abril. O debate ainda é precoce. Não há certeza de como a contaminação vai evoluir”, disse o ministro Luís Roberto Barroso ao jornal O Globo.

R\$600

Aplicativo vai cadastrar informais no país

GUILHERME MAZUI, G1
— BRASÍLIA

O ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, disse ontem que será usado um aplicativo para celulares para identificar os trabalhadores informais que não estão em nenhum cadastro do governo, mas têm direito de receber o auxílio de R\$ 600. O benefício é uma das medidas de alívio à crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Esse aplicativo, informou, poderá ser baixado a partir da terça-feira (7).

Onyx disse que, além do aplicativo, o cadastro poderá ser feito por telefone, em número que será divulgado posteriormente, e através de um site, que também está em desenvolvimento.

Ele informou ainda que será possível fazer o registro em agências, mas não informou quais.

Já o calendário para o

pagamento do auxílio aos informais será anunciado na segunda-feira (6).

Segundo o ministro, entre 15 milhões e 20 milhões de trabalhadores que têm direito ao auxílio não estão atualmente em nenhum cadastro usado pelo governo e precisam fazer o registro para receber o dinheiro.

Devem fazer o cadastramento pelo aplicativo:

trabalhadores que não estão no Cadastro Único do governo;
contribuintes individuais do INSS;
microempreendedores individuais.

De acordo com o ministro, trabalhadores que já estão nos cadastros do governo mas que não sabem disso e venham a tentar fazer o credenciamento por qualquer dos meios anunciados, vão ser informados de que não precisam do registro.

Onyx informou ainda que:

o dinheiro será creditado em conta bancária, ou; ele receberá uma autorização para fazer o saque nas lotéricas.

“Aqueles que não têm conta, terão uma conta digital aberta de forma gratuita. Quem já tiver em outro banco, receberá uma TED [transferência eletrônica] de graça”, informou o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães.

Segundo o ministro da Cidadania, há ainda a previsão de que o auxílio possa ser sacado em caixas eletrônicos.

Onyx disse que a previsão é de que esses trabalhadores possam começar a receber o auxílio 48 horas depois de concluírem o cadastramento pelo aplicativo, site ou telefone.

“Queremos dar tranquilidade ao taxista, ao vendedor de pipoca, à diarista, de que ela, a partir de terça-feira (7), terá as condições de

fazer o cadastramento e, em poucas horas, receber os recursos”, disse o ministro da Cidadania.

CALENDÁRIO

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, afirmou que na segunda-feira (6) o banco anunciará o calendário de pagamento e detalhes operacionais para o recebimento do benefício pelos trabalhadores informais.

Ele disse que o aplicativo ainda não foi lançado e alertou para golpes digitais.

“Quando lançarmos [o aplicativo], sabemos que teremos dezenas de milhões de acessos em um só dia. Até agora, não lançamos ainda. Então qualquer aplicativo que a população esteja vendo não é um aplicativo do governo. Porque este aplicativo que a Caixa montou junto com o governo federal, é o único que concentrará essa base de dados”, afirmou.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/04/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 06 de Abril de 2020 - 07:20

Contas dos governos também serão destroçadas pela crise da Covid-19

por Fernando Duarte

Engana-se quem acredita que apenas o setor privado vai terminar a crise do novo coronavírus quebrado. O setor público, inclusive, tende a ser afetado tanto quanto, porém chamará bem menos atenção em um primeiro momento. As consequências do iminente colapso econômico serão sentidas a médio e longo prazo, com comprometimento da prestação de serviços pelas três esferas: União, estados e municípios. Só que esse bolso não é de A ou de B. É o bolso de todo e qualquer brasileiro, seja ele rico ou pobre. A diferença é que os ricos dependerão menos do estado quando a tempestade passar.

Imprescindível para conter o avanço da Covid-19, o isolamento social vai retirar milhões de reais de circulação. O impacto na cadeia produtiva está o tempo todo na imprensa e gera até mesmo a estapafúrdia ideia de que é preciso voltar à normalidade. Não é o momento, pois entre salvar vidas e salvar a economia, o natural deveria ser escolher a primeira opção. Porém além dos bens e serviços ficarem estagnados, o "lockdown" gera uma queda drástica de arrecadação, ao tempo em que aumentar os gastos públicos se torna vital para a sobrevivência dos cidadãos – e das próprias empresas.

O cofre da União é maior do que a "poupança" de estados e municípios. Por isso a cobrança é maior em cima do governo federal. A parte controlada pelo Palácio do Planalto é uma fatia gigantesca desse bolo. Por isso a falta de rearranjo do pacto federativo, como defendido há algum tempo por políticos das mais diversas vertentes, vai fazer tanta falta nesse momento. A União vai sentir o baque, porém o custo para cofres de estados como a Bahia ou como o da prefeitura de Salvador será ainda maior. Somos pobres, mesmo que finjamos que não.

É claro que precisamos que impostos sejam reduzidos, já que a renda de todos os brasileiros vai cair. É natural que muitas pessoas, físicas e jurídicas, vão preferir honrar com outros compromissos ao invés de quitar dívidas com a bocarra estatal. A prioridade é, sem dúvidas, salvar vidas. Entretanto precisamos ter a dimensão de que, no futuro - e espero que seja em um futuro próximo - a conta dessa alta demanda do Estado brasileiro como um todo será cobrada.

No melhor dos caminhos, talvez voltemos ao início da redemocratização brasileira, quando a inflação e o receio da instabilidade econômica pautavam o noticiário do final da década de 1980. O ministro Paulo Guedes tem um enorme desafio pela frente. Todos torcemos para que ele tenha êxito nesse processo. Sob o risco de terminarmos a crise do novo coronavírus com o setor privado esfacelado, o poder público esfaçalhado e com brasileiros traumatizados demais para tentarem reconstruir o país.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 06/04/2020	



MEDIDAS ECONÔMICAS: GUEDES DEFENDE MAIS DINHEIRO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS E CONGELAMENTO PARA SERVIDORES



admin 6 Abril, 2020

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu um aumento no limite de endividamento de prefeituras e Estados, segundo relatos. Hoje, estados e municípios podem contrair R\$ 8,4 bilhões em empréstimos em 2020, dos quais R\$ 4,5 bilhões com garantias federais e R\$ 3,9 bilhões sem garantia. Caberá ao Ministério da Economia aumentar esse limite. A reunião durou cerca de três horas. No início, Guedes fez uma longa fala sobre as medidas do governo para colocar dinheiro na economia, agradeceu o apoio dos deputados para aprovar o “Orçamento de guerra” e disse que vai continuar precisando do apoio do Congresso.

O ministro também se disse favorável ao congelamento de salários de servidores públicos por dois anos por conta da crise do novo coronavírus. Ele descartou o corte na remuneração dos funcionários federais durante a crise, já que o presidente Jair Bolsonaro não “aceita falar disso”. As declarações foram feitas em uma reunião por videoconferência com deputados do DEM, neste domingo. O encontro foi fechado para o público, mas O GLOBO obteve os relatos de parlamentares que participaram do encontro.

Guedes citou um risco deflacionário de um eventual corte de salários. Mas afirmou que o setor público precisa dar exemplo e, para isso, seria necessário “congelar os salários durante dois anos”. Segundo os relatos, Guedes afirmou que a economia com essa medida seria a mesma de promover cortes salariais, mas sem risco de isso gerar uma deflação. A equipe do ministro chegou a escrever uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para cortar em 25% os

vencimentos dos servidores, com proporcional redução de jornada de trabalho. Bolsonaro, porém, não aceita tratar desse assunto, disse o ministro, segundo fontes.

Na reunião, o ministro também estimou que a crise econômica decorrente da Covid-19 vai demorar “três ou quatro” meses. Mas defendeu a continuidade da agenda de reformas estruturantes. O ministro disse não querer ver o ano de 2020 como um “grande arrombamento”, apesar de garantir que o governo vai gastar o que for necessário para conter os efeitos do coronavírus.

Segundo dados do Ministério da Economia, medidas já anunciadas pelo governo para combater o coronavírus irão custar R\$ 224 bilhões. Junto com a queda na receita, isso vai gerar um rombo de R\$ 419 bilhões nas contas públicas em 2020, o equivalente a 5,55% do Produto Interno Bruto (PIB). Guedes também admitiu a possibilidade de o governo antecipar o pagamento de emendas parlamentares como forma de aquecer a economia. Emendas são indicações de obras e serviços feitas por deputados e senadores, geralmente em suas bases eleitorais.

A Secretaria de Governo da Presidência da República solicitou antecipação dos pagamentos das emendas ao ministério citando a necessidade de auxiliar estados e municípios na realização de políticas públicas de apoio à população. Guedes está a uma semana morando na Granja do Torto, uma das residências oficiais da Presidência da República. O ministro só sai da casa para ir ao Palácio do Planalto. A residência tem características de casa de campo e fica nos arredores de Brasília. Quando a conexão de Guedes falhou e os deputados ficaram sem ouvir o som do ministro, Guedes culpou a qualidade da internet na Granja do Torto. Sobre estados e municípios, Guedes afirmou não ser favorável a perdão de dívidas e disse que a ajuda do governo deve ter como contrapartida uma ajuste fiscal que pode incluir a privatização de empresas municipais ou estaduais.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 06/04/2020	



ARMANDO AVENA: O DINHEIRO DO GOVERNO FICOU PARADO NOS BANCOS E PODE HAVER QUEBRADA DE EMPRESAS



admin 6 Abril, 2020

O governo federal jogou trilhões no mercado bancário e reduziu o depósito compulsório na vã esperança de que os bancos emprestassem esse dinheiro para os empresários. Mas quase nada chegou às mãos das empresas brasileiras, sejam elas grandes ou pequenas. Pelo contrário, os bancos aumentaram os juros, elevaram os spreads e exigem cada vez mais garantias. E pegam todo dinheiro e aplicam em Títulos do Tesouro e ganham bilhões com as medidas do governo. Se nada for feito haverá quebra geral, muitas empresas brasileiras não vão aguentar 3 ou 4 meses com faturamento zero e vão sobrar apenas os mesmos bancos de sempre.

O Ministro da Economia reconheceu isso no fim de semana e disse que o dinheiro está “empçado no mercado financeiro”. O mais correto seria dizer: está empçado nos grandes bancos. Guedes propõe algumas medidas,

1. Compra direta de carteira ou títulos de empresas como é feito pelo Banco Central dos Estados Unidos. Assim, o Banco Central poderia negociar uma carteira de crédito diretamente com uma empresa, um varejista ou uma indústria.
2. Financiamento direto da folha de salários pelo BNDES
3. Usar fundo de aval de instituições como o BNDES e Sebrae e recursos do Tesouro para garantir os empréstimos e fazer com os bancos peçam menos garantias.

As duas primeiras medidas já estão no Congresso Nacional, na PEC do Orçamento de Guerra, a terceira, apesar de necessária, vai fazer do Brasil o paraíso dos banqueiros, um lugar onde o governo eliminou o risco dos bancos e garante que eles sempre vão ter lucros.

Outras medidas poderiam ser tomadas, como usar os bancos digitais como intermediários ou simplesmente intervir no mercado bancário temporariamente por conta da economia de guerra motivada pelo coronavírus. O fato é alguma coisa precisa ser feita, para evitar uma quebra geral nas empresas brasileiras e que o país se torne um parque de diversão de banqueiros.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 03/04/2020	



EMPRESAS DO SIMPLES NACIONAL TÊM NOVO PRAZO DE RECOLHIMENTO DO ICMS



admin 3 Abril, 2020

Foi prorrogado por 90 dias o prazo para recolhimento do ICMS apurado no âmbito do Simples Nacional pelas micro e pequenas empresas, referente aos meses de março, abril e maio de 2020. O imposto a ser recolhido em abril fica prorrogado para julho, o de maio vencerá em agosto e o de junho, em setembro. Na Bahia, são 190 mil empresas no Simples Nacional.

A prorrogação foi solicitada pelos estados por meio do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e obteve o aval do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). Os 300 mil contribuintes baianos inscritos como Microempreendedor Individual (MEI) tiveram o prazo de recolhimento prorrogado por 180 dias.

A medida soma-se a outras adotadas pelo fisco baiano ante os impactos trazidos pela pandemia do novo coronavírus, a exemplo da suspensão do prazo de recursos dos processos administrativos fiscais no período de 23 de março a 30 de abril de 2020 e da possibilidade, para os contribuintes inscritos como MEI, as microempresas e produtores rurais não inscritos no cadastro do ICMS, de emissão de nota fiscal avulsa via internet. Contribuintes MEI agora também podem solicitar nota eletrônica por e-mail.

Veículo: Política Livre	
Data: 06/04/2020	Caderno: Economia



06 de abril de 2020 | 10:01

Banco Central regulamenta empréstimos a instituições financeiras

ECONOMIA

O Banco Central (BC) regulamentou, por meio da Circular 3.996, os empréstimos a instituições financeiras mediante a emissão de Letra Financeira Garantida. A previsão é de liberação de R\$ 650 bilhões na economia com essa medida.

Segundo o BC, a “Linha Temporária Especial de Liquidez, com o objetivo de oferecer a liquidez [recursos disponíveis] necessária para que o Sistema Financeiro Nacional possa atender ao aumento da demanda observada no mercado de crédito, fruto dos reflexos da propagação da covid-19”. Esse tipo de operação foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, no dia 1º deste mês.

O banco que quiser o empréstimo terá que dar a carteira de crédito com baixo risco de inadimplência como garantia. A transferência dessa carteira de crédito para o BC será feita mediante a emissão de uma Letra Financeira Garantida. Com essa operação, o banco receberá os recursos do BC e terá mais dinheiro disponível para emprestar às empresas e famílias.

Pela regulamentação, o empréstimo terá um custo de 0,60% ao ano e será concedido por meio de liberações mensais de recursos: a primeira de até 50% do Patrimônio de Referência (PR) da instituição financeira, podendo chegar até 100% do PR até o final do ano.

Segundo o BC, a liberação do crédito obedecerá três etapas: uma pré-operacional, de entrega de documentos; a segunda, de constituição de gravames; e a terceira, operacional, quando ocorrem as solicitações, as autorizações para a emissão de Letra Financeira e as concessões de empréstimos com a liquidação financeira da emissão.

A partir do dia 13 de abril, as instituições financeiras poderão iniciar o processo de depósito e documentação, para, no dia 20, solicitar os empréstimos, que serão liberados em até 2 dias úteis.

Agência Brasil

Veículo: Política Livre	
Data: 06/04/2020	Caderno: Economia



06 de abril de 2020 | 09:27

Dólar abre em queda em meio a cenário positivo no exterior

ECONOMIA

O dólar abriu em queda de 0,78%, cotado a R\$ 5,28, em meio a uma melhora do cenário exterior, com mercados de Ásia e Europa tendo alívio nas respectivas Bolsas, em meio à diminuição da disseminação do novo coronavírus, causador da covid-19, no velho continente, que não é mais considerada o epicentro da doença. A situação mais preocupante, agora, se encontra nos Estados Unidos.

Porém, mesmo com esse ambiente externo um pouco melhor, ainda há ingredientes que dificultam uma melhora tão estável nas economias ao redor do mundo, incluindo o Brasil. O petróleo, por exemplo, cai ao redor de 4%, após tombar mais de 7% na madrugada, com o adiamento desta segunda para quinta-feira, 9, da reunião da Opep+ para discutir eventual corte na oferta.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, alertou que o país deve enfrentar o pico da pandemia de coronavírus “nos próximos dias”, enquanto o governador de Nova York, Andrew Cuomo, afirmou que o pico de Covid-19 deve chegar em 7 dias a Nova York. Os Estados Unidos têm 312 mil infectados e 8.500 mortes, e no mundo, há um total de 1.113.758 casos e 62.784 mortes, de acordo com a OMS.

No Brasil, que registra 11.130 contaminados e 486 mortes pela covid-19, os ativos financeiros podem se beneficiar da melhora externa, mas de forma comedida. Em meio à espera do IPCA de março na semana, que será mais curta pelo feriado da Páscoa no País, Europa e EUA, na sexta-feira, o investidor deve repercutir hoje sinais do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de que a Selic pode seguir estável, em vez de cair como espera a maioria no mercado.

Campos Neto afirmou em teleconferência no sábado que “o que se leva em consideração para (decidir sobre) juros é valor esperado para o ajuste fiscal”, disse. Ele e o ministro da Economia, Paulo Guedes, falaram no fim de semana em teleconferências sobre o “empocamento” nos bancos dos R\$ 1,2 trilhão destinados pelo governo para manter a liquidez no mercado durante a pandemia e prometeram meios para que o dinheiro chegue diretamente a famílias e empresas, como o uso de maquininhas de pagamentos.

Já o Banco Central sinalizou nova liberação de compulsórios e o direcionamento de novos créditos para micro e pequenas empresas (MPEs). Fica no radar ainda outro possível mal-estar diplomático com a China.

Estadão

Veículo: Política Livre	
Data: 05/04/2020	Caderno: Economia



05 de abril de 2020 | 07:43

Demora nas medidas fará PIB recuar mais

BRASIL

Após ser reprovado pela demora para anunciar medidas econômicas que amenizem a crise decorrente da pandemia da covid-19, o governo de Jair Bolsonaro passou a ser criticado também pela lentidão para colocá-las em prática. O ritmo de implementação das medidas deve resultar num PIB ainda mais baixo neste ano, em maior tensão social e numa deterioração mais acentuada da situação fiscal do País, segundo analistas.

Levantamento feito pelo jornal O Estado de S. Paulo mostra que, de 39 medidas econômicas divulgadas até agora, apenas um terço já saiu do papel. A maior parte delas (36%) está atrasada e 31%, em andamento.

Na última semana, por exemplo, diante de um impasse jurídico, o presidente Bolsonaro demorou 48 horas para sancionar o auxílio emergencial para trabalhadores informais. Agora, ainda há entraves para fazer com que esse dinheiro chegue a grande parte da população. Na área monetária, também há dificuldades para que o crédito alcance os empresários.

“As medidas que saíram até agora estão na direção correta. O problema é a entrega. Não é de agora que o governo tem sido lento. Olha o que aconteceu nas privatizações. Nesse ritmo, acho razoável pensar que, antes do fim de abril, não vai ter nada significativo em prática”, diz o economista José Roberto Mendonça de Barros, da consultoria MB Associados.

A maior preocupação dos economistas é com o auxílio emergencial de R\$ 600 aos informais, tido como uma das medidas mais importantes neste momento. Na sexta-feira, o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, afirmou que entre 15 milhões e 20 milhões de pessoas que têm direito ao auxílio não estão em nenhum cadastro usado pelo governo. A ideia é que essas pessoas se cadastrem por meio de um aplicativo, de um telefonema ou de um site na internet que ainda está em desenvolvimento.

“O governo precisa de criatividade e agilidade, porque não dá para as pessoas ficarem passando fome. E essas duas características não são naturais da nossa burocracia”, diz a economista Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman. “As pessoas têm de receber esse dinheiro a tempo inclusive de se evitar uma convulsão social. Não estamos falando de eficiência, mas de vida ou de morte”, acrescenta.

Mendonça de Barros destaca que, quanto mais demorar para esse auxílio chegar ao trabalhador, maior será a retração da economia neste ano. “Há um colapso na demanda, o auxílio emergencial compensa parte disso. A demora para o auxílio sair amplia a retração do PIB, sem falar no custo social. As pessoas estão passando necessidade.” A MB Associados projeta, por enquanto, uma queda de 2,1% no PIB deste ano, com viés negativo.

O economista acha ainda pouco provável que empresas tenham coragem de reduzir salários e jornadas de trabalhadores enquanto a medida provisória (MP) que permite isso não seja aprovada pelos parlamentares, o que pode resultar em mais demissões nesse período crítico.

“Essa MP demorou muito e, agora, ninguém vai se sentir seguro para fazer algo sem passar pelo Congresso”, diz. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

COVID-19

Publicado em 06/04/2020 às 08h06.

Aprovado há uma semana, auxílio de R\$ 600 a informais ainda não tem prazo de pagamento

Presidente Jair Bolsonaro precisa editar um decreto criando as regras para viabilizar, na prática, os saques.

Redação



Foto: Marcos Corrêa/PR

Aprovada há uma semana pelo Congresso Nacional, a lei que cria um auxílio emergencial de R\$ 600 para trabalhadores informais durante a pandemia do novo coronavírus ainda não saiu do papel. Isso porque o presidente Jair Bolsonaro ainda precisa editar um decreto criando as regras para viabilizar, na prática, os saques. Só então os bancos poderão liberar o dinheiro.

O auxílio, que ficou conhecido como coronavoucher, será concedido a pessoas sem carteira assinada, incluindo autônomos, e em contrato intermitente (CLT, que ganham por hora ou dia trabalhado) para combater os efeitos da crise causada pela pandemia de coronavírus.

orçamentários, mas ainda falta um decreto para definir como será a operação de pagamento.

Cadastro via aplicativo

Na sexta-feira (3), o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, afirmou que o governo vai liberar nesta terça (7) um aplicativo, junto com a Caixa, para que os trabalhadores se cadastrem e solicitem o auxílio.

Segundo ele, a expectativa é que o cadastro seja processado em 48 horas e, após esse período, aqueles que cumprirem todos os requisitos tenham o recurso creditado pela Caixa, pelo Banco do Brasil e por bancos privados.

'Burocracia'

O presidente tem justificado que a demora para a liberação do dinheiro ocorre porque "a burocracia é enorme" e, segundo ele, qualquer erro por parte dele poderia resultar em crime de responsabilidade. Ainda assim, disse que começaria a pagar nesta semana.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, também sugeriu que a demora é decorrente de questões técnicas.

Na semana passada, insistiu que o pagamento dependia da aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) pelo Congresso, para que o governo pudesse quebrar algumas regras que amarram o Orçamento.

Em seguida, o presidente resolveu publicar a medida no Diário Oficial, mas ainda não editou o decreto.

O Ministério da Economia estima que o auxílio de R\$ 600 deva atender aproximadamente 54 milhões de pessoas.



Audidores fiscais propõem medidas de impacto tributário

Impacto no aumento da arrecadação variaria de R\$ 234 bilhões a R\$ 267 bilhões em 12 meses

Por **Edna Simão** — De Brasília

06/04/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Estudo feito por seis entidades representativas dos auditores-fiscais da Receita Federal, dos Fiscos dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios sugere dez propostas tributárias emergenciais para o enfrentamento da crise provocada pelo coronavírus. O impacto no aumento da arrecadação variaria de R\$ 234 bilhões a R\$ 267 bilhões em 12 meses. Dentre medidas, algumas elevam impostos para setores econômicos como as instituições financeiras. As sugestões serão enviadas ao Congresso Nacional, equipe econômica e entidades empresariais.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), Kleber Cabral, explicou que o estudo buscou a elevação da tributação de setores que não estão sendo atingidos pela crise para direcionar a desoneração para os segmentos que precisam. Questionado sobre se esse é o momento para propor algum tipo de alta de imposto, Cabral disse que o Estado precisa de dinheiro e deve ter habilidade para verificar os setores que possam ajudar na saída da crise.

Além do Sindifisco, também assinam o estudo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip); a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite); a Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim); a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital

(Fenafisco); e a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco).

Segundo estudo, das dez propostas sete estão relacionadas a aumento da tributação, mesmo que temporário, para setores como o financeiro. Outras três tratam de desoneração de tributos. Para alavancar as receitas, sem impacto na retomada da economia, as entidades sugerem a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) de forma permanente acompanhada a empréstimo compulsório sobre a mesma base de 2020. A medida viabilizaria acréscimo da arrecadação de algo entre R\$ 30 bilhões a 40 bilhões ao ano. Outra medida é a cobrança temporária de uma alíquota de 20% de Contribuição Social sobre Lucro Líquido sobre todas as receitas financeiras de todos e quaisquer fundos, inclusive do Tesouro Direto (ao menos R\$ 60 bilhões anuais).

As entidades pedem que, no caso das instituições financeiras, seja feito um acréscimo temporário de 15% na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e de 4% na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que juntas elevam a arrecadação em R\$ 38 bilhões no ano.

O estudo também propõe tributar o ganho cambial extraordinário, com alíquota de 10%, incidente sobre os contratos de câmbio fechados acima de R\$ 4,45. Além disso, sugere a criação de empréstimo compulsório de empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões (limite do regime de lucro presumido) como na cobrança de uma alíquota de 15% sobre o lucro líquido auferido em 2019, e distribuído em 2020.

Outra proposta é a criação de empréstimo compulsório sobre o lucro e dividendos remetidos ao exterior em 2020 com alíquota de 25%. As duas medidas poderiam alavancar a arrecadação deste ano em R\$ 38 bilhões. O empréstimo compulsório funciona como uma antecipação de pagamento de tributos que é devolvido por meio de abatimento de pagamentos futuros. Neste caso, a proposta é que a devolução dos recursos para as empresas seria a partir de 2024, com correção pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Outra ideia é alterar a alíquota máxima do Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para 30% (R\$ 9 bilhões). Hoje, a alíquota máxima é de 8%

Do lado da desoneração, a proposta é isenção total de tributos, até o mês de abril de 2021, para micro e pequenas empresas do Simples Nacional, com faturamento anual de até R\$ 1,2 milhão, nos meses em que o seu faturamento apresentar decréscimo de ao menos 20% em relação a igual período do ano anterior. O impacto seria de R\$ 20 bilhões e seria exigida a contrapartida de manutenção dos empregos. O estudo propõe ainda redução ou eliminação da arrecadação compulsória para o Sistema S, incidente sobre a folha de salários. O custo é de R\$ 17,67 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.
DBT PRO

LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir drasticamente usando isto. Confira!
DRENEFORT

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Lídia Brondi tira maquiagem e nos deixa de boca aberta
LIFE INDIGO

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ian Bremmer, da Eurasia, fala pela primeira vez em impeachment de Bolsonaro

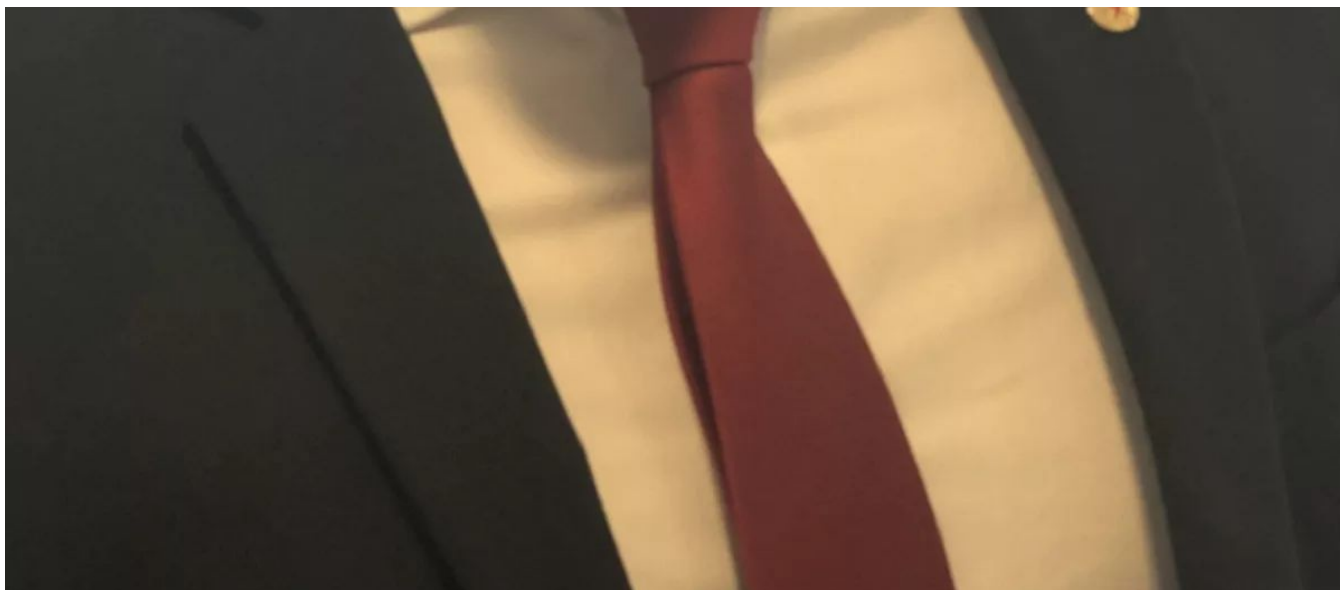
Estratégia de guerra da Fazenda barra liminares para adiar tributos

Das 230 ações julgadas até semana passada, 80% tiveram decisões contra contribuintes

Por **Joice Bacelo e Zínia Baeta** — De Brasília e São Paulo

06/04/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas





Procurador Manoel Tavares Neto: Executivo está sensível ao problema — Foto: Divulgação

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) montou uma estratégia de guerra para contra-atacar o bombardeio de ações de contribuintes que pedem para postergar o pagamento de tributos federais ou outras medidas com base na crise gerada pelo coronavírus - a liberação de penhora, bloqueio de bens ou depósitos judiciais, por exemplo. Em duas semanas quase 500 pedidos de liminar foram ajuizados em todo o país.

Um grupo de 70 procuradores de todas as regiões do Brasil trabalha conectado e cuida apenas das ações referentes à covid-19. Acompanham praticamente em tempo real a entrada e movimentação desses processos. E diante da dificuldade de acessar, de forma presencial juízes e desembargadores, os procuradores criaram uma espécie de petição multimídia.

Para cada gabinete é enviada a defesa escrita, com os principais argumentos, e no documento é indicado um link e QR Code que leva a um vídeo de cinco minutos em que um procurador faz considerações sobre o tema. Ele busca sensibilizar os magistrados sobre o perigo dessas ações para a própria política pública existente para lidar com a pandemia do coronavírus.

As estratégias têm dado resultados. Das 230 ações que haviam sido julgadas até a semana passada, 80% tiveram decisões contrárias aos pedidos dos contribuintes. Foram 177 contra e 53 a favor. E as únicas decisões que se têm notícia na segunda instância também são para rejeitar os pedidos de adiamento dos tributos.

“Se a empresa obtém a suspensão de tributos, a medida onera um orçamento e frustra uma política pública que precisa atender um problema geral”, afirma James Siqueira, procurador-chefe da Divisão de Acompanhamento Especial da PGFN em São Paulo. O procurador, que apresenta o vídeo indicado na defesa, diz que a ideia já havia sido usada experimentalmente no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Além da petição multimídia, os procuradores da Fazenda compartilham um banco de jurisprudência específico sobre o assunto que os permite agir de forma rápida, e seguir uma defesa padrão - com a mesma linha argumentativa para todas as ações.

Foi dessa forma que conseguiram rastrear, por exemplo, um contribuinte que havia apresentado o mesmo pedido, para adiar tributos, em mais de um Estado. O primeiro, no Paraná, foi negado e o segundo, no Distrito Federal, aceito. Os procuradores apresentaram petição ao juiz da 21ª Vara Federal do DF, que atendeu o pleito da empresa, informando da situação. O magistrado, no dia seguinte, remeteu o caso para a 2ª Vara Federal de Curitiba (processo nº 101666-71.2020.4.01.3400).

Até o momento, a União vem ganhando os primeiros casos na segunda instância. Há posicionamento nesse sentido de desembargadores do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, com sede em Brasília, da 2ª Região, no Rio de Janeiro, no da 3ª Região, em São Paulo, e no da 4ª Região, que atende os Estados do sul do país.

O desembargador Carlos Francisco, do TRF da 3ª Região, em decisão proferida quinta-feira, cita os “esclarecimentos prestados pela Divisão de Acompanhamento Especial da PGFN, em memoriais distribuídos à Corte”. Ele atendeu o pedido da União e revogou liminar que havia sido concedida pela primeira instância a um contribuinte (processo nº 5007243-84.2020.4.03.0000).

“Cabe ao legislador editar legislação destinada a auxiliar a categoria da impetrante, avaliando o impacto socioeconômico das medidas adotadas”, afirma o magistrado na decisão. A empresa, nesse caso, pleiteava postergar o recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha salarial e também das prestações de parcelamentos especiais.

Só na 3ª Região foram ajuizados, pelos contribuintes, 253 processos com pedidos relacionados à pandemia da covid-19 e, destes, 214 tratavam de pedidos de moratória. Há, na primeira instância, cem processos já com decisão proferida: 74 contrários aos contribuintes e 26 favoráveis.

No tribunal há registro de ao menos três decisões e todas elas, monocráticas, são favoráveis à Fazenda. Duas tratam sobre a prorrogação do pagamento dos tributos e uma diz respeito à liberação de valores que foram bloqueados via Bacen Jud.

Uma das principais linhas de defesa da PGFN é de que as soluções têm de ser sistêmicas e não para um ou outro contribuinte - como se pretende por meio das ações judiciais. “É preciso ter parcimônia”, diz o procurador Manoel Tavares Neto, coordenador-geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional. “O Executivo é quem está legitimado para tratar da política econômica. E está sensível ao problema e adotando as medidas pertinentes à pandemia”, acrescenta.

O procurador acredita que haverá um achatamento na curva de ações. Tanto pela negativa do Judiciário à maioria dos pedidos dos contribuintes como em razão da decisão do governo de postergar alguns tributos. A Portaria nº 139 do Ministério da Economia, publicada na sexta-feira, adia os pagamentos do PIS, da Cofins e da contribuição previdenciária patronal de março e abril para os meses de julho e setembro, respectivamente.

“Mas, se não cair [o número de ações] nós estaremos preparados”, afirma o procurador. Advogados, porém, entendem que a judicialização será mantida porque as medidas não contemplam todas as reivindicações dos contribuintes (leia mais abaixo).

O trabalho que vem sendo realizado pela PGFN em meio à crise do coronavírus é fruto de um projeto que teve início em 2019. Nasceu com a proposta de integrar as equipes e, dessa forma, conseguir mapear, nacionalmente, os temas com risco mais relevante para a Fazenda.

A ideia é que ao surgir uma tese nova, os procuradores consigam identificá-la e, já nas primeiras intimações, desenvolvam uma peça padrão, para que todas as

unidades se utilizem, desde o começo, da mesma linha argumentativa - firmando, assim, um posicionamento institucional que seguiria até os tribunais superiores.

“Quando chegou essa crise do coronavírus, que traz altíssimos riscos para a Fazenda, nós estávamos prontos para testar o modelo”, diz Manoel Tavares Neto. “Tivemos que antecipar algumas etapas no planejamento, mas está sendo muito satisfatório.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.
DBT PRO

LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir drasticamente usando isto. Confira!
DRENEFORT

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Lídia Brondi tira maquiagem e nos deixa de boca aberta
LIFE INDIGO

LINK PATROCINADO

O mau hálito incomoda as pessoas. Resolva esse problema hoje!
DENTENOL

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ian Bremmer, da Eurasia, fala pela primeira vez em impeachment de Bolsonaro

Acordo não evita baixo preço do petróleo

Estoques globais do produto são cinco vezes maiores do que na crise de 2014 a 2016, diz analista

Por André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

06/04/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas



Carlos Pascual: legislação antitruste impede EUA de colaborarem com produtores para ajustar suprimento — Foto: Luciana Whitaker/Valor

O mercado começa a semana de olho na reunião entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e países associados, como a Rússia, prevista para quinta-feira e que discutirá possível corte da produção. No momento em que a

demanda global por petróleo definha, em função da crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, qualquer iniciativa para reduzir a sobreoferta no mercado é considerada de grande importância. O vice-presidente mundial da consultoria IHS Markit, Carlos Pascual, um dos maiores especialistas em geopolítica do petróleo, afirma, porém, que mesmo com a possível trégua na guerra de preços entre os maiores produtores, o lado da demanda deve dificultar a recuperação do preço por um longo tempo.

Em entrevista ao **Valor**, Pascual diz que o mercado americano de óleo e gás não convencional (o “shale”) deve ser o mais afetado pela crise atual da indústria petrolífera. Na avaliação dele, o pré-sal brasileiro, por sua vez, tem a vantagem de possuir custos baixos o suficiente para conviver nesse cenário. Isso não quer dizer, porém, que outras regiões produtoras do país não sofrerão com a queda de preços.

Em meio às expectativas de retomada das negociações entre russos e sauditas, a cotação do barril do tipo Brent (segundo contrato) fechou a semana passada com alta de 26,9%, em US\$ 35,48. O preço ainda está distante dos valores acima de US\$ 60 vistos no início do ano. Pascual adverte que, apesar da recuperação da última semana, os estoques no mercado global estão em alta e podem levar anos para serem consumidos. Ele lembra que na última crise do petróleo, entre 2014 e 2016, os estoques globais precisaram de 18 meses para serem absorvidos pelo mercado e que, desta vez, a sobreoferta é cinco vezes maior.

“Por isso é tão importante tentar alcançar qualquer redução de produção que possa ser acordada em médio prazo. Isso pode contribuir para reduzir a sobreoferta acumulada. Isso não é só uma questão de preço de petróleo no curto prazo, é também um fator que pode afetar preços por vários anos”, diz ele.

Pascual destaca que, pelas estimativas da IHS Markit, no fim do primeiro semestre, haverá oferta excedente acumulada de 1,8 bilhão de barris de petróleo, volume acima da capacidade de armazenamento total do mundo, de 1,6 bilhão de barris. “A implicação disso é que, se você não consegue vender nem estocar, tem que fechar a produção. Mas essa é a questão de longo prazo: esse 1,8 bilhão de barris podem potencialmente levar vários anos para se esgotar”.

O especialista diz ter havido, na última semana, uma ampliação do que ele chama de “diplomacia sobre a oferta excedente de petróleo”, em meio à tentativa do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de intermediar um acordo entre russos e sauditas. Isso ocorre num momento em que a queda da demanda global deve se acentuar.

A previsão da IHS Markit é que haja “redução profunda” de 20 milhões de barris diários de óleo ou mais em abril, em relação a igual período do ano passado. Para o segundo trimestre, na média, a expectativa é que haja colapso na demanda de 16,4 milhões de barris por dia, na comparação com igual período de 2019.

Pascual afirma que “todos os países estão cientes da situação” de agravamento da sobreoferta e que será interessante observar como os principais produtores vão coordenar esforços por cortar a produção, em realidades político-econômicas tão diferentes como a saudita e a americana.

“Será importante ver o que vai emergir dessas discussões. Rússia, Arábia Saudita e outros países da Opep geralmente controlam de forma centralizada os sistemas econômico e político. Eles têm a capacidade de instruir seus produtores a cortar a produção”, afirma. “Para os Estados Unidos a legislação antitruste impede uma colaboração entre produtores para ajustar o suprimento e afetar o mercado.” Ele observa que o próprio efeito do mercado força o corte da produção.

“Nos EUA, não há dúvida de que os produtores serão pressionados para reduzir produção em 2020 e 2021. Estamos esperando que a produção americana caia 2,9 milhões de barris/dia em 2020. Mas a questão é como a Opep+ vai atingir um entendimento em mercados democráticos e que não estão em posição para instruir seus produtores a cortar produção”, diz.

Enquanto a indústria do shale americano deve ter dificuldade de se sustentar com os atuais preços, Pascual conta que o pré-sal brasileiro está mais bem posicionado. Ele cita que a Petrobras se destaca por trabalhar com um preço de equilíbrio baixo, de US\$ 21 o barril no pré-sal. “E os custos de extração são ainda menores [de US\$ 5,6 o barril na região]. O Brasil tem a vantagem do pré-sal”.

Para ele, a queda dos preços e os cortes na produção tem impactos sobre as participações governamentais dos países, como royalties, e que o Brasil não foge à tendência. A Agência Nacional do Petróleo (ANP), por exemplo, revisou suas projeções e estima que o país deve arrecadar, este ano, R\$ 43,9 bilhões em royalties e participações especiais - 26,8% a menos que o inicialmente previsto.

A queda da receita governamental, para Pascual, é um dos motivos que podem levar Rússia e Arábia Saudita a voltarem a negociar um possível corte. Ele destaca que o breakeven fiscal (preço do barril de petróleo que os países precisam para equilibrar seus orçamentos) é de US\$ 75 o barril para a Arábia Saudita e a maioria dos países do Golfo, enquanto a Rússia equilibra o seu orçamento com o barril a US\$ 45.

“Isso representa uma questão muito significativa para as duas economias. E é uma razão por que os dois indicaram que precisam considerar medidas para reduzir a produção, reduzir a oferta excedente no mercado e retornar a um ambiente que mantenha preços a um nível que não apenas é benéfico para companhias, mas também endereça as preocupações fiscais dos países”, completa o analista.

A IHS Markit é uma das principais empresas globais de informação, análise de dados e consultoria da área de energia. É resultado da compra pela IHS, em 2004, da Cambridge Energy Research Associates (Cera), fundada por Daniel Yergin, considerado um dos “papas” da indústria de petróleo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Isso usado abaixo da língua atua diretamente na próstata aumentada afirma especialista
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir drasticamente usando isto. Confira!
DRENFORT

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

O tamanho da crise e o peso do governo

Para evitar perdas ainda maiores e tentar assegurar uma recuperação mais rápida, uma resposta eficiente e firme do governo é necessária

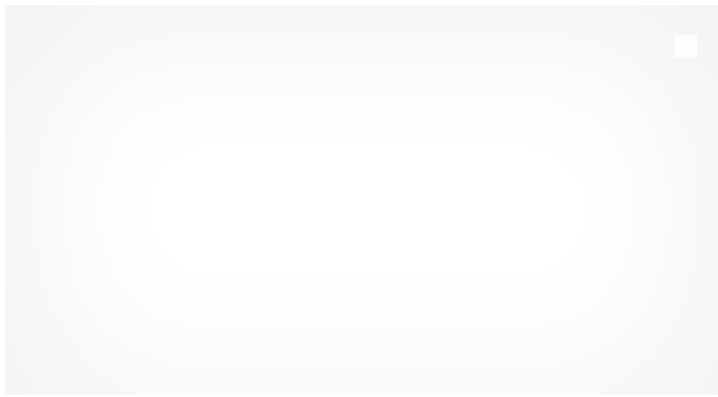
Por Sergio Lamucci

06/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A crise provocada pela pandemia do coronavírus vai levar a uma contração sem precedentes da economia global e da economia brasileira. Por aqui, as projeções para a variação do PIB em 2020 seguem em queda livre, e números na casa de uma retração de 4% a 5% começam a ganhar força entre os analistas. O tombo deve se concentrar no segundo trimestre, a exemplo do que tende a ocorrer na Europa e nos EUA, mas dados preliminares já indicam que março foi um mês muito ruim para a atividade no Brasil, em especial no varejo e nos serviços.

O cenário é delicado e complexo. Para evitar perdas ainda maiores e tentar assegurar uma recuperação mais rápida, uma resposta eficiente e firme do governo é necessária. Uma quarentena rigorosa no período em que a doença se dissemina aceleradamente é a melhor providência em termos de saúde pública - e também do ponto de vista econômico, segundo a maior parte dos analistas. Além disso, é preciso que uma ajuda financeira chegue rapidamente para trabalhadores informais e para pequenas empresas, por meio de transferências de renda e da concessão ágil do crédito.

Dano à economia tende a ser maior com fim precoce da quarentena



O governo federal tem ido especialmente mal no primeiro aspecto, deixando a desejar no segundo. Enquanto muitos governadores adotaram medidas rigorosas de confinamento, o presidente Jair Bolsonaro seguidamente prega a reabertura dos negócios. Quanto ao segundo ponto, o auxílio a trabalhadores e empresas demora a se concretizar, embora iniciativas nessa direção tenham sido anunciadas nas últimas semanas.

Além de estar na contramão do que pensa a grande maioria dos especialistas em saúde e próprio o ministro da área, Luiz Henrique Mandetta, a estratégia defendida por Bolsonaro vai na direção oposta do que diz a maior parcela dos economistas. É o que mostra, por exemplo, uma enquete da escola de negócios da Universidade de Chicago com mais de 40 economistas renomados, entre eles vencedores do Nobel como Eric Maskin, William Nordhaus e Richard Thaler.

Dos consultados, 41% afirmaram concordar fortemente com a ideia de que abandonar quarentenas severas, num momento em que a probabilidade de um ressurgimento das infecções permanece alta, causará um dano econômico maior do que sustentar o confinamento para eliminar o risco de que a doença volte a ganhar espaço. Outros 39% disseram concordar com a afirmação, enquanto 14% informaram não ter certeza. Ninguém discordou. Também fazem parte do painel o brasileiro José Alexandre Scheinkman, da Universidade Columbia, Daron Acemoglu, do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e o ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI) Maurice Obstfeld.

Em relatório, o economista-chefe global do Bank of America, Ethan Harris, diz que a política mais eficiente é uma quarentena rápida e rigorosa, como fizeram países asiáticos. Medidas ineficazes de confinamento tendem a provocar um choque maior e mais longo sobre a economia, escreve Harris, alertando que o impacto tende a não

se restringir ao trimestre em que ocorre a paralisação das atividades, por causa do efeito profundo sobre a confiança.

Uma das dúvidas é como será a retomada após o tobo.

“Além de uma recessão profunda, alertamos que a recuperação deve ser lenta”, avalia a A.C. Pastore & Associados. “Primeiro, porque sem que surjam novos remédios para o tratamento da covid-19, a liberação da quarentena deverá ser lenta, para evitar novas ondas de casos, e os epidemiologistas não descartam a possibilidade de reinfeção”, dizem os economistas da consultoria do ex-presidente do Banco Central (BC) Affonso Celso Pastore. Uma volta precipitada da livre movimentação pode levar a um novo confinamento, acreditam eles, observando que, “com a paralisação econômica por algum tempo, empresas podem desaparecer, causando um grande desarranjo na oferta”.

Para A.C. Pastore, o risco é haver “inicialmente um ‘choque de oferta’ que contrai a produção, mas que dispara em seguida um ‘choque de contração da demanda’, acentuando o movimento anterior e provocando um novo ‘choque de oferta seguido de um novo choque de demanda’, e assim por diante”.

Os economistas da consultoria observam que, enquanto muitos Estados decretaram uma quarentena, Bolsonaro assumiu a posição contrária. Na visão da A.C. Pastore, o presidente age assim para tentar atribuir a culpa da recessão aos governadores e, ao fazer isso, “na defesa de seu interesse político pessoal”, tende a gerar “um aprofundamento da recessão que nos espera”, devido ao aumento da incerteza.

Num cenário em que a economia deve sofrer um forte baque, ações do governo para atenuar o impacto negativo da crise são essenciais. Depois de demorar para reconhecer o tamanho do problema, a equipe econômica passou a anunciar medidas para tentar mitigar o golpe que atinge principalmente trabalhadores informais e pequenas empresas. O Congresso aprovou um benefício emergencial de R\$ 600 por três meses para quem está na informalidade, um valor bastante superior aos R\$ 200 inicialmente propostos pelo Ministério da Economia, um projeto sancionado na semana passada por Bolsonaro. A expectativa é que o auxílio comece a ser pago nesta semana, o que é fundamental para ajudar trabalhadores que perderam a renda em função da paralisação da atividade econômica.

Também foram anunciadas linhas de crédito para empresas de menor porte, mas empreendedores e líderes do segmento relatam dificuldades para as pequenas companhias terem acesso aos recursos. Se isso não ocorrer, pequenos negócios saudáveis poderão sucumbir, por enfrentarem um período inesperado de queda abrupta de receita.

A economia brasileira terá um 2020 extremamente difícil. O PIB pode recuar 5% ou mais. Com uma quarentena rígida e uma ação firme do governo, é possível atenuar os problemas. A oposição do presidente a medidas rigorosas de confinamento e a demora da equipe econômica em tirar as iniciativas de ajuda do papel, porém, tornam a situação mais delicada.

Sergio Lamucci é editor de Brasil e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir drasticamente usando isto. Confira!

DRENEFORT

LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Tecnologia japonesa vira febre em Aracaju

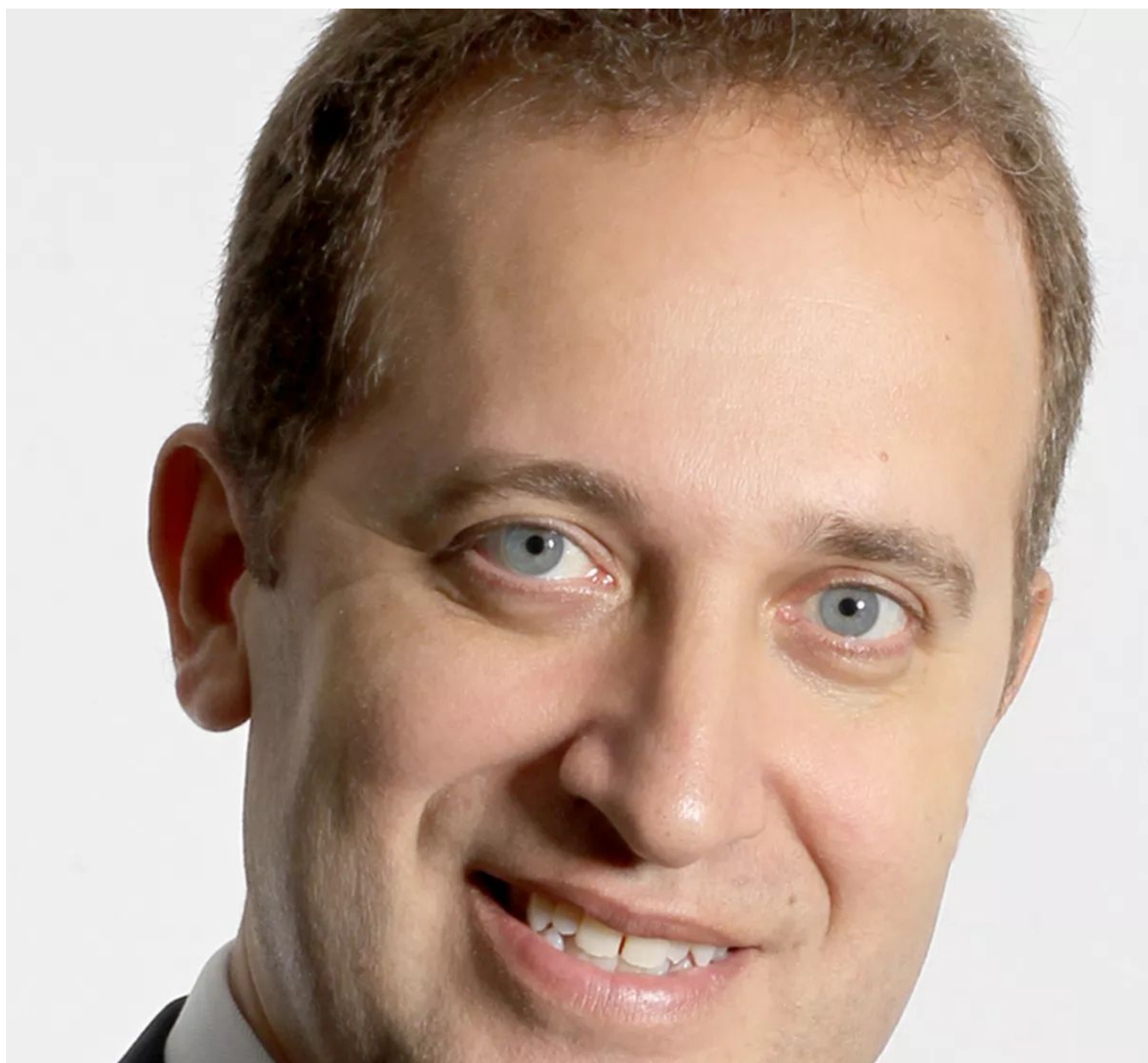
MINI CAMERA 120

Covid-19 e petróleo barato podem atrasar abertura do gás

Crise econômica traz incertezas para a oferta e a demanda pelo insumo neste momento

Por **André Ramalho** — Do Rio

06/04/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas





Mendonça da Abegás: crise mostra riscos para que migra do mercado cativo — Foto: Divulgação

O efeito combinado da crise econômica desencadeada pela disseminação do novo coronavírus e a queda dos preços do petróleo no mercado internacional tornou mais remota a chance de a abertura do mercado brasileiro de gás natural avançar neste ano, por meio da chamada pública que permitirá concorrentes da Petrobras contratarem capacidade no gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). A expectativa é que as incertezas que pairam tanto do lado dos ofertantes quanto dos consumidores retardem a velocidade da abertura.

Como parte do compromisso com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a Petrobras cedeu um terço da capacidade do Gasbol - um volume de 10

milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia) - para terceiros. A chamada pública para contratação dessa capacidade, aberta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) no meio da crise econômica, foi suspensa e não há prazo para ser retomada neste momento.

Segundo o gerente de gás da Associação dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Adrianno Lorenzon, a missão de conseguir fechar um contrato de importação de gás boliviano ainda neste ano, em meio à transição do governo do país vizinho, já seria difícil. Com a crise econômica atual, a situação piorou. Fica desafiador para indústrias e distribuidoras definirem, no momento, o quanto vão consumir e, conseqüentemente, que capacidade pretendem contratar nos gasoduto. “[Um insucesso na chamada neste ano] Pode postergar por mais um ano a abertura do mercado”, afirmou o presidente da entidade.

É esse cenário que leva o diretor-executivo da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto, a avaliar que a abertura do mercado passou a conviver com um “novo elemento de incerteza”, tanto na demanda quanto na oferta. “O cenário de preços baixos do petróleo pode acabar afetando projetos de mais longo prazo das petroleiras, e conseqüentemente, a curva do crescimento da oferta de gás. Isso não ajuda o movimento de abertura. O mercado se abre quando há alguém da demanda fechando contrato com alguém da oferta. E hoje há incertezas quanto à atividade econômica que impactam diretamente a expectativa de consumo”, afirma. A cotação do Brent, referência mundial, caiu cerca de 66% no primeiro trimestre. Só em março, o barril apresentou queda de quase 50%.

Um exemplo dessa incerteza sobre oferta e consumo é que os leilões de energia, que poderiam contratar termelétricas a gás importantes para garantir o crescimento da demanda, nos próximos anos, estão suspensos por ora. “O que vai dizer se o coronavírus vai impactar em definitivo a abertura é o tempo de fato que essa crise vai permanecer”, completou o diretor da Gas Energy.

Para o diretor de estratégia e mercado da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Marcelo Mendonça, é difícil imaginar que consumidores livres vão se aventurar a fechar contratos neste momento. Ele destaca que a crise atual evidencia, para as indústrias interessadas em migrar para novo modelo, os riscos envolvidos para quem sai do ambiente cativo.

“Há um risco inerente que os consumidores livres vão assumir, que são as cláusulas de ‘take-or-pay’ [volume mínimo de gás pelo qual a empresa paga independente de consumir] e ‘ship-or-pay’ [pagamento mínimo pela disponibilidade dos gasodutos]. Quando a empresa sai de dentro do guarda-chuva do portfólio da distribuidora, ela assume sozinha a exposição a essas cláusulas. E na situação das incertezas que vivemos, quem vai assumir esse risco?”, questiona o presidente da Abegás.

O **Valor** apurou que, em meio à atual crise econômica, as distribuidoras de gás recorreram às cláusulas de força maior para pedir a revisão das penalidades dos seus contratos de fornecimento com a Petrobras.

Lorenzon garante que, embora a crise traga elementos de incerteza, o interesse das indústrias pela abertura está mantido. “Nesse momento deve estar todo mundo olhando para o mercado livre de gás como opção para a redução de custos”, afirma o representante dos grandes consumidores.

Segundo ele, a indústria espera que a abertura do mercado brasileiro se dê, nos próximos dois anos, por meio de três frentes: a partir da importação de gás da Bolívia; da compra de gás de sócias da Petrobras no pré-sal, que por determinação do Cade não poderão mais vender seus volumes para a estatal; e por meio da importação de gás natural liquefeito (GNL).

A partir do próximo ano, a expectativa é que comecem a operar os primeiros terminais de regaseificação privados do país: o da Bahia, que será arrendado pela Petrobras, e o da Golar instalado no Sergipe. Para quem quiser apostar na importação, o cenário de preços é positivo.

A consultoria especializada Rystad Energy estima que, embora a demanda mundial de gás não esteja sendo afetada pela pandemia na mesma medida que o petróleo, os preços do GNL atingirão médias mais baixas do que as esperadas em todos os mercados. Os preços já estavam em baixa antes mesmo do choque do petróleo. A expectativa, agora, é que serão necessários anos até que o efeito do coronavírus se dissipe totalmente.

A Rystad reduziu em 2,8% as projeções de preços no Henry Hub (referência nos EUA, principal supridor de GNL do Brasil) para 2021 - para US\$ 2,43 o milhão de BTU

(unidade térmica britânica). A consultoria prevê que a relação entre oferta e demanda ficará mais apertada entre 2024 e 2025, mas que em seguida haverá um aumento dos preços entre 2026 e 2027.

Para que o Brasil incorpore esses benefícios, Lorenzon cobra sinais mais claros sobre a abertura das unidades de processamento e dos gasodutos. Ele lembra que a ANP não informou, até o momento, o cronograma das chamadas públicas para contratação das capacidades dos gasodutos do Sudeste e Nordeste. Moreira, da Gas Energy, afirma que existem negociações avançadas no mercado livre, mas que os contratos não foram fechados porque ainda pairam algumas indefinições. Ele cita não só a falta de previsão sobre o acesso aos gasodutos, mas também a falta de regulamentação da figura do supridor de última instância - responsável por garantir a oferta aos consumidores que por algum motivo não conseguirem ser supridos por um dos agentes do mercado livre.

“Faltam elementos de base para que tanto a indústria quanto o supridor tomem uma posição firme”, diz o consultor, que acredita que o mercado livre começará a se consolidar entre 2021 e 2022. “O coronavírus pode reduzir a velocidade, mas os fundamentos da abertura permanecem”, afirma.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir drasticamente usando isto. Confira!

DRENEFORT

LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Lídia Brondi tira maquiagem e nos deixa de boca aberta

LIFE INDIGO

FMI propõe injeção de liquidez de US\$ 500 bi

O montante sugerido é o dobro dos US\$ 250 bilhões que o Fundo emitiu na crise financeira global de 2009 para suplementar as reservas internacionais de países mais fragilizados

Por Assis Moreira — De Genebra

06/04/2020 05h00 · Atualizado há 6 minutos

Um plano emergencial do Fundo Monetário Internacional (FMI) de injetar liquidez na economia global através de expansão de Direitos Especiais de Saque (DES), a moeda escritural da instituição, vem sofrendo rejeição isolada dos EUA no G20, grupo das maiores economias do mundo.

O **Valor** apurou que o FMI propôs fazer alocação adicional de US\$ 500 bilhões de DES para seus membros, afim de ajudar países emergentes e em desenvolvimento em meio à crise econômica causada pela pandemia da covid-19.

- **Fitch prevê recessão profunda com queda de 1,9% do PIB global em 2020**

O montante sugerido é o dobro dos US\$ 250 bilhões que o Fundo emitiu na crise financeira global de 2009 para suplementar as reservas internacionais de países mais fragilizados. Na época, os EUA, sob a Presidência de George W. Bush, aprovou a iniciativa.

Desta vez, em meio à nova crise, que atinge em cheio a economia real, a única negativa vem dos EUA, que tem votos suficientes para vetar sozinho as decisões no FMI. "Só os EUA estão contra", diz uma fonte a par das discussões do G20. Washington aparentemente vê o plano como antagônico a seu papel no sistema monetário global, que continua a ser dominado por ativos em dólar.

“Os EUA têm resistência tradicional a emissões de DES porque acha que esse é um caminho na direção de menor importância do dólar”, diz Otaviano Canuto, ex-diretor-executivo do FMI e hoje pesquisador-sênior não residente do centro de estudos Brookings Institution, de Washington.

No G20 e no conselho executivo do FMI as discussões continuam sobre como garantir mais liquidez. “Alguns de nossos membros nos perguntaram sobre algo que de fato entra no afrouxamento monetário para o mundo”, disse a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, na sexta-feira, sem mencionar cifras.

O DES é um ativo internacional emitido pelo FMI, pelo qual o fundo atua na prática como uma espécie de banco central do mundo. Fornece a cada país membro um ativo de reserva internacional gratuito e incondicional dentro dos limites de cotas que cada país tem. O DES faz parte das reservas de divisas dos países e pode ser vendido ou usado para pagamento a outros BCs. Esse ativo monetário tem como referência uma cesta de moedas que incluem o dólar, o euro, a libra esterlina, o iene e o yuan.

“Faz sentido examinar a possibilidade de criação emergencial de DES diante da demanda monstruosa por recursos do Fundo, por causa do choque do coronavírus”, diz Canuto. “Mas temos que lembrar que o DES é uma moeda contábil que circula entre bancos centrais, não é recurso direto nas mãos dos governos para intervir no câmbio, por exemplo.”

Os países do G20 somam 71% das cotas do FMI. E o único explicitamente contrário até agora foram os EUA. Alguns países no G20 indagam, em todo caso, se a expansão da moeda do FMI será efetiva para os que mais necessitam de liquidez. É que a distribuição aos 189 membros é em proporção à fatia de cota de cada um.

Assim, 55% dos recursos vão para países desenvolvidos, que controlam o poder de voto. Dos 45% restante, boa parte vai para os grandes emergentes, que tampouco precisam dessa liquidez.

Basta ver o caso do Brasil, décimo maior cotista do FMI, com 2,32% do total. Uma alocação adicional de US\$ 500 bilhões de DES significa para o país ter acesso a US\$

11,6 bilhões na moeda do Fundo - ou seja, metade do que o BC gastou de reservas entre 2 de março e 2 de abril, conforme dados publicados em seu site.

Já para a Argentina e outros países com dificuldade na balança de pagamentos qualquer ajuda adicional é bem recebida. Segundo uma fonte, o que de fato está em jogo é “manter afastado o risco que países mais vulneráveis oferecem para a economia global”. Acrescenta que “se pipocar uma série de países parando de pagar seus compromissos externos, o sistema começa a travar e os problemas aumentam para todos”.

Na linha oposta dos EUA, alguns países sugerem que a expansão de DES seja mais ambiciosa e alcance US\$ 1 trilhão, o dobro do que o FMI propõe. Certos analistas, por sua vez, insistem que o montante não pode ser meramente simbólico e deveria ser de até US\$ 4 trilhões.

É nesse contexto que reuniões virtuais em diferentes foros prosseguem nesta semana. A expectativa é decidir até o dia 16 se a alocação adicional de DES será autorizada e qual seu montante. O G20 pode decidir, mas formalmente é o conselho de diretores do FMI que aprova ou não a medida.

“Agora estamos em recessão”, disse Georgieva, na sexta-feira. “Essa crise é como nenhuma outra. Nunca na história do FMI testemunhamos a economia mundial parando. É pior que a crise financeira global [de 2009].”

Ela destacou como economias emergentes estão sendo duramente atingidas, e frequentemente tem menos recursos para se protegerem dessa dupla crise, de saúde pública e econômica. Exemplificou com saída de capital recorde de quase US\$ 90 bilhões dos emergentes, mais que na crise de 2009. Com o colapso dos preços de commodities, a dificuldade aumenta.

O FMI nunca viu tanta demanda por assistência financeira como agora, na esteira dos danos causados pelo coronavírus. Nada menos de 90 países já recorreram as linhas de crédito emergencial do FMI, para evitar falências e demissões que tornariam a crise ainda mais severa. Mas, o montante solicitado no total não passa de US\$ 20 bilhões até o momento. O FMI diz ter capacidade de empréstimos de US\$ 1 trilhão e está disposto a mobilizá-lo inteiramente.

No pacote que o G20 poderá anunciar na reunião virtual do FMI e Banco Mundial na metade do mês, outra iniciativa é criar uma nova linha de crédito de emergência do Fundo completando linha de swap de BCs para apoiar os países mais necessitados.

Inclui uma moratória da dívida dos países mais pobres, jogando os pagamentos deste ano para o ano que vem. Também o acesso ao Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT, na sigla em inglês) será flexibilizado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir drasticamente usando isto. Confira!

DRENEFORT

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Lídia Brondi tira maquiagem e nos deixa de boca aberta

LIFE INDIGO

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ian Bremmer, da Eurasia, fala pela primeira vez em impeachment de Bolsonaro

Para impedir travamento da máquina, governo do Rio elabora plano de R\$ 21 bi

Do total, R\$ 10 bilhões são transferências diretas a fundo perdido que o Estado do Rio de Janeiro pleiteia junto à União

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

06/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Para evitar o travamento da máquina estadual, o governo fluminense preparou um plano com 29 medidas, cujo impacto financeiro esperado é de R\$ 21 bilhões. Quase metade desse total - R\$ 10 bilhões - são transferências diretas a fundo perdido que o Estado do Rio de Janeiro pleiteia junto à União. Seriam recursos sem vinculação para pagamento de despesas de custeio.

Os R\$ 11 bilhões que compõem o restante do impacto estimado para o pacote viriam de outras 28 medidas. Como parte desse conjunto de iniciativas, o Estado negocia com investidores estrangeiros - um fundo de pensão americano e outro britânico - para tentar evitar o acionamento de uma cláusula presente contratual da operação que permitiu ao Rio contrair empréstimos lastreados em royalties e participações especiais entre 2014 e 2018.

Pela cláusula, os investidores têm a prerrogativa de pedir antecipação do pagamento sempre que a cotação do petróleo cair abaixo de US\$ 40 o barril. Na prática, isso significa que ainda em maio o governo fluminense teria de desembolsar R\$ 2,5 bilhões. O valor seria debitado dos royalties (cerca de R\$ 400 milhões) e das participações especiais (R\$ 2,3 bilhões) que o Estado teria a receber no próximo dia 8 de maio.

A projeção da Fazenda estadual antes da derrocada nas cotações do petróleo - causada por uma guerra de preços entre Rússia e Arábia Saudita - era de uma arrecadação de R\$ 14 bilhões em royalties e participações especiais oriundos da produção de petróleo e gás. Com a queda no valor da commodity, a perda de receita é calculada em R\$ 4 bilhões.

O governo do Rio conversou não só com os fundos de pensão, mas também com o BNP Paribas e o Banco do Brasil, envolvidos na operação, e também com a agência de classificação de risco Fitch Ratings, responsável pela nota de crédito do Estado.

A Fazenda fluminense também negocia com o BNP Paribas alternativas ao pagamento do empréstimo contraído em 2017 com o banco francês. Em dezembro deste ano, o governo do Rio teria de desembolsar cerca de R\$ 4 bilhões para quitar o

financiamento. O planejamento original era fazer o pagamento com recursos do leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). Agora, o Estado tenta chegar a um acordo com o BNP Paribas para adiantar parte do pagamento e postergar o restante. Os valores dessas parcelas ainda estão em discussão.

Prevista para ocorrer entre outubro e novembro de 2020, a licitação das concessões de serviços de distribuição de água e captação e tratamento de esgoto da Cedae pode ser postergada caso a crise econômica provocada pela covid-19 se prolongue. “Só vamos lançar o edital se as condições de mercado forem favoráveis. Se o mundo estiver numa crise como a que está hoje, convenhamos que ninguém vai comprar uma concessão de R\$ 11 bilhões”, admite o secretário estadual de Fazenda do Rio, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho. A publicação do edital da licitação está programada para o próximo mês de agosto.

Apesar do recuo expressivo acumulado pelo mercado acionário brasileiro em 2020, Carvalho afirma que o Estado continua a trabalhar na estruturação da oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da nova Cedae, companhia que ficaria responsável apenas pela captação e tratamento da água a ser vendida futuramente às concessionárias. “Estamos em negociação com o banco que será o [financial] adviser [assessor financeiro]. Temos a contratação da B3 [Bolsa de Valores de São Paulo] para fazer o leilão”, detalha o secretário de Fazenda.

Entre as 29 medidas delineadas pelo governo fluminense há também a postergação do pagamento antecipado da primeira metade do 13º salário dos servidores. Desde o início do ano, o pagamento vinha sendo feito no mês de aniversário do funcionário (ativo ou inativo). A suspensão deverá acarretar uma economia mensal de R\$ 150 milhões. Segundo Carvalho, outras 26 medidas estão em fase de detalhamento, o que deve resultar num pacote mais completo com 55 medidas.

Até o último dia 20, a arrecadação tributária do Estado do Rio no mês de março era superior em cerca de R\$ 300 milhões à registrada no mesmo período de março de 2019. Essa receita, no entanto, perdeu fôlego e fechou o mês passado R\$ 100 milhões abaixo de março de 2019, de acordo com números preliminares, o que já pode ser reflexo da inadimplência dos contribuintes devido ao desaquecimento da economia.

Receita da União pode cair mais de R\$ 150 bi

Queda atingirá tributos, royalties do petróleo e concessões; Estados e municípios também terão perdas

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

06/04/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

As primeiras avaliações feitas pela área técnica do governo apontam para uma brutal queda da arrecadação do governo federal, dos governos estaduais e prefeituras neste ano. Dependendo do cenário considerado para a recessão econômica provocada pelos efeitos do novo coronavírus, as previsões apontam que a queda da receita líquida da União poderá superar R\$ 150 bilhões, na comparação com o que está programado no Orçamento, de acordo com fonte credenciada.

As projeções não consideram apenas as receitas tributárias. Haverá queda expressiva também, advertem os técnicos, na arrecadação com royalties do petróleo, com concessão de serviços públicos, com venda de ativos, com dividendos de empresas estatais, entre outros itens.

A projeção da receita com royalties que consta do Orçamento, por exemplo, foi feita com base no preço médio do barril do petróleo em torno de US\$ 58 por barril. A cotação do produto está abaixo de US\$ 30 por barril. No caso de dividendos, a projeção é de uma receita de R\$ 6,5 bilhões, mas o governo não sabe se as estatais federais terão recursos para pagar dividendos ao Tesouro.

Uma das medidas anunciadas pelo governo para o combate aos efeitos negativos do coronavírus sobre as empresas foi o diferimento das contribuições ao PIS, Pasep e Cofins, bem como da contribuição previdenciária patronal, que incide sobre a folha

de pagamento. Pela medida provisória, os empresários só pagarão as quatro contribuições relativas a abril e maio em agosto e outubro.

O problema é que ninguém sabe se as empresas terão caixa em agosto e em outubro para pagar os tributos do mês em curso e os atrasados. Se não tiverem, a área técnica do governo estima que haverá perda de cerca de R\$ 100 bilhões na arrecadação deste ano. Há também a possibilidade de que o diferimento seja estendido para junho e julho, dependendo da evolução da crise.

A área técnica também prevê uma queda muito expressiva da receita do ICMS, o principal tributo estadual, e do ISS, o imposto dos municípios. A razão para isso é que o setor terciário (comércio e serviços) será o mais afetado. A Medida Provisória 938 concedeu uma ajuda financeira de R\$ 16 bilhões aos Estados e municípios. Como também não tem receita suficiente, o Tesouro vai se endividar para obter os recursos.

A ajuda da União é uma forma de compensar a queda esperada na receita do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que são compartilhados com os governos estaduais e prefeituras, por meio dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e do municípios (FPM). Mas o montante oferecido pelo governo federal poderá ser insuficiente, pois alguns Estados, como o Rio de Janeiro, terão forte queda da receita com royalties do petróleo.

A principal dificuldade para fazer a estimativa de queda da arrecadação, explicaram os técnicos, é que a crise atual “quebra a série histórica” usada para calcular a relação entre a receita e o Produto Interno Bruto (PIB), que é chamada de elasticidade receita/PIB. É com base nessa elasticidade que é estimada a redução da receita quando o PIB cai ou sobe.

Um evento de um grande impacto, como é o caso da crise do novo coronavírus, altera os parâmetros utilizados para projetar o futuro e, dessa forma, os modelos utilizados tendem a ser revistos. Até agora, os modelos utilizados pelo governo indicam que, para uma queda de 1% do PIB, a arrecadação de tributos é reduzida em R\$ 7,1 bilhões.

A percepção da área técnica é que essa relação mudou. “Na atual situação, a receita vai cair muito mais do que o PIB”, disse um importante técnico do governo. “Mas ninguém consegue avaliar com clareza o que vai acontecer com a receita”, acrescentou. “Sabemos apenas que ela terá uma queda muito forte.”

No relatório de avaliação de receitas e despesas, relativo ao primeiro bimestre, o governo já reduziu a receita total da União neste ano em R\$ 32,7 bilhões, na comparação com a projeção que consta do Orçamento. Isso antes da queda da receita verificada em fevereiro e da crise provocada pelo novo coronavírus.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.
DBT PRO

LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir drasticamente usando isto. Confira!
DRENEFORT

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Lídia Brondi tira maquiagem e nos deixa de boca aberta
LIFE INDIGO

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

O mau hálito incomoda as pessoas. Resolva esse problema hoje!
DENTENOL

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ian Bremmer, da Eurasia, fala pela primeira vez em impeachment de Bolsonaro

Reequilíbrio das concessões é desafio no pós-pandemia

Primeiros impactos da pandemia têm sido arrasadores para o fluxo de caixa das concessionárias de serviços públicos

06/04/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Como se não bastassem os efeitos potencialmente catastróficos para o sistema de saúde e o universo de incertezas que recai sobre a toda a população, especialmente os mais vulneráveis, a pandemia de coronavírus lança mais um desafio de grandes proporções: a viabilidade dos contratos de concessão na área de infraestrutura. E não poderia haver momento pior para esse choque negativo: quando a iniciativa privada dava sinais de que lideraria o crescimento do PIB, o mercado de capitais aumentava sua participação como alternativa de financiamento aos projetos, começava a haver uma limpeza dos passivos - como o drama em torno do aeroporto de Viracopos (SP) e de rodovias licitadas na gestão Dilma Rousseff - e o governo Jair Bolsonaro prometia acelerar os leilões.

Os primeiros impactos da pandemia têm sido arrasadores para o fluxo de caixa das concessionárias de serviços públicos. Um dos setores mais atingidos é a aviação comercial, com repercussão direta nas contas de grupos responsáveis por terminais aeroportuários. O Galeão (RJ) terá apenas três voos diários em abril. Em Brasília, um dos principais centros de conexão do país, serão 21 pousos e decolagens - ritmo de operações normalmente observado em 30 minutos de aeroporto funcionando.

Operadoras de metrô, trens urbanos e veículos leves sobre trilhos (VLTs) relatam uma redução de 82% na demanda depois de iniciado o isolamento social. Com o grande comércio fechado e indústrias produzindo menos, a taxa de queda no

consumo de energia elétrica é de dois dígitos, mas distribuidoras precisam continuar honrando seus contratos de longo prazo com os donos de usinas geradoras.

O último grande tobo no nível de atividade, durante o biênio 2015-2016, deixou como legado uma avalanche de pedidos de reequilíbrios contratuais. Na área de rodovias, muitas concessionárias não conseguiram cumprir com exigências para a duplicação das pistas. Nos aeroportos, o movimento de passageiros ficou longe da curva inicialmente projetada. O saldo foi um comprometimento da sustentabilidade econômico-financeira de diversos contratos.

A resposta mais comum das agências reguladoras e do Congresso àquela crise, analisando esses pedidos de reequilíbrio ou projetos de lei com repactuação contratual, foi rejeitar mudanças e atribuir prejuízos das concessionárias ao “risco de demanda” que caracteriza o negócio.

Desta vez, no entanto, há quase um consenso de que a pandemia é o tipo de “evento fortuito” ou “razão de força maior” mencionado nos contratos para justificar mudanças pelo poder concedente.

“O cenário atual é parecido com o do racionamento, mas muito mais complexo”, comparou o presidente da consultoria PSR, Luiz Barroso, um dos maiores especialistas no setor elétrico (Agência Infra, 27/3). Empresas de distribuição de energia ainda estão fazendo as contas, mas o presidente da Copel, Daniel Slaviero, fala na necessidade de um empréstimo de R\$ 15 bilhões a R\$ 17 bilhões ao segmento para enfrentar o desequilíbrio de caixa.

Sem ter uma ideia precisa de qual será a demanda futura, o Ministério de Minas e Energia suspendeu leilões de novas usinas e linhas de transmissão. Também cancelou, por prazo indeterminado, a 17ª rodada de licitação para áreas de petróleo e gás natural. Diante do cenário totalmente incerto para os cruzeiros turísticos, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) desmarcou a concessão de um terminal portuário de passageiros em Fortaleza, mas o Ministério da Infraestrutura diz que manterá os demais certames - de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias.

No difícil ambiente pós-pandemia, a aceleração dos investimentos privados nas concessões de infraestrutura terá papel-chave para uma retomada mais forte da

atividade econômica. E o interesse dos potenciais investidores, sejam nacionais ou estrangeiros, estará certamente condicionado à maneira como o governo e as agências reguladoras lidarão com os problemas advindos da atual tormenta. Já houve acenos importantes, como o adiamento das outorgas anuais cobradas das concessionárias de aeroportos e uma flexibilização das obrigações regulatórias, para companhias aéreas ou para operadoras de linhas interestaduais de ônibus.

A decisão mais difícil, no entanto, ainda está pela frente: como recompor o equilíbrio dos contratos - talvez, inclusive, diminuindo os valores de outorga cobrados ou aceitando aumentos de tarifas para os consumidores. A conta não será agradável, mas não se pode fazer de conta que o problema não existe.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir drasticamente usando isto. Confira!

DRENEFORT

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Lídia Brondi tira maquiagem e nos deixa de boca aberta

LIFE INDIGO

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

por taboola

Leia em Valor Investe

Tesouro testa projeto de securitização de dívidas

Estados e municípios estão autorizados a realizar operação que envolva reestruturação de débitos antigos

Por **Fabio Graner** — De Brasília

06/04/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

O Tesouro Nacional iniciou na semana passada projeto piloto que permite a Estados e municípios contrair dívidas junto a bancos, nas quais os bancos poderão securitizar (vender para terceiros) os créditos a receber. Esse tipo de operação era proibida pelo Comitê de Garantias do Tesouro. Agora poderá ser feita se estiver vinculada a reestruturação de parte das antigas dívidas dos entes com bancos e organismos garantidas pela União.

O programa é limitado a R\$ 20 bilhões, que dá 7,8% do estoque de R\$ 255,9 bilhões (fechamento de 2019) de dívida de Estados e municípios com garantia da União.

A expectativa no Tesouro é que a possibilidade de securitização irá baratear o custo de financiamento dos entes. Isso porque, de acordo com explicações da área técnica do órgão, sem essa possibilidade, as instituições financeiras têm que manter esse crédito na sua carteira por todo o período do contrato, que em geral têm prazos longos.

Com isso, mesmo tendo garantia do Tesouro, os bancos e organismos têm custos para carregar esses créditos em sua carteira até o vencimento, como provisionamento. E acabam incorporando isso aos preços no momento em que definem as taxas para concessão dos financiamentos aos governos subnacionais.

A expectativa é que, com a medida, uma parte de dívidas concedidas entre 2010 e 2014 seja reestruturada em melhores condições. Nesse período, em que as taxas de juros eram bem superiores às atuais, houve forte volume de autorizações da União para os entes federativos se financiarem.

Posteriormente, os volumes autorizados se mostraram acima da capacidade de os Estados e municípios honrarem os compromissos. Com isso, disparou o montante gasto pelo Tesouro para compensar os calotes de Estados e municípios. Entre 2016 e 2019, foram pagos R\$ 19,5 bilhões pela União em honras de garantias de operações com inadimplência.

Além de estar associada a reestruturações de dívidas antigas, a autorização para securitização nas operações com os entes federativos tem que obedecer outras regras. Os financiamentos terão prazo máximo de 20 anos. Também deverá haver alguma indexação ao CDI (que é equivalente à taxa Selic), sem prejuízo de um spread para o banco concedente.

O custo das operações terá que ser menor do que das operações antigas e também deverá ficar abaixo da tabela de custo máximo por prazos que o Tesouro divulga mensalmente. Essa tabela agora tem duas planilhas, uma com e outra sem securitização. Na tabela de março, um empréstimo com duração de dez anos com securitização não pode ter custo superior a 130,57% do CDI.

Com essa autorização parcial para operações de securitização o Tesouro espera uma melhora no perfil de dívida dos Estados e municípios, reduzindo possibilidade de inadimplência. Esse movimento, contudo, pode ser no curto prazo prejudicado pela crise do coronavírus, que tende a deixar os bancos mais retraídos.

A proibição de um uso generalizado da securitização nos créditos aos entes federativos ocorria porque não se acreditava que o nível de desenvolvimento do mercado geraria benefícios para reduzir os custos dos governos regionais. Além disso, buscava-se evitar que os títulos derivados da operação original, que contam com garantia da União, concorressem com os papéis do Tesouro em mercado.

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
paineis@grupofolha.com.br

Contramão

A tônica das mensagens empresariais desde o início da quarentena foi ameaça de corte, pedido de crédito e redução de imposto. Mas, discretamente, explodiu neste fim de semana um manifesto de companhias se comprometendo a não fazer demissões. Daniel Castanho, presidente do conselho da Anima Educação, que abriu a iniciativa após conversar com algumas dezenas de empresários, afirma que, de sexta-feira (3) a domingo (5), a lista passou de mil inscrições.

CORRENTE O manifesto subiu para a internet em um site chamado "Não Demita". A introdução diz aos empresários que suas companhias têm a responsabilidade de retribuir o que a sociedade lhes proporciona, "começando pelas pessoas que dedicam as vidas ao sucesso do seu negócio".

CHAMADA Entre os que já estão públicos aparecem nomes como Accenture, Alparagatas, Botafogo, Bradesco, BR Partners, BRF, BTG, Camil, C&A, Cosan, Itatú, JBS, Magalu, Microsoft, MRV, Natura, PwC, Renner, Salesforce, Santander, SEB, Suzano, Vivo, XP e WEG.

OPERAÇÃO Mais nomes de empresas serão publicados gradativamente, conforme o trabalho dos programadores do site e a confirmação de que os signatários são os representantes legais das empresas. São Paulo teve cerca de 270 adesões, o Rio teve 55 e Brasília, 48, assim como Curitiba.

RELÓGIO Castanho diz que vê um amadurecimento de parte dos empresários. Na opinião dele, se o isolamento não fosse respeitado, o Brasil teria mais dificuldade para superar a pandemia. "Seria uma tragédia não só pelas mortes provocadas pelo coronavírus, mas também economicamente", afirma ele.



PROSA

Além de não demitir, as empresas não devem apertar os fornecedores, senão, provocam demissão indireta. Tem de cuidar da cadeia toda

Daniel Castanho presidente do conselho da Anima

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



Faça: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Autônomo, empregador e fiscalizativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 4.104,06 20% R\$ 1.220,21

MZ (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25
Anualizado
Até R\$ 1.045 Alíquota 7,5%
De R\$ 1.045,01 até R\$ 2.089,60 9%
De R\$ 2.089,61 até R\$ 3.134,40 12%
De R\$ 3.134,41 até R\$ 4.179,20 14%

*O prazo para empresas vencer no dia 20 abril, para pessoas físicas, vence em 15 abril

PAZ Empresários que participam do conselho criado por Paulo Skaf para melhorar a interlocução do setor privado com Bolsonaro se dizem satisfeitos com a ponte criada para levarem suas questões ao governo federal.

REDE Eles lembram, porém, que a grande preocupação da indústria é o CMS, tributo estadual, ou seja, seria interessante ver Skaf se aproximar de João Dória, com quem disputou a eleição de 2018.

BOLSO Na sexta-feira (3), foi indeferido o mandado coletivo de injunção que Fiesp e Ciesp ingressaram no TJ-SP pedindo que o estado suspendesse por 180 dias o recolhimento de tributos para todas as empresas de SP. Dias antes, também não deu certo uma outra tentativa de liminar para prorrogar os tributos estaduais para os associados.

RITMO O presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, diz que pediu ao CNJ que crie formas de acompanhar o desempenho do home office. "As diferenças de produtividade estão muito grandes entre os tribunais. Alguns pararam e outros estão produzindo ainda mais que antes, liquidando o acervo", afirma ele.

ERGONOMIA Para enfrentar a quarentena, o Nubank enviou até as cadeiras de escritório para as casas de seus funcionários em home office. Já foram 500 cadeiras e, ao longo dos próximos dias, serão enviadas mais de mil.

DELIVERY O iFood diz que repassou mais de R\$ 500 mil em gorjetas para entregadores nos últimos 15 dias, alta de 76% na comparação com a primeira quinzena de março. O valor médio pago subiu 18%. Por causa da calamidade, o aplicativo elevou as sugestões de gorjeta feitas ao cliente, que antes eram de R\$ 1, R\$ 3 e R\$ 5 para R\$ 2, R\$ 5 e R\$ 10.

ESCAPADA Alguns governadores já começaram a conversar no fim de semana sobre a preocupação de que a população aproveite a Páscoa para viajar, quebrando o distanciamento social em um momento delicado da evolução do contágio da Covid-19.

Bolsa está barata, mas não é hora de comprar, diz analista

Continua da pág. 13

"Existe uma bolha na Bolsa. Os órbitas do CDI estão diversificando tudo o que aparece. Isso é muito bom para economia brasileira, mas o mercado está praticamente forçando a taxa quando, na minha opinião, deveria ter parado no 4,25% para depois não ter que subir de novo", disse Stuhlberger à época.

A queda da Selic, a taxa básica de juros, que embasa o CDI, foi um dos movimentos que fez o número de investidores na Bolsa mais que dobrar, subindo de 2 milhões. Atualmente a Selic está em 3,75%.

Para Roberto Dumas Damas, professor do Insper, o mercado se deixou levar pela euforia de seguidos recortes dos índices acionários, apesar da desaceleração da economia.

"A bolha era clara, mas ninguém previa que o coronavírus seria uma agitação tão forte", afirmou Damas.

Em 28 de fevereiro, por exemplo —dois dias após a primeira confirmação de um caso de Covid-19 no Brasil—, a XP Inc. projetava 140 mil pontos para o Ibovespa neste ano e afirmou que a estimativa só mudaria se a expectativa de lucro das empresas fosse afetada por um crescimento menor da economia. Na semana seguinte, reduziu a previsão para 132 mil pontos e passou a ver alta de 1,8% no PIB brasileiro, contra 2,3% antes.

Só em 8 de março recomendou aos seus clientes, via e-mail, cautela devido a "uma possível desaceleração econômica" por causa do coronavírus.

No dia 27 de março, a XP reduziu mais uma vez sua expect



“Todo o mundo já entendeu a gravidade da crise. De tempos em tempos, temos crises, mas quem investe no longo prazo tende a se dar bem”

Guilherme Benchimol
Presidente da XP em transição pela internet em 1º de abril

tativa para o PIB de 2020, para retração de 1,9% e, no dia 29, abaixou a previsão do Ibovespa para 94 mil pontos.

Em nota, a XP Inc. afirmou que desde os primeiros casos do novo coronavírus na China seus analistas se dedicam a entender a dimensão da crise, que chamou de "sem precedentes" e que "pegou todo o mundo de surpresa por sua dimensão e velocidade".

"Todo o mundo já entendeu a gravidade da crise. De tempos em tempos, temos crises, mas quem investe no longo prazo tende a se dar bem. Obviamente, essa crise vai passar", disse o fundador e presidente da XP, Guilherme Benchimol, em uma transmissão ao vivo pela internet no dia 1º de abril.

Ele lembrou que, na crise de 2008, a XP dobrou a base de clientes à época com a campanha "Como transformar crise em oportunidade".

"Espero que aconteça o mesmo", disse Benchimol.

Maia quer discutir com governo texto que amplia o benefício emergencial

Projeto aprovado no Senado que aumenta auxílio a empresas, idosos e informais poderá custar R\$ 140 bilhões no ano, avalia equipe econômica

Thiago Resende

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), quer discutir com o governo o aumento nas despesas provocado pelo projeto do Senado que amplia auxílio a informais, idosos e empresas antes de colocar a proposta em votação entre os deputados. As medidas contra os efeitos econômicos do novo coronavírus foram aprovadas pelo plenário do Senado na última quinta-feira (4) e agora dependem do aval da Câmara.

O texto estende o auxílio emergencial (de R\$ 600 a R\$ 1.200 por mês) a mais categorias, amplia a cobertura do BPC (benefício a idosos e deficientes carentes) e cria um programa de ajuda a empresas na manutenção do emprego diferente do anunciado pelo governo.

A equipe econômica considera a ampliação de benefícios excessiva e estima que a proposta poderá gerar custo próximo de R\$ 140 bilhões no ano. Além disso, questiona em trechos do projeto que criam gastos permanentes, e não apenas durante a pandemia.

Estender despesas para os próximos anos deve comprometer ainda mais a situação das contas públicas. Maia quer esclarecimentos sobre alguns pontos do texto, especialmente sobre impacto fiscal. O Senado prevê que o projeto elevaria as despesas em R\$ 13,9 bilhões no ano —muito abaixo do número do governo.

Segundo técnicos do Ministério da Economia, o cálculo do Senado considerou apenas a ampliação do auxílio financeiro a ser pago pelo governo a trabalhadores informais e a população vulnerável durante a pandemia de Covid-19.

Pelo texto, o benefício emergencial de R\$ 600 será distribuído, por exemplo, a motoristas de aplicativos, associados de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, pescadores artesanais e manicures, além de permitir que homens chefes de família recebam o dobro do valor.

Esses grupos não foram incluídos no programa já sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, cujo pagamento deve começar nesta semana, mas ainda passa por ajustes no calendário e a operacionalização —há a dificuldade para



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) Pedro Ladeira - 25.mar.20/Folhapress

BANCO OFERECE CRÉDITO EMERGENCIAL

Alíquota de crédito emergencial anunciada pelo governo para para financiar folha de salários de pequenas e médias empresas começa a valer nesta segunda (5).

O Bradesco espera financiar 1 milhão de salários com a medida. Empresas com faturamento anual de R\$ 300 mil a R\$ 10 milhões poderão financiar até duas folhas, com limite de crédito de dois salários mínimos (R\$ 2.090) por empregado.

Como contrapartida, não serão empregados sem justa causa por 60 dias, contados a partir da contratação do crédito.

reastrear todos que têm direito. Mas o projeto do Senado não se limita a esta medida.

O time do ministro Paulo Guedes (Economia) calculou o impacto financeiro da proposta com outros pontos. Um deles é a ampliação do BPC.

Governo e Congresso travam uma disputa nos últimos meses sobre as regras para que idosos e deficientes possam receber esse benefício assistencial, no valor de um salário mínimo (R\$ 1.045). A proposta aprovada no Senado prevê que o BPC será pago a famílias com renda de até meio salário mínimo (R\$ 522,50 mensais) por integrante.

Hoje, o teto é de um quarto do salário mínimo, ou seja, R\$ 261,25 por membro da família. Esse critério de renda pode subir para meio salário mínimo se a pessoa comprovar ser vulnerável, dependendo do grau de deficiência e nível dos gastos com saúde.

Pelo texto do Senado, é analisado só o critério de renda. O Ministério da Economia é contra a regra, mas parlamentares defendem esse modelo.

Técnicos querem a derrubada desse trecho, pois a ampliação do BPC não seria restrita a essencial, quando o governo está autorizado a descumprir normas de responsabilidade fiscal por causa do coronavírus.

Por isso, a medida, segundo a equipe de Guedes, precisaria de um estudo detalhado para mostrar como esse gasto será bancado nos próximos anos.

O governo estima que a ampliação do BPC custaria R\$ 20 bilhões por ano.

O Congresso chegou a aprovar essa mesma mudança no benefício (valendo a partir de 2021), mas foi barrado pelo Palácio do Planalto e pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Bolsonaro vetou o aumento da cobertura do BPC e, na sexta-feira (3), o ministro Gilmar Mendes, do STF, concedeu uma decisão liminar impedindo a ampliação diante da falta de previsão de recursos para custear a despesa.

Um terceiro ponto crítico do pelo Ministério da Economia na proposta do Senado. O texto cria o Programa de Auxílio Emprego, para que o governo possa colocar a disposição de empresários até três salários mínimos (R\$ 3.135) por trabalhador formal, custeando o pagamento de salários até o fim do ano.

Para a equipe econômica, esse programa pode ter impacto superior a R\$ 110 bilhões no ano, muito acima da medida anunciada por Guedes nesta semana, cuja despesa esperada é de R\$ 51,2 bilhões.

O programa do governo, já em funcionamento, permite o corte de jornada, com redução salarial proporcional. O governo concederá um benefício para complementar a renda do trabalhador afetado, mas o valor é calculado com base na diminuição do salário e é limitado ao seguro-desemprego, cujo teto é de R\$ 1.813.

coronavírus mercado

App do governo terá desafio gigante

gitalmente, e são justamente os mais ricos do país, que estão longe de precisar de auxí

tá na outra ponta. Aqui, o governo não sabe sequer quem são boa parte das cidadãos

Quem tem identidade digital ajuda de verdade seus cidadãos mais vulneráveis

Ronaldo Lemos

Advogada, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

No dia 2 de março o governo federal anunciou que vai lançar um aplicativo para identificar os trabalhadores informais do país, permitindo que recebam o auxílio de R\$500 aprovado pelo Congresso.

Esses trabalhadores não constam de nenhum cadastro governamental existente. São os "invisíveis-ingovernáveis" que analisai neste domingo (5) em profundidade em artigo na Ilustríssima aqui na Folha.

Já é difícil fazer política pública para quem não existe for

malmente, quanto mais transferir renda.

O aplicativo do governo vai tentar resolver em quatro dias um problema que resulta de um descuido de décadas (a data de lançamento prometida é nesta terça, 7). Vou torcer muito para dar certo. Só que o problema é mais profundo. O Brasil não tem um sistema de identidades digitais. Países como Chile, Peru, Estônia e Índia (com 3,4 bilhão de habitantes) já resolvem essa questão nos últimos meses. Transferir renda para os mais vulneráveis nesses

países vai ser uma brisa comparado com o Brasil.

O aplicativo do governo irá enfrentar uma série de desafios. O primeiro é ter capacidade de técnica para suportar 5 milhões de pessoas (e potencialmente mais) tentando se inscrever nele. A infraestrutura necessária para isso é difícil de ser mobilizada rapidamente. A segunda questão serão as fraudes. Gostaria muito de saber como o governo vai se certificar de quem está do outro lado de quem um trabalhador informal que realmente preci-

sa do benefício.

A única forma de ter certeza disso seria se o Brasil tivesse uma identidade digital gratuita e universal, o que não é o caso. O que existe de mais próximo disso no país é o verghnoso "certificado digital", que é gerido por um órgão chamado ITI, pertencente ao próprio governo federal.

Só que essa estrutura cobra R\$ 200 por ano para emitir um certificado digital. O resultado é que menos de 3 milhões de pessoas no Brasil têm sua identidade certificada di-

quer auxílio emergencial.

Para complicar, 1 em cada 3 brasileiros economicamente ativos não tem conta bancária. O Brasil, diferentemente de outros países em desenvolvimento como a Índia e a China, não passou por um processo de intensa bancarização nos últimos anos.

Em 2008 apenas 17% dos indianos tinham conta bancária. Em 2018, cerca de 86% dos adultos na Índia tinham conta bancária. Isso aconteceu porque o país criou sua identidade digital, chamada "Aadhaar". Com ela, o país está preparado para ajudar e transferir renda para praticamente toda a sua população.

O problema que não está resolvido é que menos de 3 milhões de pessoas no Brasil têm sua identidade certificada di-

quer mais precisem dele.

Um dos consensos que precisa emergir da crise da Covid-19 é precisamos reformar completamente nosso sistema de identificação e cadastros administrativos governamentais. Como diz o ditado popular: quem sabe faz, quem não sabe fala. Na situação atual, quem tem identidade digital ajuda de verdade seus cidadãos mais vulneráveis. Quem não tem, faz aplicativo.

READER

Já era passarrote no telefone

Já é fazer DDOs, ataques de negociação de serviço a sites

Já vem Fazer Zoom Bombing (novos conversas de KYC olham para ouvir secretamente ou zoar)

TST permite que CPTM obrigue grupo de risco a ir ao trabalho

Pela decisão liminar, estatal paulista não precisa mais fornecer álcool em gel e máscara aos seus trabalhadores

Ivan Martinez Vargas

SÃO PAULO. Apresente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), ministra Maria Cristina Peduzzi, suspendeu na última sexta-feira (3) liminares que mantinham afastados os funcionários e terceirizados da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) pertencentes a grupos de risco ao novo coronavírus.

A decisão, que tem caráter liminar (provisório), também anula a obrigação de a CPTM fornecer álcool em gel e máscaras aos seus funcionários.

Peduzzi reverteu, a pedido do governo estadual de São Paulo, decisão que havia sido proferida em 20 de março pelo vice-presidente do TST-2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região), Sonia Maria Franzinatti que haja decisão definitiva sobre o caso.

Na ocasião, a desembargadora havia atendido pedidos do sindicato da categoria e colocou quarentena ostrabalhadores com mais de 60 anos, além de gestantes, pessoas com doenças respiratórias crônicas, diabetes, hipertensão, problemas cardíacos e com problemas de imunidade.

O despacho também obrigava a estatal a fornecer equipamentos de proteção, como álcool em gel e máscaras, aos trabalhadores, e estipulava multa de R\$ 50 mil por dia em caso de descumprimento.

A Folha, a presidente do TST afirmou que sua decisão não entrou no mérito da decisão. "Os dissídios de natureza jurídica, como o que foi concedido pelo TST-2, não comportam imposição de obrigação de fazer [com previsão de multas], servem para interpretar uma norma geral", disse.

"Acreditado que o estado de São Paulo deve estar tomando todas as precauções sem dúvida ao aplicar de cuidados [com os trabalhadores]", disse. Peduzzi diz em sua decisão que os sindicatos não são representantes legítimos dos terceirizados, o que "reforça a ausência de fundamento jurídico para manter as liminares impostas".

O texto destaca ainda que a eventual imposição de multa

impactaria as contas do estado "no momento em que todos os esforços financeiros são direcionados para o combate da pandemia". Cita, também, que as obrigações impostas à CPTM acarretariam despesas de R\$ 22 milhões.

Estregador de app afastado por vírus terá auxílio financeiro

A Justiça do Trabalho determinou neste domingo (5) que as plataformas de entrega Rappi e iFood paguem assistência financeira de ao menos um salário mínimo (R\$ 1.045) aos entregadores afastados por integram grupos de risco. Segundo o texto, muitos dos vídeos parecem ter sido gravados por meio do Zoom e salvos na nuvem em servidores do software sem sessões de psicoterapia e teleconferências de trabalho.

Essa não foi a primeira falha de segurança do programa a ser revelada. Na última quinta (2), o jornal The New York Times afirmou que um recurso de mineração de dados na plataforma permitia que partici-

Falha do Zoom expõe vídeo privado, diz jornal

SÃO PAULO. O aplicativo de videoconferência Zoom, que viu seu número de usuários diários no mundo disparar de 10 milhões para 200 milhões em meio à pandemia do novo coronavírus, tem vulnerabilidades que expõem centenas de milhares de vídeos de seus usuários na internet, segundo o jornal Washington Post.

A reportagem diz ter tido acesso a vídeos privados da plataforma como um vídeo-aula de depilação genital com um modelo nua, sessões de psicoterapia e teleconferências de trabalho.

Segundo o texto, muitos dos vídeos parecem ter sido gravados por meio do Zoom e salvos na nuvem em servidores do software sem sessões de psicoterapia e teleconferências de trabalho.

Essa não foi a primeira falha de segurança do programa a ser revelada. Na última quinta (2), o jornal The New York Times afirmou que um recurso de mineração de dados na plataforma permitia que partici-

pantes das videochamadas

accessem dados do perfil de LinkedIn de outros usuários de maneira oculta. Reportagem do The Intercept também disse, em 31 de março, que os vídeos do Zoom não são criptografados de ponta a ponta, e que a empresa pode visualizar as sessões de videoconferência.

Antes, em 30 de março, o escritório do FBI em Boston emitiu um aviso sobre o Zoom que dizia aos usuários para não tornar públicas as reuniões na plataforma e não compartilhar links amplamente.

O alerta foi dado depois que o órgão recebeu dois relatos de indivíduos não identificados em salas de aulas, salas de escolas, um feminino conhecido como "zoom-bombing".

Entre os exemplos citados pelo FBI, uma estudante do ensino médio de Massachusetts contou que um professor interrompeu a aula quando um desconhecido apare-

ceu em sua tela gritando insulso e dizendo o endereço pessoal do professor.

Na internet, com a hashtag #zoombombed, usuários relataram como subitamente surgiram imagens pornográficas e rancas em suas telas durante as videoconferências.

A procuradoria geral do estado de Nova York enviou uma carta ao Zoom na qual questiona que medidas a empresa toma para garantir a privacidade dos usuários, segundo a agência de notícias AFP.

O escritório do FBI em Boston informou na última segunda-feira (30) ter recebido vários exemplos de teleconferência perturbadas por imagens pornográficas, de ódio ou de linguagem ameaçadora, segundo um comunicado.

A plataforma teve grande queda de empresas para o ensino médio de Massachusetts contou que um professor interrompeu a aula quando um desconhecido apare-

Também é grande o número

de empresas que usam a plataforma para aulas de distância. Até o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, já usou o aplicativo.

Em meio aos questionamentos sobre o Zoom, a empresa de foguetes SpaceX, do bilionário Elon Musk, proibiu seus funcionários de usar o aplicativo devido a "preocupações significativas de privacidade e segurança".

Na última quarta (2ª), fundador do Zoom, Eric Yuan, disse reconhecer "que não atingimos as expectativas de privacidade e segurança da comunidade — e a nossa". O Zoom disse "levar muito a sério a vida privada, a segurança e a confiança dos usuários".

"Apreciamos o interesse da procuradoria-geral de Nova York por essas questões [de segurança] e estamos felizes de lhe entregar as informações", disse uma porta-voz do Zoom. Com agências de notícias

Fundação Zerbin CNPJ 16.644.053/0001-13 Edital de Contrato Edital de Contrato Edital de Contrato Edital de Contrato

FUNDAÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - FIPT CNPJ 16.502.500/0001-26 Edital de Contrato Edital de Contrato

JUSTIÇA FEDERAL DO CEARÁ PREGÃO ELETRÔNICO 002/20 Edital de Contrato Edital de Contrato

SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA HOSPITALAR Edital de Contrato Edital de Contrato

COMUNICADO Edital de Contrato Edital de Contrato

AMIM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA E SEGURANÇA Edital de Contrato Edital de Contrato

AMIM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA E SEGURANÇA Edital de Contrato Edital de Contrato

AMIM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA E SEGURANÇA Edital de Contrato Edital de Contrato

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE SOCIOS Edital de Contrato Edital de Contrato

LEILÃO DE IMÓVEL Edital de Contrato Edital de Contrato

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE SOCIOS Edital de Contrato Edital de Contrato

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE SOCIOS Edital de Contrato Edital de Contrato

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE SOCIOS Edital de Contrato Edital de Contrato

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE SOCIOS Edital de Contrato Edital de Contrato

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE SOCIOS Edital de Contrato Edital de Contrato

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE SOCIOS Edital de Contrato Edital de Contrato

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE SOCIOS Edital de Contrato Edital de Contrato

folhainvest coronavírus

Bolsa está barata, mas não é hora de comprar, diz analista

Risco é que ações caiam mais diante das incertezas da pandemia de Covid-19

Júlia Moura

SÃO PAULO A máxima de aproveitar a queda do Ibovespa para comprar ações baratas foi deixada de lado nas últimas semanas por analistas do mercado com a piora nas estimativas do impacto econômico da pandemia do coronavírus. Sem conseguir vislumbrar o tamanho da crise e, muito menos, o fim dela, especialistas apontam que ações se tornam ainda mais arriscadas. "Parece que está tudo barato, assumindo que é uma crise passageira. O problema é que temos uma dúvida muito grande sobre o que vai acontecer", diz Fernando Siqueira, gestor da Infinity Asset.

No momento, o mercado segue outra máxima: "é bom comprar barato, mas não é bom comprar na baixa". Especialistas recomendam a compra só quando análise técnica apontar tendência de alta. E a cada nova análise, piora o cenário futuro. "O investidor tem que ficar cauteloso e não tomar risco agora", diz Ermínio Lucci, presidente da corretora BGC Liquidex.

As previsões para o PIB brasileiro são revisadas para baixo e já apontam uma recessão tão ruim quanto a de 2015-2016.

"Em 2015, se esperava uma recuperação rápida que nunca aconteceu. Por isso que, agora, o prêmio está grande. O risco é grande", diz Siqueira. Prêmio é o lucro futuro espe-

rado na compra da ação, considerando que ela se valorize. O alto risco do mercado levou muitas ações a mínimas históricas e, caso o cenário se reverta, elas têm um potencial de lucro muito alto.

Para avaliar o preço de uma ação, investidores levam em conta diversos fatores intrínsecos a cada empresa e setor, como resultados, governança, concorrência e o cenário macroeconômico em uma análise fundamentalista, ou seja, dos fundamentos da empresa.

Um dos mecanismos mais usados é a relação preço/lucro. Ele mostra quantos anos seriam necessários para o investimento em determinada ação se pagar pela distribuição anual de lucros da em-

presa, via dividendos, bônus ou juro sobre capital próprio. No cálculo, divide-se o preço do papel pelo lucro projetado pelo mercado (P/L). Quanto menor o P/L, mais barato o papel.

"Avaliar está difícil porque, hoje, a projeção futura de lucro é incerta. O P/L do Ibovespa está em 9. Em 2018, ele chegou perto de 7. Se nos recuperarmos esse ano, está tudo barato. Se levarmos mais tempo, ainda não está", diz Siqueira. Na mesma lógica, se calcula o P/VE ou seja, o preço da ação dividido pelo valor patrimonial por papel. Ele indica o quanto o investidor ganharia caso o patrimônio líquido da empresa fosse distribuído entre acionistas, como em casos de falência. Quanto menor o P/VE, mais barato a ação.

"Geralmente, o P/VE é maior que 1, mas, agora, esse cálculo de muitas empresas está abaixo. O valor patrimonial pode cair com o tempo e elas podem não conseguir vender seus ativos nesse momento de crise", explica Eduardo Belotti, presidente da Real Valor.

É o caso da Petrobras, com P/VE de 0,6 e P/L de 5. Apesar de estar relativamente barata pela métrica, a estatal esbarra em outro critério, o endividamento. Ao fim de 2019, a dívida líquida da Petrobras era de US\$ 28,8 bilhões (R\$ 420 bilhões), dez vezes superior ao lucro líquido recorde do mesmo ano.

"Se empresa está barata e está muito endividada, a dívida corrói o lucro", diz Belotti. Também é preciso avaliar o caixa da empresa e ponderar se há necessidade de contrair dívidas para sobreviver à crise. "O ideal é o investidor ficar de fora do mercado. Se não conseguir, uma boa são empresas de utilidade pública, como saúde e bens de consumo essenciais, coisas que as pessoas consomem com ou sem crise", diz Lucci, da BGC.

Alerta de crise demorou a chegar ao pequeno investidor

Apesar do mercado financeiro global reagir ao coronavírus desde janeiro, o sinal de alerta para pequenos investidores no Brasil veio apenas entre fevereiro e março.

Apesar do mercado financeiro global reagir ao coronavírus desde janeiro, o sinal de alerta para pequenos investidores no Brasil veio apenas entre fevereiro e março. A princípio, a leitura de gestores, corretoras e casas de análise era que o risco da doença consistia na desaceleração da economia chinesa, com impactos na economia global, mas que tudo rapidamente voltaria ao normal após incentivos de Pequim.

O cenário mudou com a disseminação pela Europa e a paralisação do norte da Itália, e as Bolsas despencaram. Pipocaram recomendações de compra de ações para aproveitar a liquidação dos papéis.

O faturamento de corretoras e gestoras provém da quantidade de investidores e das taxas de corretagem cobradas em cada transação de compra e venda de ações. Custas de fundos pagam taxa de administração e performance — em média, de 2% e de 20% ao ano, respectivamente.

No dia 10 de março, Henrique Bredda, sócio fundador e gestor dos fundos Black da Alaska Asset Management, disse em seu Twitter que o coronavírus "ficará na história como uma das maiores histerias coletivas". Antes, havia tuitado que "é muito interessante ver que o coronavírus, mais leve que uma gripe do influenza, esteja causando tanto medo".

Após os fundos Black da Alaska acumularem rentabilidade negativa de 70% neste ano, investidores questionaram Bredda no Twitter, que apagou as postagens. "O gestor então explicou a estratégia dos fundos desde o fim de 2015: além de ações, apostavam na queda do dólar e da Selic. A operação, que deixou de ser vantajosa em 2020 com a Selic a 3,75% ao ano e alta dos juros futuros do dólar,

foi encerrada em 18 de março. Agora, os fundos estão comprados apenas em ações.

"2020 nos trouxe uma lição que ficará para sempre: essa estratégia, por mais que faça todo o sentido, pode machucar no caso de se fechar breakers [paralisação temporária da Bolsa após fortes quedas] e isso não pode acontecer, não na magnitude que foi", escreveu Bredda no dia 19. Procurado, não se manifestou.

A Guide também demorou para avaliar o impacto do vírus, reconheceu o analista Henrique Esteter.

"Passamos um alerta aos clientes quando o Ibovespa chegou nos 102 mil pontos [27. fev]. Contudo, quando analisamos hoje, vemos que foi até positiva a data, já que foi no primeiro quarto da queda".

No dia 5 de março, o Ibovespa entrou em terreno baixista após queda de mais de 20% em relação ao pico recente.

"Recomendamos cautela para nossos clientes em tempos de alta volatilidade. Quem tem coragem de dormir comprado sem saber o desenvolvimento das coisas nos próximos dias? Estamos no escuro agora", diz Esteter.

A Verde Asset Management, uma das mais respeitadas e bem-sucedidas gestoras do Brasil, presidida por Luis Stuhlberger, disse que subestimou a crise do coronavírus. "Cometemos um erro importante: começamos a comprar [ações] muito cedo", disse a gestora em carta a investidores no dia 20 de março.

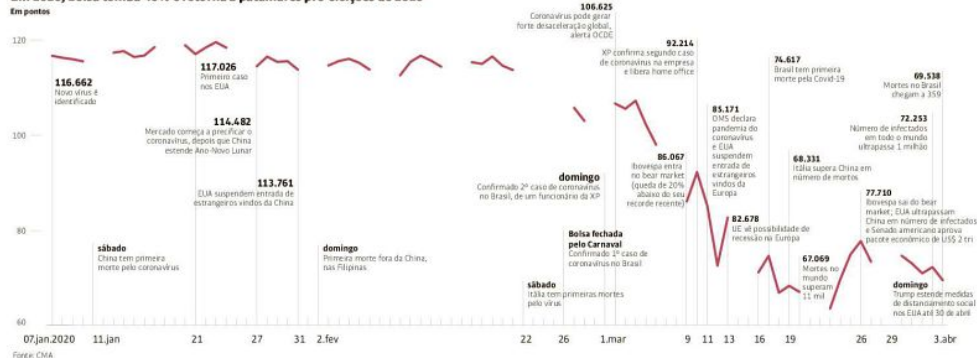
Em janeiro, Stuhlberger afirmou que havia uma bolha no mercado acionário brasileiro. A declaração de Stuhlberger causou polêmica no mercado; a maioria discordou que houvesse bolha, ainda que alertaram para a dificuldade de vê-la antes que estourasse.

Continua na pág. A14

“Parece que está tudo barato, assumindo que é uma crise passageira. O problema é que temos uma dúvida muito grande sobre o que vai acontecer”

Fernando Siqueira
Gestor da Infinity Asset

Em 2020, Bolsa tomba 40% e retorna a patamares pré-eleições de 2018



Bendita liquidez

Em períodos de crise, a liquidez vale mais do que a rentabilidade e a segurança

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP (Certified Financial Planner), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

Quando investimos, estamos acostumados a dar muita atenção à rentabilidade. "Quanto vou ganhar?", pergunta o investidor, dando pouca ou nenhuma importância aos outros dois atributos que formam o tripé dos investimentos, a segurança e a liquidez. Esquecemos que a rentabilidade depende fundamentalmente dos riscos inerentes às aplicações que constituem o leque de opções. Os investimentos mais rentáveis são, naturalmente, os mais arriscados. Quando o investidor privile-

gia a rentabilidade, renuncia à segurança, assumindo riscos que nem sempre conhece ou que não espera irão acontecer. A perspectiva de ganhar mais ocupa todo o espaço mental, e a análise dos riscos e das perdas possíveis deixa de ser feita. A liquidez, então, cuidada, colocada em terceiro plano e muitas vezes esquecida, nem ao menos passa pelo processo de decisão, da escolha dos atributos que a aplicação financeira deve ter. Se pensarmos bem, os atributos, classificados por nível

de importância, deveriam ser liquidez, liquidez e liquidez, nessa ordem. Explico por quê. Sabe aquele imóvel que você comprou por R\$ 500 mil e acha que vale R\$ 700 mil? O ganho esperado de R\$ 200 mil só acontece quando se o imóvel for vendido. O mercado imobiliário é o exemplo mais contundente de como a falta de liquidez pode comprometer a estratégia do investidor. Se não houver comprador, ou se o comprador não estiver disposto a pagar o preço que o vendedor atribui ao imóvel,

nada feito. O imóvel permanece com a placa de "vende-se" durante meses ou anos, inviabilizando não apenas a realização do ganho esperado como também a recuperação do capital investido. Em 4 de março, o Ibovespa estava cotado a 107.224 pontos. Em apenas 13 pregões, o preço do conjunto de ações que compõem o índice caiu 40%, para 63.569 pontos. A explicação simplista para o fato é a falta de compradores no mercado — a quantidade de vendedores era muito maior do que

a de compradores. O comprador sumiu em razão da percepção de um risco que antes não estava no cenário. O risco da Covid-19 na saúde das pessoas e o impacto das paralisações de diversas atividades na economia como um todo destruíram todas as projeções anteriores ao novo fato.

Em uma situação de baixa liquidez, os preços são determinados pelos poucos compradores, dispostos a comprar um ativo que muitos querem vender. O comprador dita o preço, aplicando um bom desconto, até atingir um valor que considere atrativo. A lei da oferta e da procura regula o preço. Evidentemente que existe uma explicação mais complexa que esclarece por que a quantidade de compradores ou vendedores diminuiu. Mas essa é outra história que não precisa ser entendida ou conhecida por todos. Na ponta final,

o fator que afeta o nosso bolso, o nosso patrimônio e a rentabilidade de nossas aplicações financeiras é a liquidez.

A falta de equilíbrio entre compradores e vendedores altera, temporariamente, a liquidez do mercado e, também, o chamado preço justo, que só se apresenta em situações normais de mercado.

O conceito de liquidez vai muito além dos investimentos e afeta também nossas finanças. Quando a receita cai ou a despesa aumenta, nossa liquidez, se houver, nos salva. Reforço a reserva financeira constituída exatamente para períodos de escassez, como o atual. Pessoas e empresas que dependem recursos em aplicações com liquidez diária, isentas do risco de flutuação adversa de preços, terão a chance de atravessar, com poucos danos, esse período de crise. Bendita liquidez!

marcia.dessen@gmail.com



Calçados nas portas paulistanas em Santana 5, na Vila Sabrina 6 e em Perdizes 8, os que entram em casa, como na Pompeia 7 e em Pinheiros 9, ficam isolados ou são lavados

NOVOS HÁBITOS
 Leia na página 816 dicas para higienizar seus sapatos, acessórios e roupas ao chegar em casa. Aprenda também como limpar seus alimentos e o pet depois do passeio

Déficit de pessoal em hospitais municipais se agrava com vírus

Tribunal de Contas apontava falta de 40% de funcionários antes da crise; 9% estão afastados, diz prefeitura

Artur Rodrigues e Mariana Grazini

SÃO PAULO Prestes a ver aumento inédito da demanda devido ao coronavírus, o sistema hospitalar do município de São Paulo tem um déficit de funcionários de 40%, segundo auditoria do TCM (Tribunal de Contas do Município). A escassez de funcionários é agravada por uma alta no afastamento de profissionais. A prefeitura de São Paulo diz que, desde o primeiro caso confirmado de Covid-19 na cidade, registrou 1.841 afastamentos por quadros de síndrome respiratória, incluindo os de funcionários das áreas administrativas.

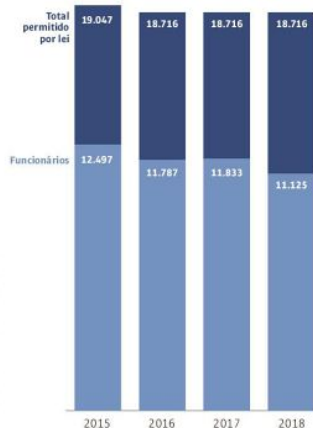
Segundo a prefeitura, o número de afastados representa 9,3% de 19.675 funcionários da Antarquã Hospitalar Municipal; destes, 95 são casos confirmados de Covid-19. O relatório do TCM sobre o

deficit de funcionários foi publicado no ano passado, com retrato do quadro em 2018. A falta de profissionais é calculada pela relação entre o número de funcionários permitidos por lei e o total de trabalhadores em atividade.

O Sindsep afirma que situação de déficit vem se agravando. "Estávamos organizando campanhas desde novembro do ano passado para a contratação de profissionais. Nós estávamos vendo problema nos hospitais antes do coronavírus e agora temos mais afastamentos", diz Sérgio Antiquiera, presidente da entidade.

De acordo com o relatório do TCM, o déficit de funcionários vem aumentando ano a ano. O documento diz que há 11.125 profissionais e um déficit de 7.591 (40,6%). No saldo de servidores com nível superior, a falta de profissionais é maior que a média geral, atingindo 48,4%, com

Déficit de funcionários do sistema de saúde na capital cresce



Fonte: Antarquã Hospitalar Municipal e Tribunal de Contas

escassez de 3.408 profissionais. Segundo o documento, o déficit de médicos é de quase 56%, ou 2.225 funcionários. No caso de nível médio, que inclui técnicos em enfermagem, há falta de 3.436 profissionais, déficit de 32,6%. O maior déficit é de profissionais do nível básico, de 65,4%.

"Verifica-se que houve uma

piora em relação ao preenchimento das vagas estipuladas na TLP (Tabela de Lotação Pessoal", diz o relatório. "A porcentagem de déficit não se reduziu, considerando o déficit geral de 2018, de 40,6% e o déficit de médicos de 2018 (55,9%)". Ainda segundo o documento, as reclamações da popula-

ção têm relação com o problema. "As reclamações com maior volume referem-se, principalmente, à demora do atendimento e à rotina/protocolos da unidade de saúde."

Em meio à falta de profissionais, dados do Sindsep mostram que explodiram as licenças de mais de 14 dias, prazo do protocolo de afastamento por suspeita de coronavírus. Segundo análise do sindicato obtida com exclusividade pela Folha, o número de licenças cresceu 111% comparando-se a quantidade de licenças emitidas entre 1º e 14 de março (360) e entre 15 e 28 de março (761).

Além disso, segundo o sindicato, "o que chama a atenção, confirmando as suspeitas iniciais, foi o crescimento de licenças de 14 e 15 dias, que subiu de 11 emissões na primeira quinzena para 283 na segunda". O órgão analisou 1.228 afastamentos com início no mês de março, entre os dias 1º e 31.

Em nota, a prefeitura afirma que a AHM prevê a contratação de mais de 2.000 funcionários para reforço das equipes. De acordo com os dados do Sindsep, a situação é pior no Hospital Municipal Dr. Carmo Caricheio, conhecido como Hospital do Tatapé, onde dois trabalhadores morreram e há o maior número de afastamentos, 84. Neste local, há denúncias de falta de equipamentos de segurança para funcionários.

Segundo o balanço da entidade, houve 45 afastamentos no Hospital Ermelino Mattarazzo e 44 no Hospital Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha, do Campo Limpo.

Estado de SP pede ao Banco Mundial crédito de US\$ 100 mi

SÃO PAULO Em carta destinada ao Banco Mundial para obtenção de empréstimo de US\$ 100 milhões (cerca de R\$ 534 milhões) para o combate ao novo coronavírus, o governo de São Paulo propõe que cerca de 220 mil pessoas serão infectadas no estado de São Paulo ao longo de período de pandemia. Por ter sido feito antes da quarentena, o número deverá ser calculado.

Segundo o coordenador da Unidade de Coordenação de Projetos Paulista, Ricardo Tardelli, a intenção é destinar os recursos à implantação de 500 leitos de UTI e a compra de equipamentos de segurança pessoal. A carta foi revelada pelo "Estado de S. Paulo". Para obter o empréstimo, a gestão Doria furia contrapartida de US\$ 25 milhões. O investimento total seria US\$ 125 milhões, ou R\$ 667 milhões.

O Ministério da Economia analisará a capacidade de endividamento de São Paulo antes de dar aval para a operação, porque o governo federal se torna fiador. Nas projeções mais otimistas, a operação deve ser aprovada em maio. O estado poderá pagar o financiamento em 25 anos.

O banco grátis onde seu dinheiro rende 10% a mais do que a poupança.

PagSeguro

PagBank

acesse pagbank.com.br

Transferências grátis • Pagamentos grátis • Portabilidade de salário grátis

Recarga de celular grátis • Cartão Internacional grátis • Empréstimo

A cada 30 dias o saldo da conta terá rendimento acumulado a 10% da Poupança. Para saber mais sobre o rendimento e suas condições, acesse pagbank.com.br/rendimento. Abertura da conta de pagamento sujeita a análise documental pelo PagSeguro em menos de 3 minutos. prazo estimado para abertura de novas contas de Pagamento pelo app. Condições e análise de crédito. Conversão do cartão internacional condicionada à abertura da conta de pagamento. O cartão grátis deve ser sempre utilizado na função crédito, para compras e saques. Consulte condições da Conta Digital em pagbank.com.br.



Em 'dupla crise', petroleiras tentam lidar com risco de vírus e preços baixos

Plataformas operam em regimes diferenciados para evitar contaminação pela Covid-19, mas trabalhadores resistem a algumas mudanças

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Ao mesmo tempo em que enfrenta impactos financeiros da pior crise, a indústria do petróleo tenta reduzir riscos à saúde dos trabalhadores que mantêm as instalações em operação. Algumas mudanças implantadas até o momento, porém, vêm gerando resistências.

Entre as medidas, estão a redução de contingentes em plataformas e refinarias e a ampliação dos turnos de trabalho. A Petrobras chegou a implantar um período de isolamento prévio em hotéis para avaliação dos que vão embarcar, mas a medida foi suspensa.

As maiores dificuldades estão relacionadas às plataformas em alto-mar, tipo de operação naturalmente confinada e que depende de complexo esquema logístico para levar os trabalhadores de todo o país a aeroportos de onde saem os helicópteros.

O IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo, que reúne as petroleiras) criou um comitê de crise para compartilhar melhores práticas e desenvolver procedimentos para reduzir os riscos. "É tudo novo para todo o mundo", diz a presidente da entidade, Clarissa Lins.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o Brasil tem 103 plataformas em operação, 91 delas pela Petrobras. Algumas, localizadas a mais de 200 quilômetros da costa.

A primeira medida adotada pela estatal para reduzir o risco de contágio foi aferrar a temperatura dos trabalhadores antes do embarque. Depois, ampliou o período de embarco para 28 dias, dos quais 7 deveriam ser em hotéis sob acompanhamento médico.

Com períodos de embarco mais longos, dizem as empresas do setor, há menos trocas de tripulação nas unidades. "Quanto mais tempo fica uma tripulação não contaminada, mais ela está preservada", afirma a presidente do IBP.

As medidas, porém, geram críticas. "Imagina um trabalhador ficar enclausurado sete dias dentro de um hotel. Vai embarcar emocionalmente abalado", diz o presidente da FUP (Federação Única dos Petroleiros), José Maria Rangel.

Agora, diz a Petrobras, os sete dias de isolamento prévio devem ser cumpridos em casa, sob acompanhamento de médicos da estatal, que checam o estado do trabalhador e reforçam as orientações recomendadas pelas autoridades.

Para aumentar a segurança, os sindicatos pedem testes em todos os empregados que serão embarcados. A empresa diz testar casos suspeitos. Todos os que apresentam os sintomas são desembarcados o mais rápido possível.

Até o momento, não há confirmação de casos de Covid-19 em suas plataformas. Entre os dias 21 e 22 de março, a empresa desembarcou oito pessoas com sintomas de gripe de uma unidade, mas os resultados não foram divulgados.

As dificuldades, porém, vão além da etapa de embarque. Com a redução no número de voos pelo país e restrições nas estradas, trabalhadores reclamam das dificuldades para chegar aos aeroportos de onde

Imagina um trabalhador ficar enclausurado sete dias dentro de um hotel. Vai embarcar emocionalmente abalado

José Maria Rangel presidente da FUP (Federação Única dos Petroleiros)

Quanto mais tempo fica uma tripulação não contaminada, mais ela está preservada

Clarissa Lins presidente do IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo)

103 é o número de plataformas de petróleo em operação no Brasil

30% é a queda na projeção de investimentos da Petrobras para 2020

200 mil é o corte diário na produção de barris de petróleo feito pela estatal para evitar gargalos de armazenamento

de saem os helicópteros — os de maior movimento estão no litoral norte do Rio de Janeiro.

A prefeitura de Macaé (RJ), onde está uma das principais bases de apoio às plataformas, limitou o acesso à cidade, com barreiras na principal estrada para fiscalizar o tráfego de pessoas e equipamentos. Lins, do IBP, diz que as restrições ao tráfego foram um dos desafios no início da crise, mas que a questão foi resolvida com a inclusão do setor entre os serviços essenciais. O setor teme, porém, pressões para aumento da arrecadação ou mudanças regulatórias.

A pandemia do coronavírus pegou a indústria de petróleo já em meio a forte crise, provocada pela redução das cotações internacionais após divergências entre grandes exportadores sobre cortes na produção global. Para Lins, do IBP, uma "dupla crise de dimensões sem precedentes".

Com a pandemia, o excesso de oferta do óleo foi agravado por um choque de demanda. Com previsões de queda de até 22% no consumo, as cotações despencaram aos menores níveis desde o início dos anos 2000, iniciando uma onda de cortes de investimento pelo mundo.

Levantamento do IBP aponta que sete grandes empresas, incluindo a Petrobras, cortaram em 22% o total de investimentos previstos antes da crise. A brasileira reduziu sua projeção para 2020 em 30%, para US\$ 8,5 bilhões (R\$ 45 bilhões).

A companhia anunciou cortes de sua produção de petróleo em 200 mil barris por dia, fechando campos menos rentáveis, para evitar gargalos no sistema de armazenamento, problema que o excesso de oferta global começa a gerar.

Na quinta-feira (2), o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que a busca por tanques para armazenar petróleo sem compradores já elevou o custo dos fretes para a China de US\$ 3 (R\$ 16) para US\$ 11 (R\$ 59) por barril. A produção das refinarias também está sendo reduzida, já que não há demanda para produtos como gasolina e querosene de aviação.

A crise chegou em um momento de retomada da atividade petrolífera no país, que esperava os investimentos de empresas estrangeiras que adquiriram blocos exploratórios nos diversos leilões realizados desde o governo de Michel Temer.

O vice-presidente do Cebril (Centro Brasileiro de Relações Internacionais) e ex-diretor da Petrobras, Jorge Camargo, vê um achatamento na curva de investimentos diante dos problemas de caixa das empresas. "Os projetos continuam economicamente viáveis, mas vão valer menos".

Pequenas petroleiras que também investiram em leilões ou em áreas vendidas pela Petrobras pedem ao governo redução nas alíquotas de royalties para sobreviver. O setor tem produção pequena, de cerca de 10 mil barris por dia, mas emprega 2 mil pessoas.

"Seria um impacto mínimo nas contas do Tesouro mas com grande relevância social", defende o secretário executivo da Abpip (Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo), Anabal dos Santos Junior.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
paineisa@grupofolha.com.br

Bandeja

A quarentena impulsionou a receita do Burger King Brasil com delivery e drive thru, mas o avanço não foi suficiente para compensar as vendas perdidas com o fechamento das lojas físicas, segundo Luri Miranda, presidente da companhia, que também é dona da Popeyes. "É difícil estimar. Isso nunca aconteceu antes", afirma o executivo. A empresa tem mais lojas em shoppings, que foram fechados, do que as de rua, que continuam fazendo entregas e retiradas de pedidos.

PREMONIÇÃO Em 2019, o percentual de abertura das lojas de rua foi maior do que nos centros comerciais, o que agora favorece a empresa.

CARDÁPIO Diferentemente do mantra da demissão repetido pelo setor de restaurantes desde o agravamento da crise, Miranda afirma que a empresa não fez cortes. "Respeito a decisão de cada um, mas temos procurado sustentar as vagas e lançado mão do uso de férias neste momento", diz.

FACA A ANR (associação de restaurantes) anunciou uma projeção segundo a qual o setor pode ter demitido mais de 600 mil pessoas no país.

GARFO Miranda diz que o Burger King tem posição de caixa sólida para enfrentar a pandemia, mas a imprevisibilidade do cenário dificulta planejar o rumo das vendas. "Podemos até olhar para outros países, mas eles também se comportam de forma diferente".

NUTRIÇÃO Para o executivo, o setor de restaurantes tem um papel social na crise. A empresa vai fornecer cerca de 10 toneladas de hambúrguer, queijo e iogurte para a ONG Banco de Alimentos. Em março, o Burger King anunciou uma doação de R\$1 milhão ao SUS.

TURBULÊNCIA Em fevereiro, quando anunciou que receberia o aporte, Piva disse que o dinheiro ajudaria a renovar sua frota de ônibus, avançar no modal ferroviário e criar uma companhia aérea, o sonho antigo do grupo. A pandemia deturpou o setor de aviação, mas a empresa afirma que não desistiu do plano.

AR A Hapvida redirecionou R\$30 milhões dos R\$250 milhões de investimentos previstos em sua rede hospitalar neste ano para os esforços contra o coronavírus. A empresa diz que adicionou 1.500 leitos, 200 deleques para UTI, e comprou 260 respiradores.

FARINHA DE TRIGO Mesmo abertas na quarentena, padarias paulistas estão sofrendo, segundo Antero Pereira, presidente do Sampaopão (entidade que representa o setor), que estima em 50% a média de queda no faturamento.

FORNO As padarias começaram a antecipar férias e planejam reduzir jornada e salário, segundo Pereira.

DELIVERY A Qualicorp começou a enviar álcool em gel para as casas de seus 2.000 funcionários que estão fazendo home office há mais de 15 dias.



Luri Miranda presidente do Burger King Brasil

PROSA

Nós estamos analisando as medidas do governo de proteção dos empregos para ver como usá-las e sustentar as nossas vagas

Luri Miranda presidente do Burger King Brasil

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



Dinheiro novo mesmo são R\$ 210 bilhões, enorme, mas longe do trilhão da propaganda

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O governo disse que está perto de destinar R\$ 1 trilhão para atenuar a catástrofe sanitária e socioeconômica da epidemia. Não é verdade. Muita vez já esteve mesmo. Isto posto, não se trata de pouco dinheiro, em boa parte arrancado por pressão social e parlamentar. Por exemplo, o governo estima gastar, em três meses, R\$ 98 bilhões no auxílio a autônomos e informais e outros R\$ 21,6 bilhões para compensar reduções de salário, via seguro-desemprego. Seriam R\$ 149,6 bilhões.

Equivala a um mês de todos os rendimentos do trabalho pagos no país, excluídos os ganhos de empregadores e funcionários públicos (contas feitas com base na Pnad do IBGE). Ou seja, o governo vai pagar o equivalente a um terço do total dos rendimentos de trabalhadores, agora aqueles de quem emprega ou é servidor. O pacote do trilhão é bobagem porque mistura picotê com asfalto: dinheiro novo, antecipação de despesas inevitáveis, adiamento de impostos, empréstimos e aumento de di-

nhelos possivelmente emprestáveis no sistema financeiro. É bom ressaltar que as antecipações são importantes (do abono salarial e do 13º de beneficiários do INSS), assim como o adiamento de impostos. Sem isso, muitas famílias e empresas naufragariam. Mas não é dinheiro extra. O pacote do trilhão, incluindo despesas em saúde, auxílio a estados e municípios, diminuição de impostos e uns quebrados, anda pela casa estimada de R\$ 210 bilhões. Enorme. É 15% da receita que o governo fede-

ral teve o ano passado inteiro: é quase quatro vezes o que o governo gastou em 2019 em investimentos (em obras, equipamentos etc.). Essa é uma estimativa de despesa extra, nova. Não inclui, por exemplo, o crédito de até R\$ 34 bilhões que o governo vai oferecer para que pequenas e médias empresas paguem salários. Crédito não é gasto, ainda que exista algum pequeno subsídio aí, pois esse e outros empréstimos do pacote são subsidiados (juros baixos) e deve haver calote.

dividas privadas e títulos do Tesouro. É o que prevê emenda constitucional do "Orçamento de Guerra", aprovada na sexta-feira (3) pela Câmara, a ser votada no Senado. O BC poderá comprar dívida privada desde que o Tesouro entre com 25% do dinheiro (mais dívida). Sabe-se lá quanto o BC vai comprar de dívida privada, mas assim reduziria taxas de juros na praça e ficaria com algum calote. A conta desse gesto é além de complexa, por ora mera especulação. Importante: vamos saber de quem o Banco Central comprou dívida em quais condições? Hum? Ainda mais extraordinária é a possibilidade de o BC comprar títulos do Tesouro. Trocando em miúdos uma história comprida, na prática o BC

tas criando dívida pública de curto prazo. Em certa medida, o BC também vai acabar financiando o governo. Enfim, caso acabe achatando as taxas de juros de prazo mais longo, pode aliviar o custo do dinheiro na praça em geral. Quando vivíamos nos anos a.c., antes do corona, o governo já gostava da fantasia do trilhão: R\$ 1 trilhão na reforma da Previdência, na venda de patrimônios ou em um pote no fim do arco-íris, como alardeou Jair Bolsonaro, no início do governo. Por ora, não há trilhão na mesa, nem de longe. Mas há recursos importantes, e ainda assim insuficientes, e uma medida novíssima para acompanhar as compras de dívida do Banco Central. vinicius.torres@gpufolha.com.br

Ricardo Paes de Barros Governo não conseguirá manter tratamento igual a todos contra pandemia

Para economista, crise vai aumentar flexibilização do trabalho e uma parcela dos informais precisará de ajuda por mais de um ano

ENTREVISTA

Fábio Zanini

SÃO PAULO. A crise do coronavírus vai demandar mais do que três parcelas de R\$ 600 para muitos trabalhadores informais. Alguns vão precisar de ajuda por até um ano, diz o economista Ricardo Paes de Barros, professor do Insper e ligado ao Instituto Ayrton Senna. Um dos pais do Bolsa Família e especialista em distribuição de renda, ele afirma que o desafio do governo será identificar as pessoas que continuarão precisando de ajuda quando a curva da doença estiver na descendente.

"A partir de um certo momento não vai dar para dar um tratamento igual para todo o mundo", afirma.

Para Paes de Barros, 66, a crise vai mudar a forma como a sociedade trabalha, no rumo de uma maior flexibilização. "A gente faz coisas que não são sanitariamente saudáveis", diz ele, citando os ônibus lotados de trabalhadores que saem de casa ao mesmo tempo para o serviço.

Ligado ao grupo liberal Livres, ele diz que o Estado é fundamental neste momento para liderar o esforço de gerenciamento da crise.

Qual será o impacto da crise sobre a desigualdade no Brasil? Essa crise começou em certa medida poupando os pobres, começou nas camadas mais ricas. Chegando aos mais vulneráveis, vai ter consequências sobre a saúde e a economia popular. Os pobres mais pobres, que já estavam muito desconectados da nossa economia, como o cara que está fazendo agricultura familiar no meio da ilha do Bananal, vão sentir menos, porque é uma crise dos conectados. Quanto mais conectado na economia, mais vai sofrer. A perda maior é dos pequenos empreendedores,

aqueles que tinham um padrão de vida decente, viviam de trabalhos com renda quase diária, mas muito dependentes dos centros urbanos. O camelô, o motorista de táxi, todos esses vão sofrer muito, porque não eram tão pobres. Logo, têm muito a perder.

O que o sr. achou da resposta dada pelo governo para essas

pessoas, de R\$ 600 por mês? É superbem-vindo, claro. A questão é implementar isso o mais rápido possível. Tudo que a gente fizer agora é um primeiro passo. Estamos na curva de subida, longe ainda da descida. Há famílias que estão precisando muito e outras que não estão precisando tanto assim. A gente não está conseguindo diferenciar lento e



Ricardo Paes de Barros, 66

Professor do Insper e economista-chefe do Instituto Ayrton Senna. É graduado em engenharia elétrica pela ITA e tem doutorado em economia pela Universidade de Chicago. Foi economista do Ipea por 30 anos e trabalhou na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência (2011-15)

“A gente precisa da liderança. Fica claro que os governos têm de ter capacidade de gerenciar o que está acontecendo

motoboy que nunca teve tanto trabalho, e talvez não esteja precisando tanto de renda, daquela pessoa que perdeu completamente a possibilidade de continuar desempenhando suas atividades econômicas. Neste momento, claro, ninguém vai parar para fazer isso. Na curva de subida o cara que não está precisando, mas amanhã pode precisar. Na descida, vamos precisar ser mais seletivos.

Algumas pessoas vão precisar desse apoio por um ano, enquanto outras pessoas vão se recuperar rapidamente.

E como se faz essa seleção na prática? Essa é a grande questão. O governo vai ter que entrar com seus agentes: os comunitários de saúde, os dos centros de referência de assistência social (Cras). É preciso mobilizar todas as instituições, associações comunitárias, para que a gente consiga identificar as pessoas que mais precisam. A partir de um certo momento não vai dar para dar um tratamento igual para todo o mundo. E teremos de obter essa informação ainda num ambiente de saúde pública complicado.

Os empregos que estão sendo perdidos agora voltam rápido quando a crise acabar? Já é uma questão mais de otimismo ou pessimismo. Eu sou otimista. Obviamente que algumas atividades vão ter danos sérios e demorar muito mais. Toda a parte de turismo, transporte aéreo, por exemplo. Se continuar em estado de alerta mesmo com poucos casos, alguém que é uma manicure ou cabeleireiro não vai ter demanda. Se de repente você chegar à conclusão de que acabou com o vírus, a demanda por cabeleireiro vai ser gigantesca.

A crise pegou o Brasil no meio de uma mudança grande no mercado de trabalho, da chamada uberização, e após uma reforma trabalhista. Esses novos modelos mais flexíveis mais ajudam ou atrapalham neste momento? Como toda crise, esta ensina que nós estivamos fazendo algumas coisas erradas. Esta crise acontece porque em boa medida a gente tem ônibus hiperlotados. A gente faz coisas que não são sanitariamente saudáveis. Todo o mundo vai todo dia para o trabalho na mesma hora, tudo sincronizado. Você tem de estar no trabalho, não pode estar em casa, ou em outro lugar. A crise vai questionar a gente, vai ensinar que dá para muito do trabalho ser feito tranquilamente a distância, vai gerar outros métodos de medir produtividade.

Precisamos de relações de trabalho mais flexíveis, e o Brasil está caminhando na direção certa. Haverá muita mudança na sociedade. Como na Idade Média, as grandes pestes

mostraram que a organização das cidades estava toda errada, que tinham que ter mais saneamento. Da mesma maneira, esta crise avisa que a gente tem de ter uma vida diferente.

Como liberal, como o sr. vê o protagonismo do Estado nesse momento? Tem uma célebre frase do [Barack] Obama [ex-presidente dos EUA], que o Estado ser pequeno ou grande é uma grande bobagem. Tentos de saber se o Estado está fazendo o que a gente precisa de maneira eficiente. Este é o momento em que a sociedade precisa de muita solidariedade. Nós precisamos pegar um conjunto grande de recursos públicos, aumentando a dívida de gerações futuras. Estamos fazendo um ato de solidariedade intergeracional. Quem tem a capacidade de conversar com as futuras gerações e pegar emprestado? Só o Estado.

Nos últimos anos, o discurso do Estado mínimo cresceu, o que pôde ser verificado na vitória de Bolsonaro e na agenda do ministro Paulo Guedes [Economia]. Com essa crise, o pêndulo tende a voltar para a defesa de um Estado maior?

Na crise, tipicamente a mensagem do Paulo Guedes ou alguém como ele é que economia brasileira não precisa de liderança. Precisa ser deixada em paz, como famosa mão invisível, que sozinha ela vai embora. Só que, numa crise como esta, a gente precisa da liderança. Precisamos de uma série de ações coletivas. Fica claro que os governos têm de ter capacidade de gerenciar o que está acontecendo.

Temos de repensar a rede de proteção social no Brasil? O que esta crise está mostrando é que ninguém no país pode ser invisível. Todos têm de ter um canal de comunicação com o governo de alguma maneira. Todo o mundo tem de ter inclusão financeira. Todo o mundo tem de ter uma conta no banco, um cartão tipo Bolsa Família. Um Estado moderno tem de estar muito bem informado sobre quem são os seus cidadãos e do que cada um deles precisa.

O sr. tem estudado muito a questão da educação. Esta crise pode nos levar a ver com outros olhos educação e distância e homeschooling? Certamente. Talvez a gente não vá aproveitar a crise tanto assim, porque temos um nível de conectividade de baixo, especialmente nas escolas públicas. Mundo a fora, principalmente nos países mais ricos, isso vai levar a um aumento significativo das tecnologias de ensino a distância. Vai ser particularmente importante para a educação superior, até no Brasil. Na educação básica a gente não vai conseguir aproveitar tanto. O avanço vai ser relativamente lento.

mercado coronavírus

Teremos que conviver com o vírus

No cenário que se desenha, serão meses, ou anos, sem futebol com público ou shows

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (IUPERJ) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Já sabemos que faremos muitas semanas pesadas em casa. Essa é a estratégia correta para impedir que a evolução da epidemia não leve o sistema de saúde ao colapso...

três possibilidades: haver uma vacina; haver um remédio que reduza muito a gravidade e o tempo de internação; ou o vírus ter se espalhado e a população ter se imunizado naturalmente...

meiro, atacar o maior gargalo, a falta de leitos hospitalares específicos para gripes respiratórias graves, devidamente equipados e com recursos humanos adequados.

sa a supressão das atividades para impedir a progressão da epidemia, a contenção corre atrás do vírus sempre que ele aparece. Uma espécie de corrida de gato e rato.

cuis, bem como deverá haver uma política de testagem em massa. Aquelas pessoas que já foram expostas ao vírus e que não transmitem podem voltar às suas atividades regulares.

reaparecimento em escala maior da epidemia. O governo de Singapura avisou que, a partir da próxima terça-feira (7), adotará a supressão plena das atividades, com exceção das essenciais, por um mês.

DOM: Samuel Pessôa | ILLU: Marcia Dessen | TBR: Nizan Guanaes, Cecilia Machado | QUI: Helio Beltrão | QUI: Cida Bento, Solange Srouf | SEX: Nelson Barbosa | SÃO: Marcos Mendes, Rodrigo Zeilman

Entenda as medidas do BC contra a crise

Maior parte das propostas que já foram anunciadas ainda não começou a fazer efeito para estimular a economia

Larissa Garcia e Eduardo Cuello

BRASÍLIA E SÃO PAULO A maior parte das medidas anunciadas nas últimas semanas pelo Banco Central para tentar amenizar os efeitos da pandemia do novo coronavírus na economia só deve sair do papel neste mês. Mesmo assim não há garantia de que resultem em mais crédito para as empresas.

desta vez temporário, para a segunda (30), e ainda não há dados sobre o impacto real.

vestido por clientes no banco comercial (CDB, por exemplo) que as instituições precisam depositar no BC como forma de um seguro para diminuir a alavancagem — ou seja, que

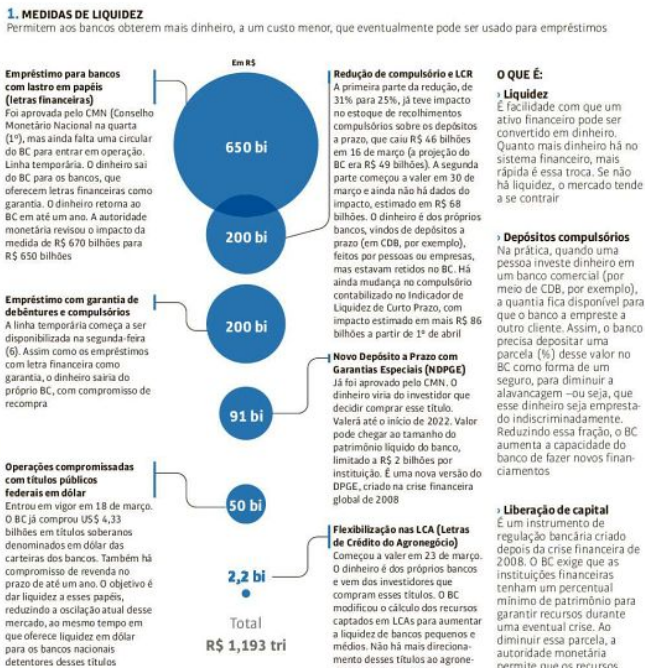
esse dinheiro seja emprestado indiscriminadamente. Reduzindo essa fração, a capacidade do banco de fazer novos financiamentos aumenta.

ativa é a que menos tem potencial de efetivamente gerar crédito. "Serve mais para resolver problemas de liquidez dos bancos, diante da maior quantidade de resgates [de

investimentos]", afirma. Os recolhimentos compulsórios de depósitos a vista (contas correntes) aumentaram em R\$ 77 bilhões de 16 de fevereiro (data da primeira redução) até o fim de março.

Veja o que já começou a valer das medidas anunciadas pelo BC no combate da Covid-19

O BC tem diferentes instrumentos para liberar recursos às instituições financeiras. Ações devem sair do papel em abril



Fonte: Banco Central e IUPERJ (Instituição Fiscal Independente)

mercado coronavírus

Coronavírus deve levar o Brasil à pior década econômica da história

Contração acima de 2% em 2020 traria queda mais profunda na renda per capita que a dos anos 1980

Érica Fraga

SÃO PAULO O período de dez anos (que se encerra em 2020) poderá registrar a maior queda da renda per capita da história republicana do país, superando até mesmo a contração dos anos 1980, que ficaram conhecidos como a década da perda brasileira.

Uma contração do PIB (Produto Interno Bruto) superior a 2% neste ano — que vários analistas já consideram factível — levaria o rendimento médio da população a recuar mais do que o 0,43% amargado entre 1981 e 1990, segundo cálculos de Fernando Monteiro, economista chefe da corretora Tullett Prebon.

As medidas necessárias para conter a expansão da Covid-19 já têm surtido efeito, fortemente recessivo. Isso não é exclusividade do Brasil.

O problema, no caso brasileiro, é que o quadro negativo da atividade não se restringe a este ano atípico. O país enfrenta uma severa e longa recessão entre o segundo trimestre de 2014 e o fim de 2016. Depois, veio uma recuperação lenta, que ano após ano vinha surpreendendo os analistas.

“A crise atual é muito forte, abrupta, e pega uma economia com uma baixa dinâmica de crescimento, logo no início do ano”, diz Monteiro.

A debilidade econômica dos últimos anos já fazia com que especialistas comparassem o quadro de estagnação da renda média da população brasileira nesta década com o registrado nos anos 1980, quando a economia foi assolada por hiperinflação e crises da dívida externa.

Até recentemente, as projeções de crescimento entre 1,5% e 2% da economia previs-

tos para 2020 indicavam que o desempenho do período de 2011 a 2020 seria ligeiramente melhor do que a contração de 4,3% da renda per capita verificada entre 1981 e 1990.

Mas, após a eclosão da crise da Covid-19, as estimativas do PIB para este ano se deterioraram rapidamente, passando de uma expectativa média de alta de 1,5% para outra de queda de 0,5%.

A tendência, segundo analistas, é que essa projeção média de contração mais recente continue a cair nas próximas semanas. Grandes bancos como Bradesco, Itaú Unibanco e UBS revisaram seus números para baixo. As duas instituições esperam, respectivamente, contrações de 1%, 0,7% e 2% em 2020.

Na quinta-feira (2), o BofA (Bank of America) afirmou, apesar das quedas severas da atividade em toda a América Latina neste ano, com contrações de 3,5% e 8% das duas maiores economias da região — a brasileira e a mexicana —, respectivamente.

Para Monteiro, sua estimativa atual, de uma queda de 2,5% do PIB do Brasil em 2020, já é uma espécie de cenário menos drástico possível.

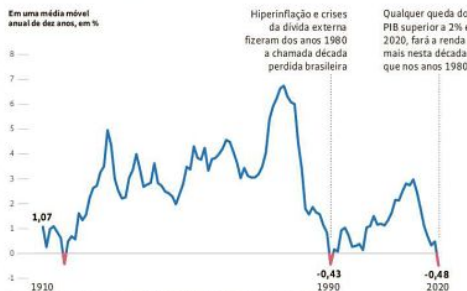
“Conforme os números de contágio pelo vírus pioram e aumentam os riscos de uma quarentena mais extensa, talvez até recorrente, uma queda de 2,5% começa a parecer otimista”, afirma.

Se o PIB recuar 2,5% neste ano, a queda da renda per capita na década será de 0,48%. Monteiro ressaltava que um agravante do cenário atual brasileiro é o fato de o colapso econômico recente ter se concentrado em um intervalo de poucos anos, a partir de 2014.

“Chamam a atenção não

Evolução do PIB per capita

O desempenho da década atual considera uma contração de 2,5% da economia brasileira em 2020



Fonte: Série elaborada pelo economista Fernando Monteiro (da Tullett Prebon), a partir de dados do Ipea e do IBGE. Foram necessários ajustes para tornar comparáveis as séries das contas nacionais, que passaram por mudanças metodológicas ao longo dos anos.

“Conforme os números de contágio pelo vírus pioram e aumentam os riscos de uma quarentena mais extensa, talvez até recorrente, uma queda de 2,5% [no PIB] começa a parecer otimista”

Fernando Monteiro
economista-chefe da
corretora Tullett Prebon

apenas a intensidade e a sequência das quedas anuais mas também a ausência de qualquer recuperação significativa no intervalo dos últimos anos.”

A magnitude dos efeitos da Covid-19 sobre a atividade econômica ficará mais clara nas próximas semanas à medida que indicadores de produção e de consumo forem divulgados. Mas dados preliminares mostram um impacto negativo significativo da pandemia sobre a atividade econômica. O Índice Gerentes de Compras (PMI, em inglês) mostrou uma queda de 3,9 pontos da atividade industrial no Brasil em março, o pior desempenho desde fevereiro de 2017. Com esse recuo, o nível de produção passou de 52,3 para 48,4 (números abaixo de

50 indicam contração). No caso do setor de serviços, o desempenho capturado pelo PMI foi ainda pior: uma queda de 15,9 pontos para 34,5 em março, o menor nível e a maior queda desde que a série começou, no início de 2008.

O PMI é bastante acompanhado por economistas porque se baseia em entrevistas com executivos do segmento manufatureiro que focam indicadores como nível de novos encomendas, variações em custos e ajustes de estoques. Segundo a consultoria IHS Markit, que calcula o PMI, “as medidas de saúde pública para deter a propagação da Covid-19 levaram a uma demanda mais baixa tanto no mercado interno quanto no externo”. A consultoria destacou que os entrevistados relataram

cortes de mão de obra que, como um todo, causaram a maior perda mensal de empregos no setor industrial em mais de três anos.

Além da queda de novas encomendas, os empresários mencionaram maior pressão sobre seus custos, causada por fatores como a desvalorização do real em relação ao dólar (leia texto abaixo).

As medidas de isolamento também tiveram efeito sobre os prazos de entregas de insumos. O subíndice do PMI da indústria que mede isso caiu 4,3 pontos, a maior contração mensal desde a greve dos caminhoneiros, que paralisou o Brasil entre maio e junho de 2018.

Outro efeito já capturado no fim de março foi um forte recuo nos empacotamentos de carros.

Indicadores da confiança de consumidores e empresários, compilados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), também mostram uma deterioração abrupta do cenário econômico nas últimas semanas.

Alguns desses índices vinham se recuperando, embora ainda não tivessem voltado para os níveis de otimismo anteriores à recessão despenhecada.

Agora, houve uma nova reversão de tendência. O indicador que mede a confiança de empresários de quatro setores — indústria, comércio, serviços e construção civil — recuou 6,5 pontos em março, para 80,5 (pataram abaixo de 100 denotam pessimismo).

As sondagens da FGV são formadas por dois componentes principais, um que indica a percepção de empresários em relação ao presente e outro que revela suas expectativas para o futuro.

O índice que aponta as tendências esperadas no ambiente de negócios nos próximos meses recuou 14,9 pontos, a maior queda desde outubro de 2008, quando eclodiu a crise financeira global.

A confiança do consumidor brasileiro também registrou forte recuo em março, atingindo 82, o menor patamar da série desde janeiro de 2017, quando o país começava a sair da recessão.



DESEMPREGO NOS EUA TEM MAIOR ALTA DESDE 1975

Desempregado (foto) pede esmolas com galho em Falls Church, Virgínia; segundo dados do Departamento do Trabalho dos EUA divulgados nesta sexta-feira (3), empregadores cortaram 701 mil vagas no país em março, depois de criarem 275 mil em fevereiro, o que fez a taxa de desemprego disparar de 3,5% para 4,4%, maior alta mensal desde janeiro de 1975; o dado reflete ações para conter a pandemia de coronavírus, que prejudicam empresas e fábricas; o número, contudo, é pior que o esperado pelo mercado e representa uma rápida degradação do cenário econômico; de acordo com pesquisa da agência de notícias Reuters com economistas, a previsão era houvesse cortes de 100 mil empregos no mês passado; os 701 mil empregos cortados representam o pior resultado desde março de 2009, na crise financeira. Kevin Lamarque/Reuters

Dólar acumula sete semanas seguidas de alta e vai a R\$ 5,327

Júlia Moura

SÃO PAULO O dólar subiu 1,15% nesta sexta (3) e bateu novo recorde, cotado a R\$ 5,327. Nesta quinta semana seguida de alta, a divisa acumulou valorização de 4,4%. No ano, a alta é de 24,7%, ou R\$ 1,31.

A alta refletiu a aversão a risco de investidores diante do salto do desemprego nos Estados Unidos (leia acima). As Bolsas globais também

reagiram e fecharam em queda. O Dow Jones recuou 1,7%, e o S&P 500 e a Nasdaq, 1,5% cada um.

No Brasil, o Ibovespa, que chegou a cair mais de 6%, fechou em queda de 3,75%, a 69.537 pontos. Na semana, a queda foi de 5,3%. No ano, de 39,9%.

A cotação recorde do dólar, porém, é nominal, sem contar a inflação. Se for considerado apenas o IPCA, calcula-

do pelo IBGE, o pico de R\$ 4 em 2002 equivale a cerca de R\$ 10,80 hoje.

Caso também seja levada em conta a inflação americana, o oval corrigido seria cerca de R\$ 7,50.

A moeda americana é um dos ativos que mais se valorizam em meio à pandemia da Covid-19. Assim como o ouro, ela é tida como um dos investimentos mais seguros do mundo, sendo busca-

da por investidores em momentos de incerteza.

O movimento faz a maior parte das moedas globais se desvalorizar ante o dólar, incluindo o euro e a libra. O real é a sexta moeda que mais perde valor no mundo em 2020, atrás apenas de divisas africanas.

Segundo analistas, o movimento é fruto de uma expectativa de maior dano econômico da pandemia no Brasil,

que deve ter contração do PIB, e impacto fiscal das medidas de incentivo do governo.

Nesta sexta, por exemplo, o banco suíço UBS reduziu sua expectativa de variação para o PIB brasileiro em 2020 de 2%.

Também contribuiu para a alta do dólar um cenário de juro baixo. Com a Selic na mínima histórica de 3,75% ao ano, expectativa do mercado que

caia para 3,25%, investir no Brasil fica menos vantajoso, o que contribui com uma fuga de dólares do país.

Nessa prática de investimento, chamada carry trade, o ganho está na diferença do câmbio e do juro. Nesta, o investidor toma dinheiro a uma taxa de juros menor em um país, no caso, os EUA, para aplicá-lo em outro, com outra moeda, onde o juro é maior, o Brasil.

mercado coronavírus

Câmara aprova Orçamento de guerra para agilizar medidas contra a crise

PEC, que vai ao Senado, afrouxa amarras fiscais e dá mais poder ao BC para enfrentar instabilidade

Thiago Resende e Danielle Brant

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados aprovou nesta sexta-feira (3), em dois turnos, a PEC (proposta de emenda à Constituição) que cria um Orçamento excepcional para o governo conseguir lidar com a pandemia do coronavírus. O projeto agora segue para o Senado.

Articulado pelo presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RR), o chamado Orçamento de guerra retira amarras para que a equipe de governo possa agir mais rapidamente para adotar medidas emergenciais.

A PEC foi aprovada, em primeiro turno, por 505 votos a 2, e, em segundo turno, por 413 a 1. Para ser aprovada, a proposta precisava receber votos favoráveis de pelo menos 308 deputados (três quintos da Casa).

Com a conclusão do segundo turno, o texto segue para o Senado, onde também precisará ser aprovado em dois turnos por ao menos três quintos dos senadores (60). Se isso ocorrer, será promulgado pelo Congresso.

A PEC cria um regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações durante o estado de calamidade pública, aprovado pelo Congresso até o fim do ano.

As decisões serão tomadas por um comitê de gestão da crise, a ser presidido por Bolsonaro e composto por ministros do governo e representantes de estados e municípios.

O presidente deverá nomear, entre os ministros do colegiado, o secretário executivo do comitê.

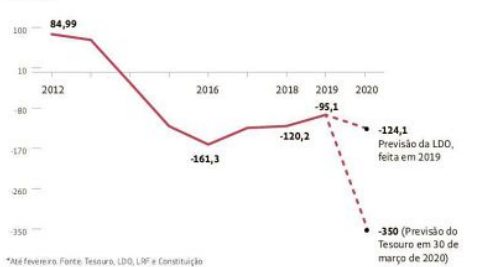
Também poderá mudar os órgãos ministeriais que o compõem, embora não tenha poder para ampliar ou reduzir a quantidade de membros dele.

Se a Câmara e o Senado entenderem que alguma decisão

Regras fiscais

Table with 3 columns: Exigência, Onde está prevista, Saída encontrada. Rows include deficit primary, spending cap, and emergency measures.

Resultado primário Em R\$ bilhões



*Até fevereiro. Fonte: Tesouro, LDO, LRF e Constituição

R\$ 419,2 bi

é a estimativa de déficit fiscal neste ano com as medidas contra a crise

foi irregular ou que o contrato assinado não tem relação com o combate à pandemia, poderão cancelar a operação.

A ideia é separar o Orçamento fiscal, que retine desembolsos recorrentes com Previdência Social e custeio da máquina pública, por exemplo, do Orçamento extraordinário, criado para medidas a pandemia da Covid-19.

O texto, por exemplo, afrouxa normas para contratação

temporária de pessoal para enfrentar o impacto do vírus — mas o trabalho não pode durar mais que o estado de calamidade.

A PEC também libera o governo de cumprir, neste ano, a chamada regra de ouro. Essa norma impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais. O Congresso terá 15 dias para se manifestar sobre a necessidade de créditos

extraordinários. O texto também dá mais poder ao Banco Central para enfrentar instabilidades no mercado financeiro durante o estado de calamidade pública.

A autoridade monetária poderá comprar e vender títulos públicos e privados. Novo e PSOL tentaram retirar esse trecho, mas foram derrotados. por ampla maioria. Os deputados incluíram um trecho que prevê que cada 15 dias o presidente do BC deverá

Glossário

Meta fiscal Prevista na LDO, a meta define o resultado que o governo deve alcançar no ano considerando receitas menos despesas

Regra de ouro Prevista na Constituição, exige que as operações de crédito (emendamentos) não devem ser superiores ao montante das despesas de capital (basicamente, investimentos). Objetivo é evitar dívida pública para pagar gastos correntes (como salários de servidores e aposentadorias)

Teto de gastos Norma adicionada à Constituição em 2016 que impede crescimento real das despesas a cada ano

Orçamento Também chamado de LOA (Lei Orçamentária Anual), é composto pelo orçamento federal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das estatais

Orçamento de guerra E como vem sendo chamado o instrumento em discussão no Congresso que estabelece uma espécie de orçamento alternativo, separado do Orçamento tradicional, que libera o descumprimento de regras fiscais para medidas emergenciais durante o período de calamidade. O objetivo principal é dar celeridade a medidas urgentes sem necessidade de se pensar em como será o financiamento das iniciativas e outras normas. Ainda está em discussão

Teto de gastos Limite em 2020 R\$ 1,454 trilhão Pagamento já feito em 2020 R\$ 209,9 bilhões*

Regra de ouro R\$ 123 bilhões de estouro (ou seja, receitas de crédito superando despesas de capital) no acumulado dos últimos 12 meses e R\$ 95,6 bilhões neste ano (o cumprimento é verificado apenas ao fim do ano)*

prestar contas ao Congresso sobre as operações realizadas. As operações deverão ser autorizadas pelo Ministério da Economia e informadas imediatamente ao Congresso. O valor também vai exigir apoio de pelo menos 25% pelo Tesouro Nacional. Maia foi o mais articulado da PEC. Segundo ele, a intenção é aumentar a segurança para que o servidor possa executar as despesas de controle da pandemia.

Real estate advertisement for LEILÃO DE IMÓVEL, featuring ZUKERMAN and Inter logos, with details on property auctions and contact information.

COMUNICADO - A Banesa Norte Ltda. S.A. e a Banesa Sul Ltda. S.A. comunicam a alteração no contrato de financiamento de veículos, incluindo informações sobre taxas e condições de pagamento.

Leilão Judicial - Pouso Oasis, Imóvel Urbano, Jd. Santa Fé. Encerramento: 16/Abr - 14h. Includes location and contact details.

ASSINE A FOLHA - folha.com/assine. Includes a section for ANUNCIO DE LICITAÇÃO, PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2020.

coronavírus mercado

ICMS e ISS do Simples são adiados por 90 dias

Pagamento de tributos federais sob o regime já haviam sido postergados; governo prorroga vencimento de INSS

Bernardo Caram e
Fernanda Brigatti

BRASÍLIA E SÃO PAULO O Comitê Gestor do Simples Nacional aprovou, nesta segunda-feira (3), um adiamento por três meses dos pagamentos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e ISS (Imposto Sobre Serviços) por empresas do Simples Nacional.

A prorrogação dos vencimentos dos impostos estaduais municipal vem duas semanas após o anúncio de adiamento dos pagamentos de tributos federais pelas companhias do Simples.

O objetivo da medida é dar fôlego às micro e pequenas empresas durante a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Com a decisão, as parcelas de ICMS e ISS que venceriam em abril, maio e junho passa-

ráo a ter vencimento em julho, agosto e setembro deste ano. Para microempreendedores individuais, o adiamento será por seis meses.

“É uma maneira de ajudar os pequenos negócios a superar as dificuldades decorrentes dessa pandemia do coronavírus”, disse o presidente do Conselho Nacional de Secretários da Fazenda, Rafael Fonteles.

Como o recolhimento de ICMS e ISS é pulverizado em estados e municípios, o Comitê não faz estimativa de impacto da medida.

Em outra ação de mitigação dos efeitos econômicos do coronavírus, foi prorrogado o vencimento do recolhimento das contribuições previdenciárias dos meses de março e abril.

A portaria foi publicada pelo Ministério da Economia em edição extra do Diário Oficial

da União desta sexta. A publicação prorroga o recolhimento do INSS feito por empresas e por empregadores domésticos. No caso das empresas, o prazo é sempre o dia 20 do mês seguinte ao da competência. Portanto, a contribuição de março deveria ser paga até 20 de abril.

“A iniciativa é louvável porque as empresas precisam de caixa. Porém, em agosto e em outubro terão de pagar duas parcelas ao mesmo tempo

Luciana Souza, advogada no Trench Rossi Watanabe

Segundo a portaria assinada pelo ministro Paulo Guedes, esses pagamentos serão feitos, respectivamente, na data de vencimento das competências de julho e setembro. Com isso, em agosto e outubro, os empregadores farão os pagamentos de dois meses ao mesmo tempo.

Na mesma portaria ficou definido também o adiamento do recolhimento de PIS e Cofins de março e abril. O pagamento seguirá o adiamento do INSS e ficará para julho e setembro.

Para Luciana Souza, advogada tributária no Trench Rossi Watanabe, chama a atenção o fato de a portaria não ter permitido o parcelamento das contribuições que serão adiadadas.

Isso foi permitido às empresas que optaram por atrasar o recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de

Serviço) e também às enquadradas no regime do Simples Nacional.

“Em um primeiro momento, a iniciativa é louvável porque as empresas precisam de caixa. Porém, em agosto e em outubro terão de pagar duas parcelas ao mesmo tempo”, diz.

A advogada considera que também faltou a inclusão das empresas submetidas ao CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta). Nesses casos, o recolhimento previdenciário não é feito por funcionário, na folha de pagamento. O cálculo é, como o nome sugere, sobre a receita.

Na quarta (1º), a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que permitiria o adiamento por 60 dias. O texto previa ainda a possibilidade de uma nova prorrogação de mais 30 dias.

Luciana Souza diz que a proposta aprovada nesta semana

era mais vantajosa às empresas, pois previa parcelamento em 12 meses, período no qual os empregos precisariam ser mantidos.

O recolhimento do INSS feito por empresas é de 26% sobre o total das remunerações. O valor descontado dos empregados varia de 7,5% a 14%, de acordo com o valor do salário.

Além do adiamento no pagamento do INSS, o governo já autorizou as empresas a postergarem o recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

As empresas enquadradas no Simples Nacional também conseguiram mais tempo para o recolhimento de impostos federais. Nesta sexta-feira pelo manhã, o conselho gestor do programa aprovou também o diferimento, por 90 dias, do recolhimento do ICMS, o imposto estadual.

Governo vai lançar app para pagamento de auxílio emergencial

BRASÍLIA O ministro Onyx Lorenzoni (Cidadania) afirmou nesta sexta-feira (3) que a Caixa Econômica Federal irá lançar um aplicativo para identificar trabalhadores informais que têm direito ao auxílio emergencial de R\$ 600, mas não estão no cadastro único do governo federal.

A ferramenta deve ser apresentada na próxima terça-feira (7) e irá ajudar o Executivo a encontrar pessoas que tenham direito ao benefício mas que são consideradas invisíveis por não estarem no cadastro único.

“São 15 [milhões] ou 20 milhões de homens e mulheres no Brasil [nessa situação] e que precisam urgentemente desse amparo e desse esforço que o presidente [Jair] Bolsonaro determinou que fizéssemos”, disse Onyx, em entrevista no Palácio do Planalto, ao lado do ministro do Planejamento (Economia) e do presidente da Caixa, Pedro Guimarães.

“Queremos trazer uma palavra de tranquilidade às pessoas e dizer que o esforço do governo está sendo pleno”. Aprovada pelo Congresso na última segunda-feira (30) e sancionada pelo presidente na quinta (2), a ajuda foi criada para amenizar o impacto da paralisação econômica gerada pelo surto de Covid-19 sobre a população que perdeu ou teve a renda reduzida.

O benefício sobre para R\$ 1.200 para mães responsáveis pelo sustento da família. “[O aplicativo] vai permitir que pela web ou pelo seu celular as pessoas possam fazer o cadastramento para permitir que, em torno de 48 horas posteriores a esse cadastramento, [para] os que cumprirem os requisitos, o recurso estará creditado pela Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil, ou pela rede bancária privada”, disse o ministro.

“Ou então haverá uma autorização de saque que pode ser processado nas lotéricas e pretendemos tecnologicamente evoluir também para os caixas eletrônicos.” De acordo com o governo, o auxílio deve alcançar três grupos. O primeiro é de beneficiários do Bolsa Família, que seguirão o cronograma normal de pagamento do programa social e já receberam o crédito no dia 16 de abril. Eles, porém, terão que optar por abrir mão do Bolsa Família para acessar o auxílio emergencial.

O segundo grupo é o de informais que estão no Cadastro Único do governo federal,

chamados de elegíveis. Onyx e Guimarães garantiram que essas pessoas também terão um processamento ágil dos seus pagamentos.

“Aqueles que são os elegíveis, nós já temos condições muito provavelmente de começar com os depósitos em conta antes do feriado da Páscoa [12 de abril]”, disse Onyx.

Por último, há os informais que não estão no cadastro e que precisarão ser inscritos pelo governo.

Na segunda-feira (6) deve ser apresentado o calendário de pagamento dos valores. Será lançada ainda uma central de atendimento para tirar as dúvidas da população.

“Coloquei quatro vice-presidentes [coordenadores dessa operação]”, disse Guimarães. O presidente da Caixa alertou para o fato de que as informações que têm circulado por redes sociais são falsas e se tratam de golpes. “Até agora não lançamos ainda. Então qualquer aplicativo que a população esteja vendo não é do governo federal”, Ricardo Della Coletta e Bernardo Caram

Colaborou o Agora, de São Paulo

Guedes diz que criticar demora do governo é oportunismo político

BRASÍLIA Pressionado para acelerar a apresentação de medidas de combate à crise do novo coronavírus, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta sexta (3) que qualquer crítica sobre demora na atuação do governo é oportunismo político.

Nas últimas semanas, diante do agravamento da pandemia, o governo virou alvo de economistas e parlamentares. A avaliação é de que a crise já afeta fortemente a população, enquanto ações de socorro demoram a sair.

“Qualquer crítica de que houve demora no programa eu considero oportunismo político. Eu não considero uma coisa séria. Acho que a atitude séria agora é ajudar a resolver os problemas, não é ficar jogando responsabilidade para um lado ou para outro”, disse Guedes no Planalto.

Um dos focos de atrito nas últimas semanas foi o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que criticou o governo em mais de uma ocasião. Na terça (31), ele afirmou que o cronograma do governo para pagar o auxílio de



O ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista coletiva nesta sexta. Pedro Ladeira/Folhapress

“Queremos trazer uma palavra de tranquilidade às pessoas e dizer que o esforço do governo está sendo pleno

Onyx Lorenzoni ministro da Cidadania, sobre o aplicativo para informais fora do Cadastro Único se inscreverem como beneficiários do auxílio

R\$ 600 a informais não parecia emergencial.

Nomessoda, Guedes disse que o auxílio de R\$ 600 só começaria a ser pago após o Congresso aprovar uma emenda à Constituição. A declaração foi rebatida por Maia em seguida.

“Se o ministro Paulo Guedes falou hoje, se ele estiver certo hoje, o governo mentiu na ação que impetrou no Supremo Tribunal Federal”, disse o presidente da Câmara.

“Apenas esse esclarecimento, sem nenhuma adjetivação, sem nenhuma crítica — apesar de que seriam merecidas — em relação à fala mais uma vez do ministro da Economia transferindo a terceiros responsabilidades dele quando nomeada”.

Maia também afirmou que o presidente Jair Bolsonaro provou que a fala de Guedes não era 100% verdadeira porque o governo acabou liberando os recursos para o auxílio antes da aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) pelo Legislativo.

Na declaração desta sexta, Guedes não fez menção a nomes específicos. Ele pediu união e afirmou que a saúde e o emprego devem estar acima de qualquer diferença.

“Daqui a três ou quatro meses, quando superarmos essa crise, atravessarmos o problema de saúde, podem voltar de novo com o barulho natural de uma democracia. Pode todo mundo chutar todo mundo de novo, começar a brigalhada, todo mundo atacando todo mundo, mas primeiro estamos todos juntos para resolver o problema da saúde brasileira”, afirmou.

De acordo com o ministro, nenhum país emergente anunciou medidas emergenciais mais rápidas e em maior volume do que o Brasil.

“A verdade é que em três ou quatro semanas nós saímos de zero para mais de R\$ 800 bilhões de recursos para os próximos meses”, afirmou. BC, RDC e Talita Fernandes

‘Pandemia não pode virar uma farra fiscal’

Para secretário, quem usar espaço dado na crise para gastos em outras áreas vai enfrentar os órgãos de controle

Entrevista com

Mansueto Almeida, secretário do Tesouro Nacional

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

06 de abril de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Envolvido na elaboração das medidas para enfrentar a crise da covid-19, o secretário do Tesouro Nacional, **Mansueto Almeida, o “homem do cofre”**, diz que o governo está preparado para gastar mais se for necessário para proteger as pessoas em situação de risco. Mas avisa: se o governante utilizar esse espaço para uma “farras fiscal”, poderá ter problemas no futuro com órgãos de controle e ou com os seus eleitores. Para ele, não existe dinheiro de “A ou de B” na ajuda da crise. “O dinheiro é do contribuinte, e todos os programas públicos são financiados com dinheiro de impostos e dívida.” Ele antecipou que prepara uma mudança para que Estados não sejam penalizados nas operações de empréstimos já analisadas e que podem ter problemas na aprovação final em decorrência do cenário de

não pagamento de dívida recente. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Muitos acusam o Tesouro de ser xiita fiscal num momento de grave crise. Como o sr. responde?

Todos do Tesouro entendem a necessidade da expansão das despesas temporárias, em especial, gastos com saúde, para amenizar o efeito da crise nas famílias de baixa renda ou trabalhadores sem renda, e políticas para manutenção do emprego. Antes mesmo da declaração de calamidade pública, defendi a mudança da meta de primário para gastar mais com saúde e para combater os efeitos econômicos e sociais. Com todo respeito a quem critica, acho que não procede. Acontece que, para poder gastar, precisamos ter fonte para a despesa e cumprir com as regras fiscais em vigor. O decreto de calamidade pública afasta apenas a necessidade de cumprir a meta de primário (resultado calculado pela diferença entre as despesas do governo e as receitas com tributos, sem levar em conta os gastos com os juros da dívida), mas não excepcionaliza o cumprimento das demais regras, entre as quais, a regra de ouro, que é uma regra constitucional (impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência Social e benefícios assistenciais). Isso só foi resolvido com a liminar do ministro (do STF) Alexandre de Moraes e, posteriormente de forma definitiva, com a PEC do orçamento de guerra.

Se a crise piorar ainda mais, o governo está preparado para gastar mais e socorrer as pessoas e empresas. Há limite?

Não é questão de estar ou não preparado. Se isso acontecer, nós teremos de, necessariamente, fazer isso para garantir que não faltarão recursos para saúde e para proteger as pessoas em situação de risco. Mas por enquanto não esperamos que isso aconteça.

O governo tem dito que as medidas ficarão restritas a 2020. Como o governo lidará com a pressão por continuidade do gasto num cenário de contas ainda deficitárias?

Por enquanto, aqui e no resto do mundo, se trabalha com um cenário de distanciamento social por alguns meses. Não faz sentido neste momento especular o cenário de retomada da economia. O aumento do gasto público este ano, em uma situação de calamidade pública, é totalmente legítimo e necessário. Por enquanto, ninguém espera que essa situação se repita no próximo ano e, sendo este o caso, não há porque continuar com políticas que só se justificam em um contexto de calamidade.

A calamidade pode servir de porteira para uma “farra” de gastos com coisas não ligadas ao seu enfrentamento? Estados têm conseguido vitórias importantes no STF e Congresso avança em propostas amplas de aumento de despesas...

Não acho isso. Se qualquer governante utilizar o espaço fiscal dado pela boa vontade do STF e do Legislativo para viabilizar políticas públicas que não estejam relacionadas à crise do coronavírus e transformar isso em uma farra fiscal, acho que qualquer governante poderá ter problemas no futuro com órgãos de controle e com os seus eleitores.

O presidente do BB, Rubem Novaes, disse que governadores gastam com dinheiro alheio. É verdade?

Eu não sei o que o presidente do Banco do Brasil falou e não me cabe interpretar o que **outro membro da equipe econômica falou**. Mas não existe dinheiro de A ou de B. O dinheiro é do contribuinte e todos os programas públicos são financiados com dinheiro de impostos e dívida.

Há risco de uma quebraadeira geral dos Estados que obrigará uma salvação da União em valores muito maiores do que os já anunciados?

Os Estados teriam de fazer muitas coisas erradas para chegarmos a uma situação que colocaria em risco o ajuste fiscal. Não há hoje esse risco. Vários Estados já receberam ajuda neste ano com a suspensão do serviço da dívida com a União, a decisão do governo federal de recompor as perdas com FPE (Fundo de Participação dos Estados) e FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e até mesmo a postergação de impostos federais, como o PIS/Pasep. Para ocorrer um risco de quebraadeira dos Estados o governo federal teria de permitir uma expansão muito rápida da dívida pública com novas operações de crédito em valores muito alto. Ninguém na equipe econômica concordaria em fazer algo que colocasse em risco a recuperação da economia e a retomada do ajuste fiscal no próximo ano.

Guedes volta a defender congelamento de salário de servidores

Em videoconferência com parlamentares do DEM, ministro da Economia fez um alerta para o risco de deflação no Brasil

Fabício de Castro e Camila Turtelli, O Estado de S. Paulo

06 de abril de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, fez neste domingo, 5, um alerta para o risco de deflação no Brasil em função da crise provocada pela pandemia do novo **coronavírus**. Em videoconferência com parlamentares da bancada do **DEM** no Congresso, Guedes afirmou, conforme fontes ouvidas pelo **Estadão/Broadcast**, que os salários de servidores públicos não devem ser cortados. "Há risco deflacionário, portanto, não devemos cortar salário de funcionários públicos", disse Guedes aos parlamentares. "**O presidente (Jair Bolsonaro)** nem aceita falar disso, mas o setor público tem de dar o exemplo, deveríamos congelar os salários durante dois anos."

O ministro já vem defendendo há tempos o congelamento dos vencimentos dos servidores. No Fórum Econômico de Davos, em janeiro, disse que a iniciativa, que consta da proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, que tramita no Congresso, seria importante para controlar a situação fiscal do País.

Na conversa com os parlamentares, Guedes afirmou que a economia com o congelamento de salários por dois anos seria a mesma que a obtida com eventuais cortes salariais. A diferença é que não haveria o risco deflacionário.

No Congresso, ganharam força nas últimas semanas propostas de corte de salários do funcionalismo público. O próprio presidente da Câmara, deputado federal Rodrigo Maia (DEM), defendeu que todos os poderes dessem sua contribuição neste momento de crise. Um estudo do economista Matheus Garcia, do Movimento Livres, indica que uma redução de 30% no salário do funcionalismo federal, estadual e municipal bancaria um programa de renda mínima de R\$ 200 mensais para 55 milhões de pessoas.

Na reunião deste domingo, porém, Guedes alertou para o risco de deflação. Os dados mais recentes do Banco Central mostram que, no mercado financeiro, a projeção média para o IPCA (o índice oficial de preços) para 2020 já está em 2,94%. Há pelo menos uma instituição, no entanto, que já projeta inflação de apenas 1,17% este ano e, com a redução da atividade econômica, a tendência é que as revisões para baixo continuem.

Participaram da videoconferência com Guedes os deputados federais do DEM Efraim Filho (PB), Kim Kataguiri (SP), Pedro Paulo (RJ), Pedro Lupion (PR) e Alexandre Leite (SP), entre outros. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não estava presente.

Duração da crise

Guedes estimou, durante a videoconferência, que a crise provocada pelo novo coronavírus durará três ou quatro meses, segundo fontes que participaram da reunião. Mas o ministro afirmou que a crise de três ou quatro meses não pode ser transformada "numa crise de três ou quatro anos". Neste contexto, ele defendeu a manutenção da agenda de reformas estruturantes.

Em um momento da videoconferência, Guedes disse que os parlamentares estavam reclamando da qualidade do áudio do ministro, que transmitia a partir da Granja do Torto, em Brasília. "Para vocês verem como está precário o nível de investimento no Brasil", disse Guedes, conforme as fontes.

Governo quer emprestar direto a empresas como resposta a dinheiro parado nos bancos

Paulo Guedes já reclamou que, mesmo com liberação de recursos pelo Banco Central, dinheiro não tem chegado aos empresários

Adriana Fernandes e Fabrício de Castro, O Estado de S. Paulo

05 de abril de 2020 | 17h32

BRASÍLIA - O governo aposta na compra direta, pelo **Banco Central**, das carteiras de crédito e títulos das empresas como forma de fazer com que recursos liberados pelo governo cheguem efetivamente às mãos dos empresários. No sábado, 4, o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, reclamou que os recursos liberados aos bancos para **ampliar o crédito no País estão "empoçados no sistema financeiro"**. Ou seja, mesmo com medidas de estímulo, como a redução do depósito compulsório (recursos que

as instituições financeiras têm de manter no Banco Central), o dinheiro não está chegando a quem busca.

A compra direta de carteiras ou títulos já é utilizada por outros bancos centrais do mundo, como o **Fed, dos Estados Unidos**. Esse instrumento permite ao BC injetar recursos no mercado para ajudar as empresas conseguirem dinheiro, sem precisar dos bancos como intermediários. Para que isso aconteça, porém, é necessária a aprovação de uma **Proposta de Emenda à Constituição (PEC)**, que já está no Congresso.

A interlocutores, Guedes tem dito que os bancos ficam “segurando a grana” porque não querem correr riscos – uma prática “desde sempre”. A maior queixa é que, se ficar o dinheiro parado nos bancos, não vai chegar nos “pequenos”. Como o BC só pode até agora fazer operações diretas com as instituições financeiras, os bancos acabam com um poder enorme do Brasil. Com a aprovação da medida, o BC deixaria de depender do sistema bancário e poderia negociar uma carteira de crédito de uma varejista, por exemplo.

Guedes e o presidente do BC, **Roberto Campos Neto**, começaram a discutir a proposta depois que ficou claro que a liberação dos compulsórios não surtiu efeito. Guedes cobrou de Campos Neto uma reação ao “empoçamento”. Foi aí que surgiu a proposta do financiamento da folha de

salários via BNDES, e a PEC começou a ser pensada com líderes partidários do Congresso.

A linha de financiamento da folha de salário, já divulgada, consiste em liberar R\$ 40 bilhões a pequenas e médias empresas para pagar até dois salários mínimos (R\$ 2.090) para cada funcionário. Os bancos privados (Itaú Unibanco, Bradesco e Santander) vão pegar o dinheiro do BNDES para pagar diretamente o funcionário, sem passar pela conta da empresa.

O novo arsenal para o BC foi incluído, a pedido da equipe econômica, na PEC do “orçamento de guerra”, que prevê retirar algumas amarras de regras fiscais para facilitar os gastos públicos neste momento de pandemia. A emenda já foi aprovada em dois turnos na Câmara na última sexta-feira, 3, e aguarda duas votações do Senado (onde precisa do apoio de, pelo menos, 49 de 81 senadores). Pela PEC, o montante da cada operação de compra terá de ser autorizado pelo Ministério da Economia.

Para o ex-diretor do BC e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, o dinheiro “morre” nos bancos, que preferem investir em títulos públicos. Ele defende uma forma de “punição” do BC aos bancos que não emprestem e alongarem os prazos. “Os bancos não querem dar dinheiro novo, nem querem alongar. Querem comprar só títulos públicos”, diz. Segundo ele, se os bancos não fizerem isso, haverá uma quebra geral. “As empresas não vão pagar, as pessoas não

vão pagar e vai ser uma quebraadeira geral. Os bancos também vão quebrar na frente.”

Na prática, com o risco de quebraadeira generalizada e disparada dos calotes, os bancos endureceram as concessões - justamente quando as empresas mais precisam para honrar os pagamentos a funcionários e fornecedores. A liberação de recursos aos bancos têm dois objetivos principais: garantir que as instituições não quebrem e manter a disponibilidade de dinheiro para a concessão de empréstimos a empresas e famílias.

Leilões

Segundo apurou o Estado, uma das propostas apresentadas pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, é permitir ao BC fazer uma chamada de leilão de liquidez (oferta de recursos) para qualquer tipo de carteira de crédito. Esse processo - hoje, concentrado nos bancos - pode ser aberto a qualquer tipo de empresa e incluir outros tipos de crédito, como imobiliário e o feito pelas donas de maquininhas.

Mantido o texto que passou na Câmara, o BC também poderá fazer o que no jargão econômico é chamado de “quantitative easing” (afrouxamento monetário). A medida consiste em colocar recursos no mercado (por meio de compra de títulos, por exemplo), o que provoca a redução das taxas de juros,

estimula empréstimos e a reativação da economia; Esse recurso é usado em momentos de recessão e crise, como agora.

O Ministério da Economia ainda trabalha também na elaboração de uma nova fórmula para destravar o crédito dos bancos para as empresas brasileiras. A ideia é usar fundos de aval de instituições como o BNDES e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), além do próprio Tesouro, para garantir os empréstimos.

Até o momento, o BC anunciou a injeção de R\$ 1,2 trilhão no sistema financeiro. Parte dos recursos ainda depende de regulamentação para começar, de fato, a chegar às instituições financeiras, mas o BC tem repetido que o sistema já está líquido e que mais medidas estão a caminho.

A intenção é utilizar fundos de aval - como os do Sebrae e do BNDES - para assumir parte do risco de calote. “Teríamos de fazer uma corrente da seguinte maneira: os fundos de aval avalizam a operação para substituir a garantia real que os pequenos (empresários) não têm”, disse o assessor especial do Ministro da Economia, Guilherme Afif Domingos.

Pelo que está em estudo, haveria uma “parada de perdas” (stop loss), limitando a exposição do fundo de aval ao risco. A parcela de risco que o

fundo não conseguir assumir ficaria sob a responsabilidade do Tesouro Nacional - no limite, dinheiro do contribuinte.

Uma das medidas já anunciadas traz dinâmica semelhante. O governo decidiu injetar R\$ 40 bilhões no mercado de crédito, para concessão de empréstimos a baixo custo (3,75% ao ano) para a folha de pagamento das empresas, por um período de dois meses. Deste total, 85% são recursos do Tesouro (R\$ 34 bilhões) e 15% dos bancos (R\$ 6 bilhões).

Agora, o governo desenha a entrada dos fundos de aval nas operações. “É uma questão de se fazer o cálculo e se fazer a conta do risco assumido e da forma da divisão de risco”, afirmou Afif no sábado a empresários do varejo. “Mas tem de ter um sistema central para avaliar as operações, para destravar o sistema de crédito.”

No sábado, durante uma videoconferência pública com os mesmos representantes do varejo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou a intenção de aprofundar o sistema de garantias neste momento de crise.

“Vamos acionar também o FGI, o Fundo Garantidor de Investimentos, que vai virar um Fundo Garantidor de Empréstimos, para manutenção dos empregos”, disse Guedes. O FGI é o fundo de aval ligado ao BNDES. Por

meio dele, o banco de fomento já fornece garantias para empresas de porte menor terem acesso ao crédito.

Guedes citou ainda o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), administrado pelo Sebrae. No caso específico do Fampe, o primeiro passo já foi dado. Por meio da medida provisória (MP) n.º 932, editada em 31 de março, o governo reduziu por três meses as contribuições das empresas ao Sebrae, mas determinou um aumento dos repasses específicos para o fundo de aval.

Dentro do governo, existe a leitura de que é importante assumir, neste momento, boa parte do risco das operações de crédito, para que os bancos possam liberar os recursos empoçados. Mas uma parte dos riscos continuará sendo das instituições financeiras - assim como ocorreu na medida ligada ao crédito para folha de pagamentos. Isso porque, ao assumir parte do risco, os bancos mantêm o interesse no recebimento do crédito.

Resposta da Febraban

Procurada para comentar sobre as reclamações de que os bancos estariam segurando recursos, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) mandou a seguinte nota:

"Os bancos estão totalmente sensibilizados com a necessidade de os recursos chegarem rapidamente na ponta e continuarão agindo com foco para que o crédito seja dado nas mãos das pessoas físicas e das empresas.

Entendemos a ansiedade de diversos setores, mas é preciso compreender que esse é um processo gradual e complexo, que demanda diversas providências e, em muitos casos, envolvem mudanças regulatórias, a exemplo da linha de liquidez do Banco Central para a compra de Letra Financeira Garantida e a liberação de compulsórios.

Ao contrário do que aconteceu na crise de 2008, desta vez, não estamos observando um empocamento de liquidez, mas sim um aumento substancial nas necessidades por recursos líquidos, o que torna esta crise bem diferente da anterior. Além disso, os bancos internacionais cortaram as linhas que dispúnhamos, o que estreitou mais ainda a liquidez do sistema. Mas seguiremos trabalhando, com o Banco Central e governo, para prover liquidez e crédito para quem precisa.

Dentre as medidas já tomadas, repactuamos diversas operações com grandes empresas, que demandaram volumes expressivos de recursos, com impactos relevantes sobre a liquidez do setor bancário.

Ainda, logo nos primeiros dias da crise, a Febraban anunciou a renovação de operações de crédito para pessoas físicas, micro e pequenas empresas. Os cinco maiores bancos do País estão processando mais de dois milhões de pedidos de renegociação de dívidas, dando carência de dois a três meses no

vencimento de parcelas em várias linhas, como: crédito pessoal, crédito imobiliário, crédito com garantia de imóveis, crédito para aquisição de veículos e capital de giro.

Os valores dessas negociações já chegam a R\$ 200 bilhões conforme levantamentos parciais:

Caixa: 1 milhão de pedidos em contratos habitacionais, com oferta de R\$111 bilhões em créditos e carências de até 90 dias.

Bradesco: 635 mil pedidos, que representam 1.036.000 contratos.

BB: 200 mil pedidos, em valor equivalente a R\$60 bilhões.

Santander: 80,9 mil pedidos, em valor equivalente a R\$11 bilhões.

Itaú: 302,3 mil pedidos, com saldo de R\$ 12,1 bilhões e parcelas já prorrogadas em valor financeiro de R\$ 679 milhões.

Na linha Caixa Hospitais, foram disponibilizados recursos da ordem de R\$ 5 bilhões para 2020.

Em outra frente muito importante, os bancos vão se antecipar ao repasse de recursos do governo e, já a partir desta segunda, irão disponibilizar crédito para financiar a folha de pagamento de pequenas e médias empresas com faturamento de até R\$ 10 milhões de reais, após dois dias da edição da

Medida Provisória que criou uma linha de R\$ 40 bilhões, sendo que os bancos irão suportar, com recursos próprios, R\$ 6 bilhões desse total.

Estima-se que a medida irá beneficiar até 1,4 milhão de empresas e 12,2 milhões de trabalhadores e os recursos serão concedidos à taxa fixa de 3,75% ao ano, sem qualquer spread adicional para as empresas e sem qualquer custo para os empregados."

Recursos liberados a bancos estão empoçados no sistema financeiro, diz Guedes

Ministro afirma que governo deve aprofundar programas para garantir que o dinheiro chegue 'na ponta'

Fabício de Castro, Eduardo Gayer e Regina Silva, BRASÍLIA e SÃO PAULO

04 de abril de 2020 | 19h10

O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu neste sábado, 04, que os recursos liberados aos bancos para ampliar o crédito no País em meio à pandemia do novo coronavírus estão "empocados no sistema financeiro". Ou seja, mesmo com medidas para estímulo ao crédito, como a redução do depósito compulsório - recursos que as instituições financeiras têm de manter no Banco Central -, esse dinheiro não está chegando a quem busca.

"Começamos agora a dar dinheiro na veia, direto para as empresas", afirmou, em conversa online com líderes do setor varejista. Guedes defendeu que o dinheiro deve sair de Brasília e "ir onde o povo está".

Para isso, o ministro ressaltou que o governo deve aprofundar os programas propostos para garantir que o dinheiro chegue "na ponta". Ele ressaltou que o

governo Bolsonaro está se preocupando primeiro com os mais vulneráveis em meio à crise. "Os R\$ 98 bilhões do programa para informais e microempresários são mais do que o (orçamento) discricionário de 2020", afirmou.

Procurada para falar sobre o tema, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) não deu retorno até a publicação da matéria.

O ministro defendeu ainda que a situação inédita pela qual passa o País está recebendo as devidas respostas por parte da equipe econômica, que também estaria tomando providências inéditas. "Em pouco mais de três semanas, estamos com ajuda de mais de R\$ 800 bilhões", declarou.

"Tínhamos programado transferir R\$ 450 bilhões para Estados e municípios em oito anos. Transferimos o dobro disso em três semanas", ressaltou. Ele ponderou, também, que o Brasil já tem um déficit de 6% do PIB, "o que nunca havia acontecido".

Mesmo assim, ele ressaltou que a equipe econômica ainda não fez tudo o que precisa ser feito para conter os impactos do novo coronavírus sobre o País. Segundo Guedes, se for necessário, serão liberados mais recursos, "trilhões". "Vamos liberar mais dinheiro se for o caso". Ele disse que em pouco mais de três semanas, ajuda será de mais de R\$ 800 bilhões

Para o ministro, é importante erradicar a cultura da moratória e, quem tiver dificuldade, o governo rolará a dívida. "Ainda não se fez tudo", disse, sem detalhar o que mais poderia ser feito.

Armas de destruição em massa

Segundo Guedes, o governo deseja subir a linha do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para oferecer crédito a empresas que faturam até R\$ 300 milhões. Ele defendeu que as medidas de estímulo anunciadas em meio à crise trazida pelo novo coronavírus, como a redução no compulsório, agora terão de ser focadas no emprego e na ampliação do capital de giro das empresas.

Sobre a questão do emprego, o ministro defendeu que a economia deve ser reativada por meio do corte de impostos, especialmente aqueles que chamou de "disfuncionais". "Atacando de frente o mais cruel imposto, o sobre emprego", destacou Guedes. Para ele, o Brasil deve resistir à tentação de fazer apenas um pequeno conserto, o que teria o potencial de destruir o futuro do País, assim como resistir a um "ativismo regulatório", que seria natural, embora desaconselhável, em momentos de crise.

Acenando aos varejistas com quem conversava, Guedes defendeu a redução de encargos trabalhistas - chamados por ele de "armas de destruição em massa de empregos" - como forma de ativar a abertura de postos de trabalho.

Ele ainda criticou governos anteriores por concentração de recursos em Brasília e disse que a Lei de Responsabilidade Fiscal ainda “não pegou”. “Temos lei, mas não temos uma cultura ainda de responsabilidade (fiscal)”.

Rede de pagamentos

De acordo com o ministro, o País até pode renegociar salários e outras despesas em meio à crise, mas não é possível desorganizar por completo a rede de pagamentos. "Vamos para o teletrabalho, para o e-commerce, mas de qualquer forma temos de manter respirando e oxigenada a economia brasileira", afirmou. "Não podemos cair na atração do calote, da falta de pagamentos, isso descontinua a rede nacional de pagamentos."

Para Guedes, o País atravessará duas "grandes ondas" durante o combate à covid-19: a primeira delas, para enfrentar as questões de saúde pública; a segunda, os impactos econômicos. O ministro defendeu a atuação do governo federal neste momento de crise e agradeceu o apoio do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF).

"O protocolo da crise está sendo seguido, os presidentes de Poderes estão se entendendo", disse. "Trocamos nosso eixo de atuação. Nosso eixo eram as reformas estruturantes, agora são as medidas emergenciais."

Recursos médico-hospitalares

Para a área de saúde, Guedes disse que o governo está seguindo as orientações do ministro Luiz Henrique Mandetta, cuja atuação vem sendo criticada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Na esteira das explicações de medidas já anunciadas pelo Executivo, o ministro da Economia falou sobre o bloqueio da saída de recursos médico-hospitalares do País e a redução das alíquotas de importação para os mesmos produtos.

Guedes ainda disse que as vendas no comércio estão caindo e que, dessa forma, a arrecadação também será afetada.

Demora nas medidas fará PIB recuar mais

Lentidão do governo para tirar políticas do papel deve também elevar tensão social e deteriorar a situação fiscal, dizem analistas

Luciana Dyniewicz, O Estado de S. Paulo

05 de abril de 2020 | 05h00

Após ser reprovado pela demora para anunciar medidas econômicas que amenizem a crise decorrente da pandemia da **covid-19**, o governo de **Jair Bolsonaro** passou a ser criticado também pela lentidão para colocá-las em prática. O ritmo de implementação das medidas deve resultar num **PIB** ainda mais baixo neste ano, em maior tensão social e numa deterioração mais acentuada da situação fiscal do País, segundo analistas.

Levantamento feito pelo **Estado** mostra que, de 39 medidas econômicas divulgadas até agora, apenas um terço já saiu do papel. A maior parte delas (36%) está atrasada e 31%, em andamento.

Na última semana, por exemplo, diante de um impasse jurídico, o presidente Bolsonaro demorou 48 horas para sancionar o auxílio emergencial para

trabalhadores informais. Agora, ainda há entraves para fazer com que esse dinheiro chegue a grande parte da população. Na área monetária, também há dificuldades para que o crédito alcance os empresários.

O presidente da República, Jair Bolsonaro Foto: Ueslei Marcelino/Reuters

“As medidas que saíram até agora estão na direção correta. O problema é a entrega. Não é de agora que o governo tem sido lento. Olha o que aconteceu nas privatizações. Nesse ritmo, acho razoável pensar que, antes do fim de abril, não vai ter nada significativo em prática”, diz o economista José Roberto Mendonça de Barros, da consultoria MB Associados.

A maior preocupação dos economistas é com o auxílio emergencial de R\$ 600 aos informais, tido como uma das medidas mais importantes neste momento. Na sexta-feira, o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, afirmou que entre 15 milhões e 20 milhões de pessoas que têm direito ao auxílio não estão em nenhum cadastro usado pelo governo. A ideia é que essas pessoas se cadastrem por meio de um aplicativo, de um telefonema ou de um site na internet que ainda está em desenvolvimento.

“O governo precisa de criatividade e agilidade, porque não dá para as pessoas ficarem passando fome. E essas duas características não são naturais da nossa burocracia”, diz a economista Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman. “As pessoas têm de receber esse dinheiro a tempo inclusive de se evitar

Empresas do Simples poderão adiar ICMS e ISS por três meses

Governo já tinha estendido o prazo dos impostos federais para empresas que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano

O Globo · 4 abril 2020 · MARCELLO CORRÊA marcelo.correia@oglobo.com.br

Estados e municípios aceitaram ontem adiar os prazos para recolhimento de impostos cobrados por governos regionais dentro do Simples Nacional. A medida, antecipada pelo GLOBO, amplia o universo de impostos que podem ser postergados. Decisão anterior já havia sido tomada para a parcela de tributos federais do regime como forma de mitigar os efeitos da paralisação forçada da economia para frear a contaminação do coronavírus. O Simples é um sistema que unifica a cobrança de oito impostos. Além de seis tributos federais, engloba o ICMS, cobrado por estados, e o ISS, pelos municípios. Podem optar pelo regime empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões.



CARÊNCIA MAIOR PARA MEI

Na semana passada, o Ministério da Economia já havia anunciado a suspensão por 90 dias do pagamento da parcela federal do Simples. A medida teve impacto estimado em R\$ 22,2 bilhões. Desde então, técnicos da equipe econômica negociavam estender o alívio para os outros tributos do sistema unificado, como ICMS e ISS, o que ocorreu ontem. Agora, a guia completa do regime unificado ficará suspensa por três meses. As parcelas que venceriam em abril, maio e junho serão pagas em julho, agosto e setembro. Para os microempreendedores individuais, a carência é de 180 dias, ou seis meses. Segundo informações da Receita Federal, a arrecadação de ICMS e ISS pelo Simples Nacional foi de R\$ 22,8 bilhões no ano passado.

ALÍVIO DE R\$ 5,7 BILHÕES

Esse montante de recursos representa uma média mensal de R\$ 1,9 bilhão. A medida, portanto, pode significar um alívio de R\$ 5,7 bilhões, desconsiderando as variações sazonais. Em nota, o Comsefaz, comitê que reúne secretários

estaduais de Fazenda e tinha reivindicado a mudança na regra, destacou que o objetivo é proteger as pequenas empresas dos efeitos da pandemia e mantê-las vivas. “É uma maneira de ajudar os pequenos negócios a superarem as dificuldades decorrentes dessa pandemia do coronavírus”, disse Rafael Fonteles, presidente do Comsefaz.

A medida também facilita a operação de suspensão do recolhimento dos impostos. Antes, o empresário teria que emitir uma guia desmembrada e pagar somente o ICMS e ISS, descontando os impostos federais. Assim, essa burocracia foi totalmente extinta. Todo o pagamento do imposto devido pelo empresário está adiado por três meses.

uma convulsão social. Não estamos falando de eficiência, mas de vida ou de morte”, acrescenta.

Mendonça de Barros destaca que, quanto mais demorar para esse auxílio chegar ao trabalhador, maior será a retração da economia neste ano. “Há um colapso na demanda, o auxílio emergencial compensa parte disso. A demora para o auxílio sair amplia a retração do PIB, sem falar no custo social. As pessoas estão passando necessidade.” A MB Associados projeta, por enquanto, uma queda de 2,1% no PIB deste ano, com viés negativo.

O economista acha ainda pouco provável que empresas tenham coragem de reduzir salários e jornadas de trabalhadores enquanto a medida provisória (MP) que permite isso não seja aprovada pelos parlamentares, o que pode resultar em mais demissões nesse período crítico. “Essa MP demorou muito e, agora, ninguém vai se sentir seguro para fazer algo sem passar pelo Congresso”, diz.

Governo estuda ‘passaporte da imunidade’ após testes

Aplicação de testagem em massa pode autorizar população a deixar isolamento social e voltar para suas atividades

O Globo · 5 abril 2020 · LEANDRO PRAZERES E JOÃO PAULO SACONI opais@bsb.oglobo.com.br

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a saída do isolamento social deve acontecer quando for possível aplicar testes em massa que ofereçam um “passaporte da imunidade” a quem já teve o coronavírus e está curado. Número dois do Ministério da Saúde, o secretário-executivo João Gabbardo dos Reis, afirmou que a medida faz parte do plano da pasta. Boletim divulgado ontem informou novo recorde diário em número de óbitos, 73, e de casos, 1.222. Assim, 10.278 já se contaminaram e 432 morreram pela doença. Guedes falou sobre a ideia de um passaporte para quem esteja imune em videoconferência com representantes do setor de varejo. — Ou seja, se você fez o teste e deu positivo, você pode circular. Você fez o teste e deu negativo, você tem que ir para casa. Não é agora. Agora nós estamos em isolamento. Nós estamos planejando uma saída, lá na frente e teremos esse teste em massa. As pessoas vão sendo testadas, pode ser semanalmente e quem estiver livre, continua trabalhando — disse o ministro. Questionado sobre a possibilidade, Gabbardo afirmou que não conhecia a expressão usada por Guedes, mas que a ideia faz parte dos planos. — Isso faz parte do plano do Ministério da Saúde e nós somos totalmente favoráveis a isso — afirmou Gabbardo, justificando:



— Nós queremos que o profissional de saúde, se ele estiver com sintomas e ficar isolado, ele pode sair do isolamento um pouco mais cedo se a gente tiver a confirmação de que ele está imunologicamente com segurança para sair de casa e voltar para o trabalho. Vamos ter uma parte da nossa população que já terá passado da transmissão e poderá ter contato com a sociedade. Isso é muito importante. Gabbardo ressaltou, porém, que ainda é necessário manter o distanciamento social e descartou a possibilidade de se flexibilizar medidas restritivas ao menos para pequenos e médios municípios, como deseja o presidente Jair Bolsonaro: — Não (é o momento). O momento está

muito claro em todas as falas do ministro (Henrique Mandetta). O momento vai ser quando nós estivermos mais fortes. Quando tivermos conseguido trazer esses equipamentos que estamos importando, de proteção individual, e distribuir para os estados e municípios. O número dois da Saúde afirmou ser normal o crescimento do número de casos e de óbitos nos próximos dias: — Daqui pra frente todos os dias os números de casos vão bater o recorde do dia anterior. E provavelmente, todos os dias o número de óbitos vai bater o recorde do dia anterior. Isso é esperado que aconteça, até um determinado momento.

São Paulo segue como o estado que lidera a quantidade de casos confirmados e de mortes registradas: são 4466 casos e 260 mortes. O Rio vem na sequência, com 1246 casos da doença e 58 mortes.

Renda básica ganha fôlego global

Crise reabre debate sobre ajuda a vulneráveis

O Globo · 5 abril 2020 · JOÃO SORIMA NETO joao.sorima@sp.oglobo.com.br

Dos EUA ao Brasil, a crise do coronavírus deu fôlego à discussão sobre a concessão de uma renda mínima à população pelos governos. Muito ampla para alguns analistas, a medida é vista como atenuante à desigualdade e aos efeitos da tecnologia no mercado de trabalho.

Na Itália, a expectativa é que dez milhões de pessoas fiquem sem emprego após a pandemia do coronavírus. Nos Estados Unidos, os pedidos de seguro-desemprego chegaram a 6,6 milhões na semana passada, um recorde histórico. No Brasil, 54 milhões de trabalhadores que perderam renda ou estão desempregados vão receber R\$ 600 por três meses. Com números tão assustadores, provocados pela paralisação súbita da economia global, ganhou força no mundo, e no Brasil, um debate sobre a criação de uma renda básica universal. Trata-se de dinheiro distribuído pelos governos a toda população ou uma parte dela, a mais vulnerável. — A renda básica emergencial, que alguns países estão adotando como resposta à pandemia, vai pautar o debate sobre essa ajuda se transformar em algo permanente e universal diante dos efeitos econômicos tão negativos da doença — acredita Leandro Ferreira, presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, uma entidade que se dedica à promoção e pesquisas de transferência de renda, que reúne ativistas e apoiadores de uma renda básica universal.

UTOPIA

Ter uma renda permanente, sem precisar trabalhar, parece uma utopia. Em sua forma original, trata-se de um pagamento feito pelo Estado, que tem caráter universal, para todos os habitantes de uma nação ou comunidade. É um benefício incondicional, ou seja, o cidadão não tem obrigação nenhuma como contrapartida ao recebimento e tem caráter permanente. Ferreira afirma que os recursos para a renda básica devem vir do Orçamento federal, assim como há recursos para Saúde e Educação. Defensores da iniciativa observam que o pagamento deve ser individual e em dinheiro, o que dá autonomia para que cada um decida como usar os recursos. Críticos afirmam que a política é cara e inviável para a maioria dos governos. Além disso, dizem, a renda básica seria menos eficiente na redução de desigualdades do que programas mais focados nos mais pobres.

— É óbvio que o país não tem capacidade fiscal de implementar a renda básica permanente — diz o economista e professor do Insper Sergio Firpo, especializado em economia do trabalho. Para ele, o Brasil já tem programas para a redução da pobreza, como o Bolsa Família, que dá complemento de renda a quem ganha até R\$ 89 e R\$ 178 por mês. São 13 milhões de famílias que recebem R\$ 29 bilhões por ano. Firpo cita também o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um salário mínimo por mês pago a idosos de baixa renda.

— Esses programas já têm uma cobertura gigante e são permanentes. Se o país sair da crise com um desemprego enorme, esses programas poderiam ser ampliados, mas tudo vai depender da capacidade fiscal — diz.

EXPERIÊNCIAS EXTERNAS

Não só os países emergentes, onde as desigualdades de renda são mais visíveis, discutem a renda básica universal. Já existem iniciativas desse tipo em nações desenvolvidas, como Finlândia, Cingapura e Itália. Entre 2017 e 2018, a Finlândia distribuiu € 560 a dois mil desempregados. Foi uma experiência do governo para saber os efeitos que essa renda básica teria no comportamento dos cidadãos. O objetivo foi desenhar políticas públicas numa era em que a tecnologia enxuga cada vez mais postos tradicionais de trabalho. As primeiras conclusões mostram que a renda básica trouxe mais otimismo a quem recebeu. E a maioria continuou a procurar emprego, já que o dinheiro era insuficiente para bancar os custos de vida no país.

— A transferência de renda também é um instrumento usado em países desenvolvidos para melhorar as condições de vida das pessoas. Agora, com várias iniciativas de renda básica emergencial para combater os efeitos da pandemia, muitos governos vão poder observar os resultados positivos — diz o vereador Eduardo Suplicy (PT-SP). O Congresso brasileiro aprovou em 2004 projeto de renda mínima apresentado por Suplicy, que era senador à época, mas ele não foi implementado pelo Executivo.

DEBATE PRÉVIO

A discussão sobre a adoção de uma renda básica já vinha acontecendo antes da pandemia, lembra Kátia Maia, diretora da Oxfam Brasil, uma ONG de origem inglesa que busca soluções para problemas de desigualdade. Estudo da Universidade Harvard, nos EUA, mostra que mais da metade dos trabalhadores brasileiros correm o risco de perder o emprego para a tecnologia nos próximos anos. Pelo menos 44 milhões estão em ocupações que têm 70% de chance de serem substituídas pela tecnologia.

— Sem renda, as pessoas não conseguem se reinserir na economia. A ideia de que o cidadão que recebe a renda básica se acomoda não é verdadeira — diz Kátia. Recentemente, os economistas Joseph Stiglitz e Thomas Piketty defenderam a adoção de uma renda mínima universal. Para eles, o benefício reduziria a desigualdade, ajudaria os desempregados e quem se dedica a cuidar de familiares sem remuneração, e equilibraria o aumento da automatização do trabalho. Para a economista Monica de Bolle, da Universidade Johns Hopkins, nos EUA, a renda básica universal é quase um consenso entre economistas, incluindo até mesmo os mais liberais. — Assim que virmos o que está acontecendo com os mais vulneráveis, vai ficar claro que não há opção depois dessa crise — disse. Além da ajuda de R\$ 600 do governo, há outras iniciativas sendo desenvolvidas pela sociedade com características de renda básica. A Central Única de Favelas (Cufa) idealizou vouchers que podem ser acessados em aplicativos de celular. A ONG quer destinar R\$ 120 a cerca de dez mil famílias, a partir de 15 de abril. (Colaboraram Leo Branco e Henrique Gomes Batista)

‘A QUEDA DA ECONOMIA GLOBAL SERÁ A MAIOR JÁ VISTA’

O Globo · 5 abril 2020 · EDUARDO SALGADO E RENATO ANDRADE economia@oglobo.com.br Ex-economista-chefe do FMI defende gastos públicos para ajudar empresas e cidadãos a enfrentar a maior crise de saúde em cem anos Kenneth Rogoff / UNIVERSIDADE HARVARD

Kenneth Rogoff tem uma certeza: a economia mundial sofrerá uma forte recessão por conta dos efeitos da pandemia do coronavírus. Professor da Universidade Harvard e autor de livros como “Desta vez é diferente: oito séculos de delírios financeiros”, no qual analisou com a professora Carmen Reinhart as diversas crises econômicas registradas no mundo, o ex-economista-chefe do FMI pondera que os governos precisam investir em saúde, apesar do efeito que isso terá na taxa de endividamento de cada nação. Ele também defende a adoção de políticas que garantam uma renda básica para os mais vulneráveis.



Os governos devem ampliar gastos para conter a Covid-19 mesmo que isso represente um grande endividamento?

Não tenho a menor dúvida de que o momento é de investir em hospitais. Os governos precisam fazer tudo o que for necessário para diminuir os efeitos do coronavírus. Estamos vendo a pior crise de saúde pública em cem anos. É hora de atacar o problema, deixando a questão do endividamento para um plano secundário.

Quais são as medidas mais urgentes no momento?

O foco deve ser dar atenção ao problema de saúde. Infelizmente, tem havido problemas nessa área. Vou falar dos Estados Unidos, mas acredito que haja paralelos com o Brasil. Fomos lentos em preparar kits de testes e agora estamos tendo dificuldade de mapear e ter a dimensão do problema. Ainda estamos cegos nessa área, e isso é um desastre. Em segundo lugar, Donald Trump negou a gravidade do problema por muito tempo. Trump demorou a fazer com que indústrias começassem a produzir ventiladores para UTIs. Ainda não temos uma ordem para todo o país ficar em casa. É espantosa a falta de liderança. Pelo que tenho lido e ouvido de amigos brasileiros, Jair Bolsonaro tem seguido muitos dos passos de Trump.

O senhor é a favor de uma renda mínima para os mais vulneráveis neste momento?

Sou totalmente a favor nesta situação e também no futuro, se o país tiver condições. Transferência de renda para ajudar os pobres era uma ideia defendida por economistas como Milton Friedman e James Tobin, ambos ganhadores do Nobel. O principal agora é cuidar da vida das pessoas e, depois, tratar de criar as condições para que elas voltem a trabalhar. Acho também que deveria haver atenção com as pessoas que estão endividadadas e ajuda para pequenas empresas.

Qual é o seu grau de certeza de que o mundo está rumo a uma recessão?

Tenho 99% de certeza. Estamos vendo a economia global mergulhar tão rapidamente que os estatísticos não estão conseguindo medir, de forma precisa, os efeitos no PIB mundial. Minha suspeita é de que, no curto prazo, a queda da economia global será a maior já vista. Não estou falando da duração da recessão, mas da medida da queda. O que está acontecendo é algo impressionante. Em toda a China, o percentual de trabalhadores em atividade em fevereiro era de 30%, na comparação com tempos normais. Talvez chegue a 60% no fim de abril. A volta ao normal vai ser muito lenta. Alguns países estão indo bem. Talvez Alemanha, Coreia do Sul e Singapura. Mas esses são exceção. As únicas perguntas são: quanto tempo a recessão global vai durar? E quais são as melhores estratégias para voltarmos lá na frente? Minha estimativa é de que será a pior recessão desde a década de 1930.

Qual será a duração dessa recessão?

Para a maior parte do mundo, pode ser uma longa recessão. Um certo número de países emergentes deve sentir mais. Quando um país vê seu sistema financeiro sob muita pressão, passa por

uma crise bancária e uma crise da dívida, a recessão dura mais. Não vejo, ainda, o mesmo acontecer nos Estados Unidos e na maior parte da Europa, mas a crise ainda está evoluindo. Se a parada for muito longa ou se houver várias ondas de paradas, definitivamente é possível que vejamos graves problemas de calotes de municípios e no mercado corporativo. Sem falar de um grande estresse no setor bancário.

Muitos dizem que a crise é de produção. Passado o ápice, seria só religar as máquinas. Mas o senhor está falando de uma crise financeira internacional, não?

No mercado financeiro tem gente prevendo uma recuperação em formato de “v”. Acho isso bem otimista. A chance de a situação atual se transformar numa crise financeira internacional é altíssima. Mas será diferente de 2008. Muita gente chamou a de 2008 de uma crise global. Na verdade, foi uma crise financeira de países ricos. Nos emergentes, ela durou pouco. A China cresceu de forma vigorosa. Países como o Brasil aproveitaram o aumento dos preços das commodities. Antes

de 2008, a maioria dos emergentes tinha reduzido seu endividamento. Desta vez, muitos têm dívidas externas enormes. É verdade que muitas são privadas, mas ainda assim grandes. Alguns países já estão com problemas. Falo, obviamente, de Argentina, mas também de Líbano e Equador. Em breve, a lista talvez inclua exportadores de petróleo, como Angola e Argélia. A crise ainda não pegou os grandes emergentes, como Brasil e México, que estão bastante fortes, mas, se a crise durar muito tempo, a situação será bastante desafiadora. Em termos de número de países que vão pedir ajuda financeira, acho que vamos superar o que vimos nos anos 1980.

Órgãos como o FMI estão preparados?

A própria direção do FMI já disse que não. O fundo tem US\$ 1 trilhão e diz precisar de US\$ 2,5 trilhões. Não tenho dúvida de que devemos ver muitas negociações para reduzir dívidas em muitas partes do mundo. Defendo uma moratória temporária numa escala grande, pelo menos, para os países mais pobres.

A dívida pública brasileira é alta, mas o endividamento externo é baixo e as reservas internacionais somam 20% do PIB. Por que o senhor inclui o Brasil entre os países que devem ter problemas financeiros no curto prazo?

Muito da dívida privada no Brasil é externa (denominada em dólares). Com certeza, o Brasil é um dos emergentes que estão entrando nisso numa posição mais forte, mas é óbvio que é vulnerável. Particularmente, porque enfrentará um colapso da demanda global, fora a pandemia em si. É verdade que o Brasil tem algumas vantagens. É uma economia bastante diversificada, o Banco Central tem tido uma independência maior do que em muitos emergentes, mas o país é muito vulnerável, sem dúvida.

O Brasil tem uma economia fechada, o que trava o crescimento. Mas essa característica pode agora ajudar a isolar o país dessa queda de demanda global?

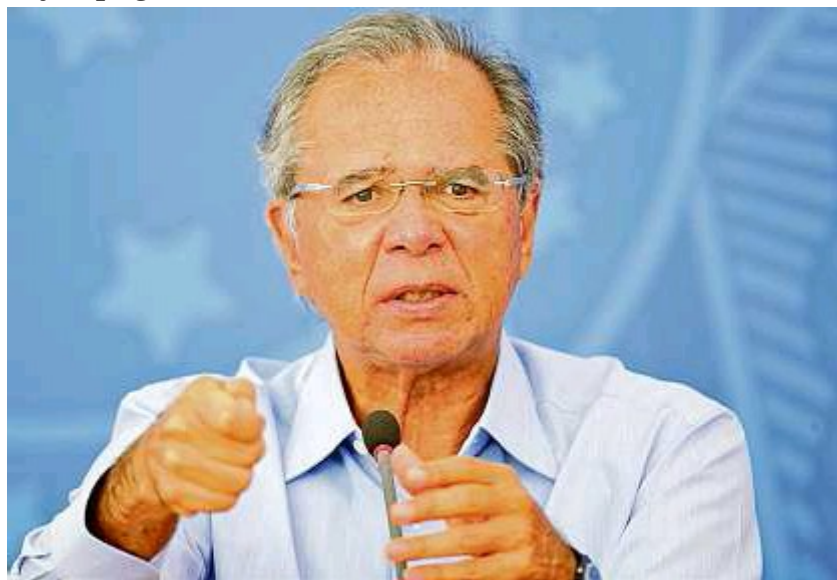
Esse raciocínio não é uma loucura. Mas vale lembrar que o Brasil é um poderoso exportador de commodities e está muito exposto ao que acontece na China.

“Com certeza, o Brasil é um dos emergentes que estão entrando nisso numa posição mais forte, mas é óbvio que é vulnerável. Particularmente, porque enfrentará um colapso da demanda global”

Governo avalia estender crédito a grande empresa

O Globo · 5 abril 2020 · GERALDA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br

Até agora, financiamento com garantia do Tesouro foi limitado a pequenas e médias companhias. Em videoconferência com empresários, ministro da Economia também pede que população pague contas em dia



O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo avalia linhas de crédito com garantia do Tesouro Nacional a grandes empresas. O governo anunciou no fim de março financiamento de R\$ 40 bilhões apenas para pequenas e médias empresas (dos quais R\$ 34 bilhões subsidiados com recursos públicos) para viabilizar o pagamento de salários. A Medida Provisória (MP) 943, que oficializa o crédito, foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União na sexta-feira. Segundo o governo, apenas empresas com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões podem fazer uso desse financiamento. Guedes participou de videoconferência com empresários do segmento de varejo. Ele disse que a ideia é expandir as iniciativas de crédito a empresas com faturamento de até R\$ 300 milhões. Mas não deu detalhes de como isso seria feito: —Vamos dobrar e continuar expandindo isso, o dinheiro é na veia. Quando dobrarmos (o crédito), vamos ter que incluir empresas maiores (de faturamento), de R\$ 100 milhões, R\$ 200 milhões, R\$ 300 milhões de faturamento, que é o que faremos agora.

Depois, Guedes citou explicitamente créditos com garantia do Tesouro:

— O BNDES deu dinheiro para Porto Mariel, em Cuba, com garantia do Tesouro. O Tesouro garantiu, e Cuba não pagou. Demos dinheiro para a Venezuela, também não pagou. O uso de garantias é comum, o Tesouro garantiu muita coisa, a União garantiu muita coisa, mas garantiu muita coisa errada. Esse caso agora é uma garantia imprescindível e necessária. Vamos ter que usar os Fundos Garantidores.

CAPITAL DE GIRO

O ministro disse ainda que “aprendeu” que não adianta apenas liberar o compulsório (dinheiro que os bancos mantêm no Banco Central) para que as instituições financeiras ampliem a

oferta de crédito. —Nós aprendemos que liberar compulsório não basta. Empoça mesmo — disse Guedes aos empresários. O Banco Central reduziu a alíquota dos pagamentos compulsórios. A estimativa era liberar R\$68 bilhões em crédito. Mas os bancos passaram a cobrar juros mais altos dos interessados, e o dinheiro acabou ficando parado.

Por isso, Guedes disse que pretende vincular a liberação de mais recursos para os bancos, por meio da redução de depósitos compulsórios pelo Banco Central, ao repasse direto de créditos para geração de empregos e capital de giro para as empresas. Na teleconferência, Guedes também pediu que os brasileiros evitem o calote e paguem as suas contas para não desorganizar a economia: — Não vamos interromper os fluxos de pagamentos. Estamos isolados uns dos outros, mas vamos preservar os serviços vitais.

O ministro continuou: — Se estamos pedindo refeição, usando os serviços de telefonia, vamos manter os pagamentos em dia para exatamente não destruímos, descapitalizarmos os serviços que estamos usando. Se estamos usando luz, vamos pagar as nossas contas de luz para não sofreremos lá na frente uma descontinuidade.

Na videoconferência, que o governo planeja uma saída dada a crise, mas frisou ao menos três vezes que o país está neste momento em “isolamento social sob a coordenação do ministro (da riqueza) Mandetta”, que tem sido criticado pelo presidente Jair Bolsonaro. —Estamos planejando uma saída. Para superar a primeira onda, estamos sob a coordenação do ministro Mandetta, em meio ao lamento social. E o presidente já avisou que terá a segunda onda econômica e vamos ter que furar também.

CRÉDITO DO BNDES

Glauco Humai, presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), aproveitou a videoconferência para pedir uma linha de crédito do BNDES para os shoppings.

E o presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, José Cesar da Costa, sugeriu a Guedes que, após o fim da quarentena, o comércio seja autorizado a trabalhar nos feriados para compensar as perdas registradas agora. O ministro tratou a ideia como uma “excelente sugestão”. (Colaborou Pedro Capetti)

Consignado

O Globo · 5 abril 2020

Faço coro com o leitor Jorge dos Santos Ribeiro (carta publicada em 3/4) na sugestão de adiamento da cobrança das prestações dos empréstimos consignados dos aposentados do INSS, enquanto durarem as restrições pelo combate ao coronavírus. As despesas, afinal, aumentaram muito com o necessário confinamento doméstico e o absurdo aumento que se vê nos supermercados.

RENATO AGUIAR RIO

Rigidez fiscal produz mortes

O Globo · 5 abril 2020 · FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Estamos atravessando tempos bicudos. Não só por causa do coronavírus, mas também porque há um vazio político no mundo. Quando não, há uma histeria direitista sem que se veja o “outro lado” do espectro. Ou sumiu, ou os tempos são outros e mesmo a antiga divisão, que persiste, entre esquerda e direita — com suas variantes ao redor de um centro abstrato — não dão mais conta das reais adversidades do mundo contemporâneo: aquecimento global, substituição de mão de obra por “máquinas inteligentes” e, agora, como se fossem poucas as tormentas, as pandemias.

Estou, como bom cidadão (e idoso), fazendo esforço por isolar-me. Confesso que ando cansado de ouvir tanta gente, a toda hora, falando de doenças e mortes. Não me refiro aos especialistas, como o ministro da Saúde, que precisam mesmo falar. Ele tem sido competente, claro e sensível às necessidades do momento. Certos presidentes, melhor que não falem, pois falam e “desfalam” ao sabor das circunstâncias, despreparados para entender o presente e, mais ainda, para projetar o futuro. Sei que é difícil. Na última sexta-feira, assisti no Zoom (ah, quantos inventos de interlocução sem a presença das pessoas foram criados no mundo e como são úteis...) a uma discussão, organizada pela Fundação F H C, entre o ex-embaixador do Brasil na China Marcos Caramuru e um especialista americano em economia chinesa, Arthur Kroeber. Além dos impactos econômicos da pandemia, discutiram o que poderá acontecer com a geopolítica mundial depois da crise. Kroeber afirmou que a crise reforça a posição dos setores mais duros da sociedade e do governo americano, que veem na China uma ameaça, um vírus a ser contido. O embaixador Caramuru acredita que, se essa visão prevalecer nos Estados Unidos, crescerá a influência chinesa no mundo. Para ele, só os Estados Unidos veem a China como adversária implacável da paz e da prosperidade. Os demais países, nós inclusive, deveríamos aproveitar os espaços econômicos no futuro para aumentar nossas exportações e induzir os chineses a fazerem mais investimentos aqui. É certo que é preciso pensar no depois. Os países e seus povos não vão acabar. A crise virótica, por difícil e custosa que seja em termos de vidas e de recursos, um dia vai passar. Mas, e antes disso, durante a pandemia? O óbvio já disse acima, e a maioria das pessoas sabe e compartilha: nada, se possível, de ir à rua ou juntar-se com outras pessoas. Estamos todos (os que podemos...) como prisioneiros, não por ordem da Justiça ou pelo arbítrio dos poderosos, mas para tentar nos salvar e salvar os outros. Aproveitemos para pensar no estilo de vida que vivemos. A solidariedade, no cotidiano da maioria das pessoas, se transformou em mera frase, sem correspondência em atos. Por que não aproveitar a prisão voluntária para pensar um pouco mais sobre nós mesmos, nossa família, os amigos, os vizinhos e a sociedade mais ampla?

Sei que para alguns a adaptação em casa é mais fácil. Eu próprio aproveito para escrever e ler. Mas quem vive nas favelas ou em umas periferias sem verde algum, apinhado sob um mesmo teto? E os que perderão o emprego, como consequência indireta do coronavírus? Portanto, ao mesmo tempo em que mergulharmos em nossas consciências para ver se ainda somos huma-

nos, é hora de pensar também em como transformar em gesto a intenção de ser solidário. Não faltam boas iniciativas da sociedade civil para angariar e canalizar doações.

Sem diminuir a importância dessas iniciativas, a ação decisiva é dos governos. Os economistas não sabem qual será a profundidade da crise e em quanto tempo virá a recuperação. Mas um ponto a maioria concorda: às favas (por ora!) a ortodoxia e os ajustes fiscais. Voltamos aos tempos de Keynes e, quem sabe, os mais apressados deixarão de jogar os “socialdemocratas” na lata de lixo da História. Os governos, e não só o daqui, começam a perceber que é melhor gastar já e salvar vidas do que manter a higidez fiscal e produzir cadáveres e depressão econômica. A dívida pública vai aumentar. Depois se verá como pagá-la. Este se é dúvida: em geral, a maior parte da conta vai para o conjunto da população e não para os que mais podem. Terá de haver mobilização política para que desta vez seja diferente.

Que o Tesouro se abra (e se já estiver vazio, que se endivida ainda mais). Com um porém: que os governos usem bem o dinheiro e não transformem gastos extraordinários em gastos permanentes. Melhor haver um “orçamento de guerra” do que criar bazucas permanentes contra o Tesouro.

É preciso tratar: reforçar estruturalmente a saúde pública e a ciência básica, fazer gastos extraordinários para garantir a sobrevivência das pessoas e das empresas mais vulneráveis e, mais à frente, distribuir com equidade a carga de impostos para reduzir o déficit e a dívida pública, que irão crescer inevitavelmente.

Os governos, e não só o daqui, começam a perceber que é melhor gastar já e salvar vidas do que manter a higidez fiscal

Um novo Estado na era pós-Covid-19

O Globo · 4 abril 2020 · MERVAL PEREIRA

Parece haver consenso em torno da ideia de que o mundo será outro depois da crise da Covid-19, não apenas porque a humanidade deu-se conta de sua fragilidade, e da necessidade de solidariedade nas relações sociais, como os problemas sociais, em maior ou menor escala, foram escancarados. O capitalismo terá que rever conceitos, em busca de uma economia mais sustentável e menos desigual. E mesmo as relações internacionais serão alteradas, pois o mundo de repente despertou para uma realidade preocupante: a China produz 90% dos equipamentos de saúde, criando um mercado internacional selvagem de compra de produtos essenciais (máscaras, ventiladores) em que o peso do dinheiro vale mais que vidas humanas em países periféricos como o Brasil. Coisa parecida acontece em outros setores. Os países, dos mais poderosos como os Estados Unidos, aos mais vulneráveis, se deram conta de que dependem muito mais da China do que é desejável, e terão que mudar suas relações geopolíticas, cuidando de setores essenciais, não apenas a saúde, mas também estratégicos como a Defesa, o Meio Ambiente, a Agricultura.

Ciência e Tecnologia tiveram suas importâncias realçadas durante a crise, e a reação do presidente Bolsonaro às advertências dos cientistas, tentando confrontar a doença primeiro com negacionismo, depois com orações e jejuns, mostra bem como estamos ameaçados de um retrocesso profundo em um setor que merece muito mais importância do que recebe e precisa. O economista José Roberto Afonso, do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), um dos formuladores da Lei de Responsabilidade Fiscal e, agora, do orçamento de guerra montado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, escreveu um artigo onde sugere que seja criado um “seguro destrabalho”, diante do fato de que o novo coronavírus só criou isolamento físico, pois já existia o social e até econômico para enorme parcela da população brasileira, que não tinha emprego e nenhuma proteção social.

José Roberto Afonso lembra que o Estado de BemEstar Social (Welfare State), organizado no pós-guerra em torno de um elemento essencial, o salário, já não reflete a realidade atual. Porque o emprego já deixou de ser sinônimo de trabalho há alguns anos, e em todo o mundo, devido à revolução tecnológica em curso.

Já Mariana Mazzucato, professora da UCL de Londres, no International Media Call virtual do Fórum Econômico Mundial, falou sobre o novo papel do Estado, que ela espera ver surgir dessa crise mundial. Rebatendo a ideia de que a crise de saúde, com suas consequências econômicas, mostrou a necessidade de um Estado forte, ela diz que o que procura não é o Estado mínimo ou máximo, mas o “Estado inteligente”: “Não é apenas porque o Estado está tendo que intervir maciçamente na economia que vamos mudar o conceito de fazer política econômica no capitalismo”. Ela diz que o Estado tem que injetar dinheiro na economia numa situação dessas, “mas temos que ver em que condições isso será feito”. Precisamos montar uma economia mais sustentável, para que não tenhamos novos problemas mais adiante. “Por

exemplo, as companhias aéreas que precisarão de dinheiro do governo têm que assumir o compromisso de reduzir a emissão de gás carbônico. Empresas que serão auxiliadas têm que garantir os empregos”.

Precisamos definir que tipo de instituições estatais nós queremos. “As empresas privadas mandam seus executivos para o exterior para fazer cursos de especialização, de gerência. Precisamos que os Estados atuem com inteligência, organizando suas estruturas com uma visão mais ampla de sua função dentro de um Estado moderno”.

Mariana Mazzucato acha que os Estados podem se reorganizar, as empresas privadas têm que trabalhar com os organismos estatais para que o país obtenha um resultado mais inteligente de seus setores. “O Estado tem que atuar ativamente para coparticipar da criação do mercado, e não esperar que os problemas aconteçam, e só então intervir”. Para ela, essa crise não é desconectada do jeito que o capitalismo produz o alimento que consumimos, e os produtos que usamos. “Está diretamente ligada à crise climática. Precisamos criar uma simbiose entre os setores público e privado, para que a economia esteja preparada para a próxima crise, que sempre virá”. (Amanhã, o “seguro-destrabalho”)

Países poderosos e vulneráveis se deram conta de que dependem muito mais da China do que é desejável

Apoio aos governadores é maior que a Bolsonaro

O Globo · 4 abril 2020

Apesquisa Datafolha de ontem aponta que a avaliação dos governadores supera a do presidente Jair Bolsonaro no combate ao novo coronavírus. No quesito condução da crise da doença, a avaliação dos líderes estaduais foi aprovada por 58% —contra 33% do presidente. Entrevistados consideram que eles vêm fazendo um trabalho ótimo ou bom, índice superior ao verificado na última pesquisa (54%). De acordo com o instituto, para 16%, o desempenho dos chefes dos executivos estaduais é ruim ou péssimo (o mesmo de há duas semanas), e 23% atribuem a eles uma avaliação regular (na última pesquisa eram 28%). Outros 2% não opinaram. A maioria dos governadores e prefeitos adotou uma série de medidas de restrição social, o que causou irritação no presidente, que considera que a medida pode prejudicar a economia e o seu governo. Bolsonaro enfrenta um embate com os estados e ameaça baixar um decreto para reabrir o comércio.

EMBATE POLÍTICO

O governador de São Paulo, João Doria, acabou se tornando o principal antagonista do presidente nesse conflito por ser o representante do estado que concentra mais mortes da doença. A disputa da eleição de 2022 também é vista como pano de fundo do embate entre os dois. O levantamento ainda aponta que a maioria dos entrevistados aprovou o pedido de Doria para ignorar as orientações do presidente sobre o coronavírus. O governador chegou a recomendar aos brasileiros que mantivessem o isolamento, aos que pudessem ficar em casa, ignorando as falas do presidente sobre o fim da quarentena e reabertura do comércio. Segundo o instituto, 57% concordam com o governador paulista, contra 32% que acham que João Doria está errado, e outros 11% que não souberam opinar. Pela primeira vez, o instituto mediu também o desempenho dos prefeitos de forma geral. De acordo com o Datafolha, para 50% dos entrevistados, os prefeitos vêm fazendo um trabalho ótimo ou bom em relação ao coronavírus em suas cidades, e 22% os consideram ruins ou péssimos nessa tarefa.

Redes sociais ampliam exclusão de mensagens

FACEBOOK, INSTAGRAM E TWITTER BARRAM POSTS ‘CONTRA SAÚDE’

O Globo · 4 abril 2020 · BERNARDO MELLO E MARLEN COUTO opais@oglobo.com.br

Com as novas diretrizes das redes sociais para combater a desinformação, Twitter já apagou 1.100 mensagens contrárias às orientações de autoridades de saúde.

Redes sociais como Twitter, Facebook e Instagram têm apagado publicações de lideranças políticas e religiosas acusadas de disseminar informações enganosas sobre o novo coronavírus. Segundo o Twitter, que deletou no último domingo dois vídeos publicados pelo presidente Jair Bolsonaro durante um passeio por cidades-satélite de Brasília, cerca de 1,1 mil mensagens de usuários de todo o mundo já foram apagadas desde o último dia 18, quando a plataforma modificou sua política de uso para incluir um veto a conteúdos “que forem eventualmente contra informações de saúde pública orientadas por fontes oficiais”.

Nos vídeos excluídos, Bolsonaro aparecia em conversas com trabalhadores informais e transeuntes nas ruas do Distrito Federal, enquanto fazia críticas às medidas de isolamento social chanceladas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde de seu próprio governo.

Foi o segundo caso em que um chefe de Estado teve publicações apagadas pelo Twitter por causa da nova regra da plataforma, destinada a coibir conteúdos que, de acordo com a rede social, “possam colocar as pessoas em maior risco de transmitir Covid-19”. No último dia 25, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, teve um tuíte excluído por defender o “uso de plantas medicinais” no combate ao coronavírus. A OMS e demais autoridades de saúde pública ainda não identificaram qualquer medicamento com eficácia cientificamente comprovada contra o vírus. Em entrevista coletiva, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, ironizou ontem as publicações de notícias falsas em redes sociais, sem especificar a que se referia. — Aquele que divulga fake news, em vez de divulgar dez por dia, divulgue só duas,

YURI CORTEZ/AFP/14-2-2020

ALEXANDRE CASSIANO par amatar a necessidade. Todo mundo precisa ajudar, até aqueles que divulgam fake news— afirmou. Assim como Maduro, seu desafeto político, Bolsonaro fez uma afirmação sem lastro científico durante o passeio por Brasília, quando declarou que o medicamento hidroxicroquina “está dando certo em tudo quanto é lugar” no combate ao coronavírus. O vídeo foi excluído, além do Twitter, por Facebook e Instagram. Dois dias depois, em pronunciamento em rede nacional, Bolsonaro reconheceu que “ainda não existe vacina, nem remédio com eficiência” comprovada.

IMUNIDADE NA “PORCARIA”

Procurado pelo GLOBO, o Facebook e o Instagram informaram que as políticas de conteúdo de ambas as plataformas “não permitem publicação ou compartilhamento de conteúdo que traga desinformação capaz de causar danos reais às pessoas, incluindo alegações sobre curas de Co-

vid-19”. O Facebook já removeu, em anos anteriores, publicações enganosas sobre doenças como sarampo e poliomielite, por entender que a manutenção das mensagens representava riscos à saúde pública. Além das postagens de Bolsonaro e Maduro, o Twitter também excluiu uma mensagem publicada pelo ex-prefeito de Nova York Rudolph Giuliani, um dos principais conselheiros do presidente dos EUA, Donald Trump. Em publicação no último dia 27, Giuliani também anunciou uma suposta eficiência da cloroquina. O Twitter informou, após a publicação com conteúdo enganoso, ter bloqueado temporariamente a conta de Giuliani — uma espécie de “alerta” feito pela rede social para que o usuário remova a publicação falsa. Em sua política de uso, o Twitter inclui na lista de postagens passíveis de remoção aquelas que contenham uma “negação das recomendações de autoridades de saúde locais ou globais”, incluindo conteúdos que sinalizem opiniões como “o distanciamento social não é eficaz”. Na última quinta-feira, o pastor Silas Malafaia teve sete tuítes excluídos pela rede social, alguns contendo vídeos nos quais fazia críticas à quarentena implementada por governadores e afirmava que a população mais pobre supostamente já seria “imunizada” ao vírus, por estar “sujeita a tanta porcária” no dia adia. As publicações também foram excluídas no YouTube e no Facebook, segundo Malafaia. O Twitter também apagou, no último mês, postagens do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) que traziam vídeos descontextualizados do médico Drauzio Varella, numa tentativa de minimizar o impacto do novo coronavírus. A plataforma informou que também considera enganosas quaisquer publicações que procurem “manipular as pessoas para um determinado comportamento”.

ACENO À BASE

Um levantamento feito pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP) aponta que esse tipo de resposta das redes sociais mobilizou grupos que têm se mantido, desde o início da pandemia, isolados por seu alinhamento às posições de Bolsonaro na crise. Das cerca de 300 mil postagens no Twitter sobre remoções de conteúdo, identificadas pelo DAPP, 70% partiram de perfis ligados a um nicho de influenciadores de extrema direita, como o ideólogo Olavo de Carvalho — que também teve um vídeo deletado pelo YouTube, no dia 23, por negar a existência de mortes decorrentes do novo coronavírus. O estudo aponta ainda que o pico de manifestações ocorreu no último domingo, data em que os vídeos de Bolsonaro foram deletados. Questionado sobre o assunto, o presidente afirmou que não discutiria as remoções de conteúdo e disse que o Twitter é uma “empresa privada”. — Bolsonaro teme a reocupação de acenar à arte mais inflamada do eleitorado, que votou nele em 2018, e que espera esse tipo de manifestação radicalizada — analisa o cientista político da PUC-Rio Ricardo Ismael.

CRISE DE CIÚMES

Mandetta tem mesmo muita paciência para aturar Bolsonaro. Não bastassem as declarações absurdas contra o isolamento social, ele passou a atacar o seu ministro em entrevistas e em lives para rede social. Mandetta já sabia que o seu chefe é um homem inseguro e meio abobado, mas descobriu agora os ciúmes doentios que o capitão tem pelo sucesso alheio. Por ser raso intelectualmente, Bolsonaro não aceita quem pensa direito e se expressa bem. Diante disso, o presidente produziu a frase mais ridícula desde o início da crise sanitária: “Mandetta quer fazer valer a vontade dele...”. Esqueceu que a vontade do mi-

nistro da Saúde é a vontade da OMS, dos médicos, dos sanitaristas e dos infectologistas. É a vontade da ciência. Por isso, Mandetta tem o apoio de 76% dos brasileiros, contra 33% de Bolsonaro, segundo a pesquisa Datafolha divulgada ontem.

OS FANÁTICOS

Eles formam um grupo cada vez menor, mas muito barulhento, até mesmo pela sua natureza. São os fanáticos, aqueles que não conseguem enxergar, não entendem o que ouvem e repetem de maneira mecânica, agressiva e extravagante as barbaridades que seus líderes transmitem pelas redes sociais. O caso mais visível de fanático idiotizado foi visto esta semana no Alvorada. Trata-se da mulher que se disse professora e que pediu a Bolsonaro uma intervenção militar para permitir que as pessoas voltassem a trabalhar. Pior que isso, muito pior, foi o presidente distribuir a fala da mulher em rede social. Tudo bem ela não entender como funciona a República e desconhecer os ritos da democracia, ela é uma fanática. Mas o presidente cometeu um crime ao referendar sua fala.

O COMANDANTE DIZ NÃO

Tentando trazer pelo menos um governador para o seu lado na campanha contra o isolamento, Bolsonaro tem pressionado o governador de Santa Catarina, o comandante Moisés, ex-bombeiro. Já mandou recado pelos filhos, por lideranças políticas locais e por empresários do estado, como o dono da Havan. Ele mesmo ligou exortando Moisés a suspender o isolamento usando o velho argumento “você se elegeu graças a mim”. Mas não colou. Até aqui o comandante tem dito não.

O PIOR QUADRO

Não há quadro na Praça dos Três Poderes ou na Esplanada dos Ministérios mais fraco do que Jair Bolsonaro. Todos os problemas que são levados ao seu gabinete saem de lá maiores do que entraram. O presidente raramente acerta, e quando o faz, cuida para, em menos de 24 horas, destruir o acerto. Nem Weintraub, Damares ou Araújo se comparam a ele. São gênios diante de sua excelência.

FAÇAM O QUE EU DIGO

Apenas Jair Bolsonaro deseduca mais do que o formato das entrevistas organizadas no Palácio do Planalto para divulgar os dados do combate ao coronavírus. Os ministros que falam estão sempre colados uns nos outros, não há nunca o distanciamento de dois metros que a OMS recomenda. Não bastasse a proximidade social, uns cochicham com outros e se tocam desnecessariamente. E os garçons se debruçam pelas laterais dos ministros para trocar os copos de água gelada. Uma festa.

A CHINA RECOLHE OS SEUS

A embaixada da China em Brasília está recolhendo para dentro do prédio da chancelaria todos os funcionários chineses sediados na capital. Vão morar dentro das instalações oficiais até que os ânimos melhorem na cidade. O chineses estão sendo objeto de ofensas e agressões verbais nas ruas. Funcionários brasileiros da embaixada dizem que o rancor com a China deve-se aos ataques feitos por Eduardo Bolsonaro, o Bananinha.

RESPIRADOR ARTIFICIAL

Se a indústria não consegue dar conta da demanda, se a China ignora e não atende os pedidos do Brasil, por que não usar a criatividade? Um grupo de profissionais e professores de Medicina, Engenharia e Informática da Universidade Federal de Itajubá desmontou um velho

respirador mecânico, fabricado no Brasil nos anos 1950, e copiou digitalmente todos os seus componentes. Agora, sua transcrição digital pode ser lida por impressoras 3D e reproduzidas em escala. Aplausos.

CLAUSTROFOBIA GLOBAL

Meu amigo Evaristo não gosta de elevador. Ele os evita sempre que pode e vai de escada quando o andar é mais baixo. Até o oitavo ele sobe de escada numa boa. Uma vez subiu a pé 22 andares para chegar a um escritório em um prédio velho, com elevador de porta sanfonada, no Centro. Evaristo tem claustrofobia. Esse sentimento é o que assalta o mundo inteiro nesses dias de coronavírus. Além de manter a maioria isolada em casa, a doença ataca as vias respiratórias do paciente e o deixa sem ar. O pavor do claustrofóbico, dono de um sintoma que causa medo mórbido de espaços fechados, não é tanto de ficar em casa, mas sim de perder o ar.

RESERVA DE MERCADO

TRUMP QUER IMPEDIR EXPORTAÇÃO DE MÁSCARAS PARA AMÉRICA LATINA E CANADÁ

O Globo · 4 abril 2020 · WASHINGTON E NOVA YORK

Um dia depois de o presidente Donald Trump invocara Lei de Produção de Defesa, uma legislação criada nos anos 1950, para aforçar a gigante indústria 3M a aumentar o ritmo de fabricação de máscaras usadas pelos profissionais de saúde que tratam de pessoas infectadas pelo novo coronavírus, a empresa alertou para os possíveis impactos da medida para o resto do mundo. Em comunicado na manhã de ontem, a 3M, uma das maiores fabricantes de máscaras, disse que vem ampliando a sua capacidade de produzir o equipamento, atendendo a uma demanda do próprio governo. Isso inclui a importação de milhões de máscaras de unidades da empresa na China. Contudo, a 3M questiona uma segunda parte da ordem de Trump, que é bem clara ao exigir que ela suspenda todas as exportações de máscaras, hoje destinadas principalmente à América Latina e ao Canadá. “Há implicações humanitárias significativas decorrentes da suspensão do fornecimento de máscaras para trabalhadores da saúde na América Latina e no Canadá, onde somos fornecedores críticos”, afirmou a nota. A empresa também alertou sobre efeitos negativos para os próprios americanos. “Ao se suspenderem as exportações, outros países poderão retaliar e fazer o mesmo. Se isso ocorrer, o número de máscaras disponíveis para os EUA diminuiria. É o oposto do que nós e o governo queremos.”

NOVA ORDEM

Na entrevista coletiva de ontem, Trump deixou claro que vai assinar uma nova ordem impedindo não apenas a exportação de máscaras, mas também de outros itens e suprimentos médicos usados contra o coronavírus. No Canadá, país que não fabrica as máscaras N 95, o primeiro-ministro Justin Trudeau enfatizou a importância de manter as linhas de suprimento abertas e disse que seria “um erro criar bloqueios ou reduzir o comércio”:

— Há produtos médicos e outros artigos essenciais que se movimentam através da fronteira nas duas direções... há coisas com as quais os americanos contam — observou. Na quinta-feira, horas depois do anúncio do recurso à lei dos tempos da Guerra Fria contra a 3M, o próprio Trump foi ao Twitter e tacou a empresa e disse que “não estava feliz” com ela. Antes, o conselheiro para Comércio, Peter Navarro, havia seguido a mesma linha. — Para ser franco, nos últimos dias estamos tendo problemas para garantir que, de toda a produção que a 3M entrega ao redor do mundo, uma parte suficiente dela venha para cá, para os lugares certos — afirmou Navarro. Enquanto a polêmica sobre a exportação não parece ter fim próximo, o Centro de Controle de Doenças (CDC, sigla em inglês) emitiu uma recomendação para que todos os habitantes dos EUA usem máscaras feitas de pano ao sair de casa. A proposta vinha sendo discutida nos últimos dias como parte das medidas para tentar controlar o avanço do vírus no país. Ao comentar a medida, Trump disse que ela não substitui as recomendações do governo federal nem as regras locais de estados e municípios.

Mas ressaltou que a ação é voluntária. O administrador da saúde pública do país, Jerome Adams, disse que a recomendação se deu por causa dos indivíduos assintomáticos, que transmitem a doença sem saber que estão infectados. — Você pode usá-las, pode não usar. Escolhi não usar, mas algumas pessoas podem querer usar e está tu dobem—afirmou o presidente americano.

PREFEITO APELA POR MÉDICOS

A polêmica veio no dia em que os EUA chegaram a 7 mil mortes ligadas ao coronavírus, o terceiro maior número de vítimas no mundo, atrás apenas de Itália e Espanha. Somente ontem foram 1.480. Os casos somam 258 mil, segundo números consolidados pela Universidade Johns Hopkins. Estado com quase 100 mil casos da doença, a maior concentração no país, Nova York registrou 562 mortes ligadas ao vírus entre quinta-feira e ontem, o número mais alto desde as primeiras notificações da Covid-19 na região. Com isso, são 2.935 óbitos, mais do que os mortos nos ataques terroristas às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, quando 2.753 pessoas perderam a vida. Em entrevista coletiva, o governador de Nova York, Andrew Cuomo, afirmou que o estado não tem recursos para enfrentar a pandemia. O prefeito da cidade de Nova York, Bill de Blasio, alertou para o iminente colapso do sistema de saúde e para a necessidade de apoio externo. Segundo ele, são necessários mais mil enfermeiros e 150 médicos. —Amenos que haja um esforço nacional para convocar médicos, enfermeiras, profissionais de saúde de todos os tipos elevá-los os locais onde são mais requisitados, não vejo como teremos gente necessária para que superemos essa crise —afirmou De Blasio. Nova York tem maior número de mortes em um só dia; em todo o país, são 7 mil

Proposta do ‘Orçamento de guerra’ passa na Câmara

Câmara aprova projeto que aumenta gastos durante a crise

O Globo · 4 abril 2020 · MANOEL VENTURA, BRUNO GÓES E GABRIEL SHINOHARA economia@oglobo.com.br

A PEC do “Orçamento de guerra”, que permite ampliar gastos públicos para conter o coronavírus, foi aprovada na Câmara. A medida, apoiada pelo Ministério da Economia, cria um comitê de crise. O Senado aprovou projeto de lei que evita ordens de despejo, suspende prazo de arrendimento em venda on-line e prisão por não pagamento de pensão, entre outros. O governo quer começar a pagar os R\$ 600 a informais no dia 9, usando aplicativo da Caixa. Beneficiários do Bolsa Família receberão a partir do dia 16.

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em primeiro e segundo turnos, o chamado Orçamento de guerra, que permite a ampliação das despesas públicas para conter o coronavírus, sem as amarras que hoje restringem os gastos federais. O texto foi proposto pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com apoio do Ministério da Economia. O texto dá ao governo a segurança jurídica necessária para gastar o que for preciso para conter o avanço da Covid-19, além da adoção de medidas econômicas relacionadas à pandemia. A proposta de emenda à Constituição (PEC) foi aprovada, no primeiro turno, por 505 votos a favor e 2 contra. No segundo, quando alguns parlamentares já haviam saído, por 423 a favor e um contra. Eram necessárias duas votações por ser uma mudança na Constituição. A expectativa é que a votação no Senado ocorra na semana que vem, mas ainda não há data.

— É um texto que vai dar as condições para que o governo brasileiro possa ter agilidade, maior transparência e maior segurança jurídica para tomar as decisões corretas — disse Maia. — A emenda constitucional dá ao governo todas as condições para que a gente possa investir, garantir vidas, garantir empregos e a solvência das empresas, e também cuidar dos mais vulneráveis. O presidente da Câmara ressaltou que a PEC dá condições para gastar mais de 10% do PIB para enfrentar a crise: — Estamos dando as condições para que o governo gaste mais de 10% do PIB, R\$ 600 bilhões, R\$ 700 bilhões. É isso que vamos precisar gastar, como os outros países também estão gastando. Gastando não, também estão investindo, em um momento tão delicado. Pela manhã, em um seminário na internet, promovido pelo jornal Valor Econômico, Maia havia afirmado que “o Brasil não pode ter vergonha de gastar”, pois está vivendo um “momento de guerra”.

COMITÊ DE CRISE

A PEC ainda cria um comitê de crise, comandado pelo presidente Jair Bolsonaro e composto por ministros e secretários estaduais, além de deputados. Esse colegiado terá poder de anular contratos celebrados pela União e suas autarquias e empresas públicas. O Congresso poderá sustar qualquer decisão do comitê. A proposta autoriza a contratação de pessoal, obras e serviços, além da realização de compras por meio de um processo simplificado, mais rápido que as regras atualmente estabelecidas. Para ampliar os gastos públicos durante a crise, a PEC

permite que as despesas relacionadas ao combate à pandemia e seus efeitos na economia sejam feitas sem o cumprimento das regras que hoje regem o Orçamento público. Esses gastos, porém, não podem ser permanentes e ficarão limitados à crise. Uma das regras em vigor hoje, por exemplo, é a necessidade de indicar fonte de financiamento para os gastos. Com a PEC, as despesas devem ser cobertas com a emissão de dívida pelo governo. —É como se fosse um cofre separado, onde vamos colocar o dinheiro da poupança dos cidadãos, vamos endividar os nossos filhos, para sanar um problema gerado pela pandemia — disse o líder do PSDB, Eduardo Cury (SP). A PEC prevê validade retroativa a 20 de março. Os técnicos do governo têm receio de assina rosatos necessários par agastar coma crise devido às restrições das regras orçamentárias. Por isso, essa medida é importante para dar segurança ao que já foi publicado. O Orçamento de guerra segrega os gastos impostos pela crise das despesas tradicionais do governo. É uma forma de garantir a continuidade do ajuste fiscal quando a pandemia passar. Ou seja, apesar de permitir um aumento de gastos este ano, determina a volta das medidas de contenção de despesas em 2021.

O texto permite ao governo emitir dívida para pagar as ações. A chamada regra de ouro — que proíbe o governo de emitir dívida para pagar despesas correntes, como salários — fica suspensa este ano, o que atende a equipe econômica. —A primeira preocupação é com a dívida, depois com o emprego e com as empresas. Essa PEC vai garantir que o governo não tenha travas para disponibilizar recursos para o enfrentamento dessa crise — disse o líder do MDB, Baleia Rossi (SP).

SEM CORTE DE SALÁRIOS

Após a líder do PCdoB, Perpétua Almeida (AC), fazer uma reclamação durante a sessão, Maia vetou a possibilidade de apresentação de nove emendas ao texto. A decisão revoltou os deputados do partido Novo. Eles queriam incluir na PEC uma emenda que liberava o uso de verba dos fundos partidário e do fundo eleitoral para o combate ao coronavírus. A atitude de Maia impossibilitou que esse trecho fosse votado separadamente. Maia justificou a decisão argumentando que o Regimento Interno da Câmara não permite a apresentação de emendas estranhas ao tema central da proposta. Segundo ele, as nove emendas não tinham relação com o assunto. O relator, deputado Hugo Mota (PR-PB), rejeitou outra emenda, que previa o corte de salários de servidores federais durante a crise.

BC MAIS ATUANTE

O projeto também autoriza o Banco Central (BC) a comprar títulos do Tesouro Nacional e dívidas de empresas diretamente no mercado. A ideia foi apresentada pela autoridade monetária para possibilitar ações mais eficazes no combate aos efeitos econômicos da crise do coronavírus. Atualmente, o BC só pode atuar por meio do sistema bancário, não diretamente no mercado.

As regras sobre o BC foram consideradas polêmicas e objeto de discussões no plenário. O projeto permite que o BC auxilie o funcionamento do mercado de títulos públicos, dando liquidez e equilibrando a oferta e demanda. A proposta também permite a compra de crédito direto no mercado. Na prática, o BC compra os títulos e assume o risco do não pagamento das dívidas. Dessa forma, o crédito pode fluir com mais facilidade. Para Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, a medida pode ser efetiva: — É um instrumento adicional, que moderniza a ação de política monetária do Banco Central, que já é estabelecida e praticada em países de-

envolvidos. A autorização, porém, é para atuação apenas no mercado secundário, ou seja, somente para ativos que já são negociados. Ou seja, o BC não pode comprar títulos diretamente do Tesouro ou crédito diretamente das empresas. O relator incluiu a previsão de que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, preste contadas operações ao Congresso a cada 45 dias. Os instrumentos só poderão ser usados durante a pandemia.

Gastos com benefício de R\$ 600 superarão verba de ministérios

Paulo Guedes estima que ações contra pandemia podem atingir R\$ 1 tri

O Globo · 4 abril 2020 · MARCELLO CORRÊA E DANIEL GULLINO economia@oglobo.com.br

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o custo de R\$ 98 bilhões para pagar o auxílio de R\$ 600 a trabalhadores informais vai superar o valor previsto para custear a máquina pública neste ano. Para mostrar o empenho do governo no combate à crise econômica e social em razão do coronavírus, Guedes ressaltou que o Orçamento havia reservado, para todos os ministérios, cerca de R\$ 95 bilhões em gastos livres, excluindo despesas obrigatórias. — Todas as despesas que todos os ministérios teriam esse ano, em torno de R\$ 95 bilhões, apenas esse programa já excede esse valor previsto. Isso para dar uma ideia da magnitude da ameaça que avançou sobre a saúde do povo brasileiro — disse Guedes, durante entrevista coletiva à imprensa no Palácio do Planalto.

FINANCIAMENTO

O auxílio emergencial, uma das medidas para combater a pandemia de coronavírus, foi sancionado na quinta-feira pelo presidente Jair Bolsonaro. A equipe econômica levou alguns dias até decidir de onde poderia tirar o dinheiro, porque corria o risco de descumprir a regra fiscal que proíbe aumento de endividamento para cobrir gastos correntes. O ministro afirmou que o custo com o auxílio emergencial é um exemplo de como as despesas para lidar com a Covid-19 são “colossais”. Ele calcula que as ações de combate à pandemia podem chegar a quase R\$ 1 trilhão este ano. Uma semana depois de anunciada, estava previsto que Bolsonaro assinasse ontem à noite a medida provisória (MP) que libera recursos da União para financiar salários de funcionários de pequenas e médias empresas durante a pandemia do coronavírus. A linha de crédito será de R\$ 40 bilhões, dos quais R\$ 34 bilhões serão de recursos públicos. O anúncio foi feito por técnicos da equipe econômica, durante pronunciamento no Palácio do Planalto. Uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) ainda precisa ser publicada para detalhar as regras que os bancos deverão seguir.

Pagamento do auxílio começa dia 9, diz governo

Mulheres e trabalhadores idosos terão prioridade no pagamento. Ministro avisou que na terça-feira estará disponível aplicativo para que os informais façam o cadastro e recebam o benefício em 48 horas

O Globo · 4 abril 2020 · GERALDA DOCA E DANIEL GULLINO economia@oglobo.com.br

O governo pretende iniciar o pagamento do auxílio emergencial para os trabalhadores informais que estão fora do Cadastro Único (CadÚnico) a partir do próximo dia 9, antes do feriado da Páscoa. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, após críticas de que os mais necessitados seriam os últimos a receber. As regras estabelecem ainda que mulheres e trabalhadores mais idosos terão prioridade para receber o auxílio de R\$ 600 nas famílias com renda até três salários mínimos. As regras estão em minuta do decreto presidencial que trata do tema, à qual O GLOBO teve acesso. O texto final deverá ser publicado até segunda-feira.

RENDA FAMILIAR ATÉ R\$ 3,1MIL

A lei permite que duas pessoas por família recebam o benefício. Na sequência, vêm os membros com menor renda individual e, por fim, será por ordem alfabética no primeiro nome, para fins de desempate. O pagamento do auxílio alcança trabalhadores sem carteira assinada com renda mensal de R\$ 522 ou renda familiar de até R\$ 3.135.

Onyx explicou que na próxima terça-feira a Caixa Econômica vai pôr à disposição um aplicativo de celular em que os interessados poderão inserir dados pessoais e, em 48 horas, quem tiver direito a receber terá os recursos creditados em conta.

— A partir de terça-feira pela manhã, as pessoas vão poder baixar esse aplicativo no seu celular, ele vai ser super simplificado, não vai trazer nenhuma taxa, nenhum ônus às pessoas. Ele vai permitir que, ou pela internet ou pelo celular, as pessoas façam seu cadastramento. Em torno de 48 horas posteriores a esse cadastramento, aqueles que cumprirem todos os requisitos que a lei nos exige acompanhar, esse recurso estará creditado — disse o ministro.

BOLSA FAMÍLIA SÓ DIA 16

Segundo ele, o universo de informais que estão fora do cadastro oficial varia entre 15 milhões e 20 milhões de pessoas, e o governo precisará ser ágil no pagamento. Mas, ao mesmo tempo, quer ter segurança de que o dinheiro não chegará às mãos de “espertalhões”.

— Nós queremos dar tranquilidade ao taxista, ao vendedor de pipoca, cachorroquente, à diarista de que, a partir de terça-feira, ela terá as condições de fazer o seu cadastramento.

Se o trabalhador informal tiver inscrição no CadÚnico, ao inserir o CPF no aplicativo, ele será identificado e vai receber o dinheiro mais rapidamente. Além do aplicativo de celular e site, a Caixa vai oferecer também um telefone para orientar os trabalhadores no acesso a esses meios eletrônicos. Eles terão de fazer autodeclaração de renda própria e da família. Os detalhes e o calendário de pagamento serão divulgados pelo banco na próxima segunda-feira. O

ministro havia adiantado que os beneficiários do Bolsa Família seriam os primeiros a receber o auxílio por se tratar de um público já conhecido pelo governo. Mas, apesar de ter sinalizado a antecipação para o dia 10, ontem ele reiterou que o pagamento só será feito a partir do dia 16, data tradicional. Apesar de os beneficiários do Bolsa Família serem conhecidos, o processo será mais complexo. Dentro do universo de 14,3 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família, dois milhões já ganham mais do que R\$ 600. Como não podem receber o benefício dobrado, vão permanecer com o benefício maior.

Entenda as principais regras para redução de salário e jornada

ENTENDA OS PRINCIPAIS PONTOS

O Globo · 4 abril 2020 · GABRIEL MARTINS E RENNAN SETTI economia@oglobo.com.br

Confira as principais regras trazidas pela medida provisória (MP) 936, que permite a redução de salário e jornada ou até a suspensão do contrato e prevê a complementação da remuneração pelo governo, tendo como base o seguro-desemprego. Entenda ainda o que vale para empregados domésticos e que direitos estão preservados durante o regime especial.

REGRAS GERAIS

O que é?

A MP 936 autoriza os empregadores a reduzirem salários e jornada de trabalho dos funcionários durante a pandemia do coronavírus para preservar empregos. Poderá haver também suspensão temporária do contrato de trabalho. Nos dois casos, o governo vai compensar parte da perda na remuneração do trabalhador.

Quanto tempo dura a redução?

O empregado poderá ter o salário reduzido por até 90 dias.

Como vai funcionar?

As empresas poderão reduzir salários e jornada dos funcionários em 25%, 50% e 70%. Ou seja, se o trabalhador recebe R\$ 3 mil e trabalha 44 horas por semana e houver corte de 50% em salário e jornada, a remuneração cai a R\$ 1.500 por 22 horas de trabalho. Cortes diferentes destes têm de ser feitos por acordo coletivo.

Como o governo vai compensar perdas de quem for afetado?

O governo vai oferecer uma compensação calculada de acordo com o valor do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito caso fosse demitido. O percentual do seguro-desemprego é proporcional ao corte feito em salário e jornada. A redução de 50% na remuneração e nas horas de trabalho se traduz em pagamento de 50% do seguro.

Como é a suspensão de contrato?

A suspensão de contrato pode ser feita por até 60 dias. Neste caso, o governo se compromete a pagar 100% do seguro-desemprego, caso a empresa tenha faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.

Quem pode aderir ao novo regime?

O regime atende a empresas privadas, não valendo para aquelas de economia mista, como a Petrobras. Empresas que já reduziram jornada e salário de seus funcionários também poderão se beneficiar da MP. Os empregadores têm dez dias, a contar da publicação da medida, para adequar e enviar os acordos para o governo.

Como é para grandes empresas?

As grandes empresas, com faturamento anual superior a R\$ 4,8 milhões, terão de se comprometer a bancar ao menos 30% do salário do funcionário afastado. Neste caso, o governo dá

70% do seguro-desemprego.

Como deve ser o acordo?

Os termos do acordo, tanto os novos quanto os já realizados, poderão ser encaminhados pelas empresas pelo site e aplicativo Empregador Web. Será preciso informar o número das contas de cada funcionário em regime de jornada e salário reduzido para que o pagamento seja direcionado pelo governo.

COMO FICA O SALÁRIO

Como fica o salário do trabalhador?

O trabalhador vai receber a remuneração proporcional do empregador mais a complementação do governo.

O repasse do governo vai repor todo o salário? Não necessariamente, porque o valor do seguro-desemprego não é equivalente ao salário que o empregado recebe na ativa. As reduções no valor total do salário serão maiores para aqueles que ganham acima de R\$ 5 mil (veja simulações ao lado). Para quem ganha acima de R\$ 10 mil, a queda pode chegar a 57,31%, no caso de redução de 70%.

Como é calculado o seguro-desemprego?

Existem três faixas de valores do seguro-desemprego. O cálculo é feito com base na média dos três últimos salários recebidos, sendo fixado em 80% dessa média dentro das faixas do seguro. O valor varia entre R\$ 1.045 e R\$ 1.813,03.

Vale para trabalhador com contrato intermitente?

Sim. Se esse trabalhador tiver mais de um empregador, receberá a compensação de cada um que reduzir a jornada. Terá direito ainda ao auxílio de R\$ 600 aprovado pelo governo para informais.

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Vale para domésticos? Sim. Os empregadores podem reduzir jornada e salário de seus funcionários domésticos com remuneração inferior a R\$ 3.135. A redução pode ser de 25%, 50% ou 70% e por até 90 dias. O pagamento da remuneração pelo empregador será proporcional à redução. Poderá haver suspensão do contrato também, por até 60 dias.

Como é feita a redução? Mediante acordo individual. É recomendável que o acordo seja registrado em um termo por escrito, em linguagem simples e objetiva. Pode ser posto na Carteira de Trabalho.

Como o empregador deve proceder?

Ele deve comunicar ao governo em até dez dias a partir da celebração do acordo.

Como será feita a compensação do governo? Seguindo a mesma regra para os trabalhadores em geral, proporcional à redução de jornada e salário. Em caso de suspensão do contrato, o trabalhador doméstico também tem direito a 100% do seguro-desemprego.

Após a redução, a doméstica pode ser demitida?

Não. Há um período de estabilidade no emprego que deve ser igual ao período em que vigorou o corte de salário. Ou seja, se a redução salarial durou dois meses, a doméstica tem mais dois meses de trabalho. Depois disso, pode ser demitida, com direito a seguro-desemprego.

ACORDOS, BENEFÍCIOS E RECOLHIMENTOS

Como é a negociação? Quando o corte for de 25%, a mudança pode ser feita por acordo individual entre o patrão e o empregado, independente da faixa salarial. Nas reduções de 50% a

70% ou suspensão de contrato, os acordos individuais só poderão ser firmados com empregados que ganham menos de R\$3.135 ou mais de R\$ 12.202,12. Os trabalhadores que recebem entre R\$ 3.136 e R\$ 12.202,11 só poderão ter seus contratos modificados por acordo ou convenção coletiva, com a participação do sindicato.

Há outras opções de acordo coletivo?

Eles serão necessários em caso de reduções salariais diferentes das previstas na MP. Para redução de até 24,9%, não há compensação. Entre 25% e 49%, haverá pagamento de 25% do seguro-desemprego; para 50% a 69%, são pagos 50% do valor do seguro. Corte superior a 70% tem 70% da compensação.

As empresas podem pagar compensação extra?

Sim, via acordo individual ou coletivo. Mas a compensação extra terá caráter indenizatório. Não incidirão sobre ela contribuições como Previdência e FGTS.

O empregado pode ser demitido após redução ou suspensão de contrato? Não imediatamente. A MP prevê um período de estabilidade para trabalhadores atingidos pela medida, equivalente ao tempo de suspensão do contrato ou da redução. Se a empresa reduzir salário e jornada por dois meses, o funcionário terá o emprego nesse período e por mais dois meses.

Como fica o cálculo da contribuição para o FGTS? A base de cálculo para o FGTS será o salário reduzido, sem o acréscimo do seguro-desemprego. E o trabalhador não terá direito a sacar o Fundo. Em caso de suspensão do contrato, não haverá recolhimento.

E o pagamento de décimo terceiro proporcional? Durante o período de suspensão do contrato de trabalho, a contagem da proporcionalidade do décimo terceiro salário fica interrompida, assim, não serão considerados os meses de suspensão. No caso de redução, não há um consenso ainda, mas a maioria dos advogados consultados diz que o cálculo do décimo terceiro continuará sendo feito com base no salário contratual.

Como ficam benefícios? Planos de saúde e odontológico devem ser mantidos tanto em caso de redução quanto de suspensão de contrato. Quanto ao vale-refeição, não há consenso entre especialistas, pois seria pago apenas a empregados trabalhando.

Previdência privada e auxílios creche e funeral são mantidos? Sim. Se não houver deslocamento do empregado para trabalhar, não é devido o vale-transporte.

Qual o efeito sobre férias? Não há efeito sobre direito a férias, e o adicional de um terço do salário deverá ser pago normalmente. A MP 927, porém, permite ao empregador antecipar férias de empregados. Neste caso, todo o período de férias deve ser cumprido. Após o término, o empregado pode retornar ao trabalho, ter o contrato reduzido ou suspenso.

Como ficam trabalhadores que já estavam em licença? Os empregados em licença médica e aqueles afastados pelo INSS não poderão ter seus contratos de trabalho suspensos. Só após o fim do afastamento é que o empregador poderá adotar as medidas previstas nas MPs.

Quem adoecer durante a suspensão de contrato, depois, volta a receber salário integral? O contrato fica suspenso pelo prazo acordado com o empregador. Se o trabalhador adoecer nesse período e receber atestado médico de afastamento das funções superior a 15 dias, ele deve procurar o empregador para ser encaminhado ao INSS ou fazer isso diretamente para que possa receber o auxílio-doença.

Como ficam as gestantes? Elas podem ter seus contratos reduzidos ou suspensos, como qualquer outro empregado. Não podem, contudo, ser demitidas sem justa causa, pois têm estabili-

dade no emprego. Também não pode haver alteração no contrato das trabalhadoras que estiverem em licença-maternidade.

O aumento maior que o esperado na taxa de desemprego dos EUA por causa do coronavírus fez com que o dólar comercial fechasse ontem na maior cotação já alcançada, a R\$ 5,327, com alta de 1,18%. Na semana, a moeda americana acumulou valorização de 4,4%. No mercado de ações, o mau humor provocou perda de 3,76% no índice Ibovespa, aos 69.537 pontos. No ano, a desvalorização das ações é de cerca de 40%. Apesar disso, o número de investidores pessoas físicas cadastradas na Bolsa atingiu 2,24 milhões no fim de março, aumento de 33,3% em apenas três meses. O número que desagradou ao mercado ontem foi o chamado payroll, como é conhecido o relatório mensal de emprego dos EUA. No mês passado, o setor privado do país cortou 701 mil vagas, elevando a taxa de desemprego de 3,5% para 4,4%. O mercado esperava que o número seria de apenas 100 mil. — Estamos observando um choque de realidade por causa do coronavírus na economia. Começamos a ver a cara da crise — disse Victor Beyruti, da Guide Investimentos. Com a frustração de expectativas, em Wall Street, o índice Dow Jones recuou 1,69%.

Ontem, o gestor Márcio Appel, da Adam Capital, e André Esteves, sócio fundador do BTG Pactual, disseram que os fundamentos econômicos indicam que o dólar tende a perder força sobre o real. — A recessão vai diminuir muito a demanda doméstica. E como o país é exportador de commodity, e uma parte é alimentos e a outra é destinada a investimento chinês, que continuam tendo suporte, a conta corrente vai virar muito rapidamente. Então, entre os emergentes, o real deve ser uma das melhores moedas — explicou Appel, em videoconferência.

GESTOR VIA ‘CASSINO’

Mas Esteves observou que, dada a força global do dólar diante da aversão a risco dos investidores, pelo menos a curto prazo ele deve continuar pressionando o real. Os dois recomendaram cautela aos investidores pessoas físicas, segmento que, para Appel, está excessivamente otimista. Para ele, “o fato de a Bolsa ter batido 120 mil pontos não gera uma obrigação do universo para que ela volte a 120 mil pontos, sinto muito.” — Já achávamos caros vários setores da Bolsa brasileira. Era quase um cassino que era montado. Eu pegava Uber e o pessoal me perguntava de ações. Isso é um indicativo de que o mercado está perto do topo — disse o gestor, que só enxerga oportunidade de ganhos com Vale e Petrobras. Segundo Esteves, “ainda não estamos na hora da oportunidade, estamos na hora do conservadorismo.”

‘PAGAR A CONTA DA PANDEMIA FICHA PARA DEPOIS’

José Olympio/ PRESIDENTE DO CREDIT SUISSE

O Globo · 4 abril 2020 · MARIANA BARBOSA mariana.barbosa@sp.oglobo.com.br

Para ele, iniciativas para mitigar efeitos da crise devem se concentrar na proteção a vulneráveis e em ações para garantir sobrevivência de empresas



Os recursos para lidar com a pandemia e evitar uma depressão da economia levarão a um aumento substancial do déficit público. Mas a hora de pensar em pagar a conta não é agora, diz o presidente do Credit Suisse, José Olympio Pereira. Para ele, o foco deve ser proteger os vulneráveis e garantir a solvência das empresas, para evitar uma retração ainda maior na economia.

Como o senhor avalia as medidas do governo para mitigar os efeitos da crise?

O diagnóstico de que precisa dar liquidez ao mercado está perfeito. As medidas para aliviar o sofrimento das empresas menores e da população estão na direção certa. O grande objetivo deve ser garantir que a população mais vulnerável atravesse a crise. E apoiar autônomos e preservar pequenas e médias empresas que perderam receita completamente e não têm reserva. A regulamentação de quanto será necessário será feita ao longo do tempo.

Um gasto de 4% a 5% do PIB é suficiente? Estados Unidos estão falando em 10%...

Se tiver de injetar mais pra aliviar o sofrimento dos mais vulneráveis e permitir que as pequenas e médias empresas sobrevivam, acho razoável. Tem de tomar cuidado na qualidade do gasto. Elencar prioridades e gastar com eficiência.

Como vê o debate entre salvar vidas e a economia?

É um falso dilema. Todas as experiências mundiais mostram que o caminho consagrado é o isolamento. E o Estado se endividar e prover recursos para aqueles que mais precisam. Permi-

tir a contaminação em massa pode desorganizar completamente a economia e o sistema público de saúde.

Como minimizar o impacto econômico?

Tivemos uma conversa com o (economista italiano) Francesco Giavazzi (autor de “Austeridade: quando funciona e quando não”), e ele fez uma analogia interessante. Se as fábricas e as empresas são preservadas durante a crise, uma vez que a atividade seja retomada, a gente acende a luz e tudo volta a funcionar. Agora, se elas quebram e se desorganizam, a volta é muito mais complicada. A ênfase desse momento é preservar as empresas, não deixar haver quebra em massa e ajudar todo mundo a atravessar a crise. Outra forma de colaborar é não demitir. Não tenho visto anúncio de grandes demissões pelas grandes empresas. Nas menores não há muita estatística e é mais difícil segurar, mas, de modo geral, as grandes estão arcando com o ônus e mantendo a força de trabalho.

Como evitar que medidas anticíclicas não se perpetuem?

É o fulcro da discussão. Vivemos a experiência de 2008 e 2009 e vimos a consequência de perenizar um conjunto de medidas que eram anticíclicas. E pagamos o preço. De certa forma estamos vacinados. Mas ninguém discute que incorrer em déficit nesse momento é super importante. Mas se um gasto de 4% a 5% do PIB. A dívida pode chegar a 90% do PIB. E tem que haver preservação da Lei de Responsabilidade Fiscal o teto de gastos (que limita o crescimento das despesas), que nos dão uma segurança de longo prazo.

Já dá pra pensarmos em retomar as atividades?

Trump estendeu para fim de abril. Não sei se será abril ou maio. Mas é importante as autoridades começarem a estudar com o objetivo de ser feita a saída dado isolamento, sem que haja a volta da curva de contaminação. A volta é enorme desafio.

Testar massivamente a população é uma saída?

A experiência chinesa de testar todo mundo e aos poucos voltar a funcionar, com monitoramento, me parece interessante. Se vamos ter capacidade de fazer são outros quinhentos. Nossa solução pode ser diferente, pois não temos capacidade técnica de implementar coisa parecida.

Como reanimar a economia pós-isolamento?

Vamos precisar aprofundar investimentos. E infraestrutura é caminho óbvio. A probabilidade do Projeto de Lei do saneamento ser aprovado aumenta muito. Vamos precisar avançar nas privatizações, pois a conta vai precisar ser paga. A privatização da Eletrobras precisa acontecer.

Há necessidade de investimento na rede hospitalar. O papel do Estado será revisto?

O Estado precisa funcionar e prover serviços básicos. Mas espero que agente não vá na direção de achar que o Estado grande é a solução. O Estado é importante. O SUS é sistema vencedor. Mas no Brasil nunca vi Estado eficiente. O gasto público de funcionalismo e aposentados é muito grande.

Vai precisar cortar salário de servidor para pagar a conta?

Agora o foco deve ser como lidar com a pandemia. Como pagar a conta depois. A discussão que está no Congresso, de criar empréstimo compulsório para grandes empresas ou taxar grandes fortunas, só introduz ruído e cria mais insegurança no empresariado. Vamos

ter bast antetempo paraver como financiar o aumento pontual da dívida pública. Evai passar por várias alternativas: diminuição do gasto, privatização, eventualmente aumento da carga tributária. Há vários subsídios, como Simples e lucro presumido, que precisam ser endereçados. Você pode aumentar a carga retirando esses subsídios. Ainda existem setores que pagam menos impostos.

Os ativos estão baratos. Agora é hora de comprar?

O setor aéreo foi absolutamente afetado e está buscando ajuda no mundo todo. Por outro lado, setor de alimentos está preservado. Estamos usando o Zoom (de videoconferência) e as ações deles estão explodindo. Tem setores em que o consumo subiu muito: o uso de banda larga, videogames. O setor de papel e celulose foi preservado. O consumo de embalagens, sem dúvida, continua. Aquisições podem acontecer. Mas, de forma geral, o sentimento é de cautela.

Alguns setores podem ser afetados permanentemente?

Essa crise é em precedentes evai ter impacto para afrente. O mercado financeiro sempre se preocupava com crises vindas da economia. Sinceramente, grande parte do mundo, e certamente o mercado financeiro, não estava dando muita lapara o aquecimento global. Então isso nos mostrou que agente tem que estar atento para outros riscos.

Vai mudar a forma de trabalhar?

Vai afetar viagens e a maneira como a gente trabalha. Havia grande resistência no banco em deixar as pessoas trabalharem de casa, uma discussão se afetaria a produtividade. E estamos descobrindo que o impacto é o oposto. Estou entrando na minha terceira semana de home office, e a experiência está sendo ótima. Tenho trabalhado muito mais. As conferências acontecem na hora marcada. Isso pode ter impacto até no trânsito da cidade e no tamanho dos escritórios.

Pandemia marca o fim do modelo da sociedade moderna, diz sociólogo

O Globo · 4 abril 2020 · MICHEL MAFFESOLI

Há mais de uma década, o sociólogo francês Michel Maffesoli vem examinando as rachaduras escondidas no que ele chama de “estruturas da modernidade”. Em livros como “Apocalipse” e “Apalavradosilêncio”, o ex-professor da extinta Universidade Paris-Descartes e atual membro do Instituto Universitário Francês afirma que vivemos em função de paradigmas arcaicos — que em breve estarão obsoletos, como oracionalismo e o progresso. Diante do avanço do coronavírus e seus impactos no planeta, ele agora dobra a aposta: o fim da modernidade nunca teria ficado tão evidente. Segundo Maffesoli, há vislumbres de um novo mundo que vem por aí, o da pós-modernidade. Uma cultura do sensível, focada na emoção e no instante presente, e onde predominam valores como o compartilhamento e o comunitarismo. O autor deixou Paris no início de março, e se recolheu em sua cidade natal, na região do Cevénnes, sul da França, onde tem uma casa. De lá falou ao GLOBO por telefone, em meio aos preparativos do seu novo livro, “La nos talgiedusac ré” (A nostalgia do sagrado, em tradução livre), que deve ir por lá em abril, mas ainda não tem previsão de lançamento no Brasil. Neste mês, ele deveria participar de uma conferência em Porto Alegre, que acabou adiada por causa da pandemia. Não há nova data prevista por enquanto.

Qual o impacto do coronavírus nos valores da modernidade?

Minha teoria é que esta crise sanitária é sinal de uma crise civilizatória. Vivemos o fim de um paradigma, e isso ficou ainda mais evidente agora, com a presença da morte a nos rondar. Há cerca de 15 anos, analiso a saturação desse modelo progressista, que é o grande modelo da civilização moderna. Para mim, ele está acabando agora. A epidemia atual tem uma expressão simbólica nesse sentido.

O que esta pandemia tem de diferente em relação a outras?

No início da decadência romana, no século II, houve uma terrível peste que matou milhões de pessoas. A peste negra no século XIV é o anúncio do fim da Idade Média e o início do Renascimento. A gripe espanhola veio após a carnificina da Primeira Guerra, que marca o fim da Europa. Vejo uma correlação a ser feita: cada vez que uma época se encerra, surge misteriosamente a emergência de uma pandemia. Talvez haja algo de místico nisso tudo.

O senhor diz que vivemos uma transição. Já é possível entrever os valores desse novo mundo? Na França, vemos celebrações e cantos coletivos nas janelas, uma alegria impactante. Essas manifestações nas janelas trazem elementos da pós-modernidade, como o estar-junto, o estar-com. Para mim, são indícios de que não queremos mais nos fechar no individualismo, ou numa organização muito racional da sociedade, que são, por sua vez, as marcas da modernidade.

O que seria esse

estar-junto?

A volta do compartilhamento, da troca, do voluntarismo... Podemos encontrar várias palavras, digamos assim, espirituais. Mas ocorre que é esse sentimento que está dominando, no lugar do economicismo, do materialismo e do progressismo. Para mim, há uma volta de algo cultural e espiritual. Uma espécie de ideal comunitário, que está tomando cada vez mais força na contemporaneidade, como falei em um dos meus livros (“La France étroite”, de 2015).

Anos atrás, o senhor já identificava esse fenômeno em festivais eletrônicos, raves e outras grandes aglomerações. Vê semelhança entre o que acontece nas janelas e esse tipo de manifestação cultural?

Sim, pode haver. Mas, sejamos claros, a epidemia é real. Essa possibilidade de perigo é simplesmente a possibilidade de morrer. E, apesar da presença da morte, acho importante que haja essas manifestações lúdicas, emocionais, através dessa ressignificação das janelas.

Que novo sentido a janela está ganhando?

Simbolicamente, a janela se abre para o mundo. Estamos confinados, fechados em nossos apartamentos, e ao mesmo tempo todas essas manifestações em torno das janelas nos tornam atentos ao desejo de estarmos juntos. No século XVI, as janelas eram amplas e vastas. Pegue Versalhes, por exemplo, ou os vitrais nas igrejas. Porém, a partir do século XIX, com a arquitetura moderna, ela se reduziu e ficou estreita. Agora, por outro lado, diria que ela está novamente se abrindo para a alteridade. O individual só existe se estiver aberto ao mundo. A janela tem essa função.

Qual o papel das mudanças tecnológicas no que estamos vivendo?´

Temos nesse fenômeno algo do ativismo em redes. E são as redes sociais, os fóruns virtuais, os blogs etc. que nos conectam para a alteridade. É lá que as pessoas, durante o confinamento, estão se comunicando. O que é bem paradoxal, eu diria.

Por que paradoxal?

Porque foi justamente a tecnologia moderna que desencantou o mundo. Mas a tecnologia atual o está reencantando, na medida que acentua o estar-junto. Insisto nesta palavra porque a considero muito importante.

“A tecnologia moderna desencantou o mundo. Mas a tecnologia atual o está reencantando, acentuando o ‘estar-junto’”

Michel Maffesoli

Pandemia empobrece 569 milhões em 20 países da América Latina

Número de pobres deve aumentar de 186 milhões para 220 milhões, prevê comissão da ONU

O Globo · 6 abril 2020

A pandemia impôs uma nova e estranha realidade a um mundo povoado por 7,7 bilhões de pessoas, das quais 569 milhões vivem em duas dezenas de países que compõem a América Latina. Do México à Argentina, o impacto econômico do novo vírus já é devastador.

A perspectiva para o curto prazo na região é de empobrecimento. É provável que o número de pobres aumente de 186 milhões para 220 milhões, prevê a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), das Nações Unidas. Na extrema pobreza sobrevivem atualmente 67,5 milhões. Esse contingente poderá aumentar para 90,8 milhões.

São graves as sequelas da crise global para uma região que passou os últimos sete anos convivendo com níveis sofríveis de desempenho econômico. No ano passado, enquanto a economia global cresceu à média de 2,5%, o Produto Interno Bruto da América Latina oscilou 0,1%, ou seja, ficou estagnado. Hoje, “numa abordagem conservadora”, ressalva a Cepal, os dados sugerem queda de 1,8% em 2020.

O declínio da produção na China afeta diretamente Brasil, México, Chile e Peru. No caso brasileiro, não somente pelo impacto nas exportações (mais de US\$ 110 bilhões no ano passado), como também porque a indústria chinesa é provedora de insumos automobilísticos, eletroeletrônicos e farmacêuticos.

O Brasil conta com reservas externas substanciais (cerca de US\$ 350 bilhões), em tese suficientes para a travessia numa crise em tempos normais. O problema é que a pandemia tornou indefinido o conceito de “normalidade”. Não se sabe a duração, nem a dimensão do estrago. Mas os sinais recessivos são evidentes, como se vê na Argentina, maior comprador de manufaturados brasileiros.

Está quebrada, em grave crise social e relutava em negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A emergência agravou a desordem econômica de tal maneira que o presidente Alberto Fernández decidiu atropelar aliados peronistas e pediu socorro ao FMI. Deve receber US\$ 3,5 bilhões para a sustentabilidade da economia.

Já o México, além de tudo, tem a peculiaridade da alta dependência do petróleo, cujos preços voltam a subir. Mas no início da semana o óleo mexicano chegou a US\$ 10,37 por barril, o menor nível dos últimos 22 anos. Isso só aumenta a incerteza sobre o futuro da economia e da maior empresa do país, a estatal Pemex, há tempos combatida.

A pandemia expõe a América Latina nas suas maiores vulnerabilidades. A chance de recuperação será proporcional ao êxito dos governos na proteção à população.

Pandemia deve mudar a face do capitalismo

Especialistas acreditam que empresas serão cobradas para ter atividades mais voltadas à sociedade, depois da ajuda de trilhões de dólares recebida dos governos. Presença do Estado será maior do que nos últimos anos

O Globo · 6 abril 2020 · VIVIAN OSWALD economia@oglobo.com.br Correspondente LONDRES

O confinamento inédito de metade da população mundial e o consequente pandemônio que se abateu sobre as economias globais devem mudar a face do capitalismo. A relação entre empresas, sociedade e governos mudou. Dificilmente voltará a ser o que era, na avaliação de especialistas. Fala-se até em um novo contrato social.



Grandes corporações e bancos sobretudo, socorridos com trilhões de dólares na crise financeira global de 2008, serão cobrados. Os mercados terão nova missão. Diante dos esforços para reconstruir as economias — só o Reino Unido já liberou 418 bilhões de libras (mais de R\$ 2,5 trilhões) em pacotes de estímulos para minimizar os efeitos da pandemia do novo coronavírus —, a fatura começa a ser apresentada. O que se espera é um capitalismo mais benevolente.

—Assim como os contribuintes ajudaram a salvar os bancos em 2008, o governo agora quer trabalhar com os bancos para retribuir o favor e apoiar empresas e pessoas, as que mais precisam no Reino Unido — disse o ministro de Negócios, Energia e Estratégia Industrial, Alok Sharma.

IMPOSTOS MAIS ALTOS

A declaração foi feita nos boletins diários do governo conservador britânico à televisão semana passada. O mesmo partido que, há mais de dez anos no poder, empunhava a bandeira da austeridade fiscal até pouco tempo atrás.

— Será totalmente inaceitável se os bancos rejeitarem empréstimos para as boas empresas — completou Sharma.

A presença do Estado deve ser maior daqui por diante como catalisador da recuperação. Sobre tudo depois dos pacotes multibilionários de estímulos. A ajuda é para manter a economia em “hibernação”, diz Abhimay Muthoo, professor de economia e reitor da Universidade de Warwick:

— É preciso saber por quanto tempo os países conseguem manter a economia hibernando. Isso vai determinar o ritmo da retomada. O certo é que haverá nova ordem internacional. Vamos precisar de uma sociedade mais generosa, o que se traduz em redistribuição de renda, impostos mais altos, serviços públicos eficientes e Estados com presença maior do que nos últimos anos.

Espera-se uma recessão global. Itália e Espanha, as nações com o maior número de casos da Europa, devem perder 15% do PIB no primeiro trimestre, segundo a Oxford Economics.

— Governos poderão deixar claro às empresas que precisarem de apoio que ele dependerá de certos critérios. Outro ponto que me parece óbvio é que os dias de uso exagerado de recompra de ações para a maximização excessiva de lucros, possivelmente às custas de outros fins, podem ter acabado — disse Jim O’Neill, presidente da Chatham House, um dos centros de pesquisa mais prestigiados da Europa.

RECOMPRA DE AÇÕES

Ex-economista-chefe do banco Goldman Sachs e criador, em 2001, do acrônimo Brics — grupo de países em desenvolvimento que seriam as locomotivas da economia global: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul —, O’Neill trabalhou no mercado financeiro por mais de duas décadas. Mas há alguns anos defende um novo propósito para os lucros das empresas.

Segundo ele, em 2018, o total de operações de recompra de ações pelas dez maiores companhias americanas ficou próximo de US\$ 1 trilhão. E os maiores compradores eram elas próprias, que teriam se tornado, nas palavras de O’Neill, meras administradoras de balanços, obcecadas por desempenho.

Em 2018, sugeriu taxar mais este tipo de operações, e dar crédito tributário para os gastos das empresas com investimentos. No limite, até mesmo tornar ilegais as operações de recompra em companhias com produtividade baixa. O tema estaria sendo estudado pelo governo britânico.

No ano passado, o Business Roundtable, que reúne presidentes de grandes empresas americanas, já falava no fim da cultura dos “acionistas primeiro”. Para a Social Market Foundation, as companhias têm a oportunidade de criar uma nova relação com a sociedade.

NOVO CONTRATO SOCIAL

O diretor da entidade, James Kirkup, afirma que as empresas “deveriam concordar com um novo contrato social baseado no cumprimento das obrigações tributárias, no tratamento aos trabalhadores e no apoio às comunidades em troca da ajuda recebida durante a crise do coronavírus.

Uma das conclusões de um relatório coordenado por O’Neill para o governo britânico sobre a crescente resistência aos antibióticos era a de que a falta de investimentos para resolver o problema custará ao planeta dez milhões de vidas por ano a partir de 2050 em razão de infecções (e da falta de antibióticos). E causará prejuízo de US\$ 100 trilhões à economia global.

O documento defende 29 intervenções que custariam US\$ 42 bilhões para resolver a questão. Segundo O'Neill, o valor é menos do que o que as três maiores companhias farmacêuticas destinaram à recompra de suas próprias ações ao longo de uma década:

— Não é nada comparado aos custos de não resolver o problema ou ao colapso causado pela Covid-19 .

“Haverá nova ordem internacional. Vamos precisar de uma sociedade mais generosa, o que se traduz em redistribuição de renda, serviços públicos eficientes e maior presença dos Estados”

Abhimay Muthoo, professor de economia e reitor da Universidade de Warwick

MERCADOS ADEREM AO DELIVERY

Em alguns casos, a demanda aumentou 150% após o início da pandemia de coronavírus

O Globo · 6 abril 2020

As medidas de restrição de circulação das pessoas nas ruas devido ao avanço do coronavírus no país têm gerado uma verdadeira corrida virtual aos supermercados. Os consumidores estão optando pelas entregas por meio de delivery, obrigando empresas a se adaptarem rapidamente a esse novo cenário.

Essa mudança no hábito de consumo dos clientes vem exigido esforços dos supermercados para garantir prazos e cuidados no momento da entrega das mercadorias. Muitos passaram a oferecer treinamentos para que os funcionários evitem o contato físico com os clientes e reforcem a higienização das mãos e dos produtos.

Esse foi o caso do supermercado online Zipp. Para dar conta do aumento de 150% no número de pedidos de fevereiro a março deste ano, um dos sócios-fundadores, Adrian Tsallis, diz que a empresa precisou implementar algumas ações, como o treinamento de funcionários na adoção de procedimentos de segurança, para evitar contatos com os clientes durante as entregas. “Substituímos as bolsas retornáveis por sacolas de uso único e suspendemos a coleta seletiva de plástico, por enquanto. A comodidade do serviço de delivery não pode representar riscos”, afirma.

O Zipp é um supermercado que já nasceu 100% online no final de 2016. Na época, seis sócios (hoje são três) investiram R\$ 50 mil cada para lançar a marca – recurso aplicado na compra de um carro de entrega, aluguel de um depósito e no desenho do site e aplicativo de compras. No ambiente online, os produtos estão divididos em seções, assim como num supermercado físico. “Hoje, 100% do mix de produtos que vendemos pelo site estão disponíveis em nosso depósito”, afirma Tsallis.

O avanço do coronavírus trouxe aumento exponencial dos clientes cadastrados na plataforma: em fevereiro eram 6 mil, no final de março eram 10 mil. Desde março do ano passado, segundo Tsallis, o Zipp registrava crescimento médio de 20% ao mês em número de clientes, mas, depois das medidas de restrição impostas pela quarentena, a procura estourou. Para atender à demanda, a empresa dobrou a equipe de entregadores próprios, de 20 para 40 funcionários. A expectativa é que em abril dobre novamente.

O empresário projeta crescimento de receita cinco vezes maior para esse ano em relação a 2019 e adianta que um dos desafios será manter os novos clientes que chegaram à plataforma. “Estamos quebrando uma barreira e chegando a clientes que não conseguíamos acessar antes do covid-19, que são aqueles com mais de 65 anos, que representam cerca de 25% dos nossos novos consumidores. Acredito que a comodidade de receber as compras em casa vai conquistá-los, mesmo após o fim da quarentena”, espera Tsallis.

MUDANÇA DE ROTINA